

GLAUCIMARA DA SILVA BARALDI

**INTERPRETAÇÕES E AVALIAÇÕES DO AGIR EM
TEXTOS DE OPINIÃO**

Doutorado em *Linguística Aplicada e Estudos de linguagem*

PUC/SP
2006

GLAUCIMARA DA SILVA BARALDI

**INTERPRETAÇÕES E AVALIAÇÕES DO AGIR EM
TEXTOS DE OPINIÃO**

Doutorado em *Linguística Aplicada e Estudos de linguagem*

Texto apresentado à Banca examinadora
Da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Como exigência parcial para a obtenção do título de doutora
Em *Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem*, sob a
orientação da Professora Doutora Anna Rachel Machado.

PUC/SP
2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Rachel Machado - Orientadora

Prof. Dra. Elisabeth Brait

Prof. Dra. Vera Lúcia de Albuquerque Sant'Anna

Prof. Dra. Anise de Abreu Gonçalves D' Orange Ferreira Ferreira

Prof. Dra. Célia Maria Coêlho Brito

Prof. Dra. Fernanda Liberalli

Prof. Dra. Maria Inês Batista Campos

FICHA CATALOGRÁFICA

BARALDI, GLAUCIMARA DA SILVA. INTERPRETAÇÕES E AVALIAÇÕES DO AGIR EM TEXTOS DE OPINIÃO. SÃO PAULO. Pp. 198 . 2006.

TESE (DOUTORADO) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2006.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Lingüística Aplicada e Estudos de Linguagem

ORIENTADORA: PROFa. Dra. ANNA RACHEL MACHADO

PALAVRAS-CHAVE: Interacionismo sociodiscursivo, leitura interativa, ação e texto polêmico.

Autorizo, para fins acadêmicos ou científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiados ou eletrônicos.

Que a leitura, reveladora dos vários mundos possíveis, seja um dos instrumentos que permita, a cada homem, trocar a arma da fome pela arma da esperança.

A alguém muito especial,
Winston

AGRADECIMENTOS

À Anna Rachel Machado, mais que uma orientadora, um exemplo real do que é ser interacionista sócio-discursiva e que me acompanhou, vivamente, ao longo de todo o percurso turbulento desta tese.

À CAPES que, por meio de seu aporte financeiro, permitiu a realização dessa tese.

À PUC-SP, instituição na qual trilhei os caminhos tortuosos e magníficos da pesquisa e ao Lael e seus professores, onde mais de perto, pude aprender e fazer o exercício da investigação.

Aos professores que fizeram parte de todas as bancas de qualificação e que muito contribuíram para reorientar o trabalho.

Aos colegas do Grupo Alter que comigo compartilharam o conflito, motor do desenvolvimento de um grupo de pesquisa e de todo trabalho intelectual.

À Maria Lúcia, secretária do Lael, que me ajudou a lidar com papéis e prazos, nem sempre muito fáceis para mim.

Ao Yuri, que chegou em minha vida ao longo da elaboração desta tese e, pequenininho, revolucionou o meu jeito de viver e me ensinou a olhar o mundo através de um caleidoscópio.

Ao Winston, que relativizou meu tempo e que faz comigo leituras compartilhadas da vida e dos textos.

APRESENTAÇÃO

São Paulo, dia 27 de agosto de 2006.

Caro leitor, ou melhor dizendo, caro interlocutor,

Domingo de manhã. Estou diante do computador e finalizo as conclusões. Dou por terminada esta tese. Terminada? A sensação é de obra inacabada.

Trata-se de um intervalo. Talvez uma interrupção no turno de fala... Afinal, o interlocutor, é também um locutor. E é nessa troca incessante, contínua e permanente que o ser humano vai se constituindo e se transformando a cada dia.

Sensação de incompletude, sem dúvida, mas que evidencia uma concepção de sujeito que percorre este estudo. Um sujeito essencialmente relacional, que se constitui na e pela linguagem. Um sujeito sócio-histórico, que também está marcado pelo seu inconsciente e pelo inconsciente coletivo e que, vivendo as restrições do meio, interage com ele e o transforma, sendo, portanto, um sujeito heterogêneo. O pesquisador é esse sujeito, os leitores também o são, os actantes colocados em cena nos textos também...

Dentro desse universo (nesse caso, redundante falar complexo) diferentes abordagens teóricas perseguem a significação e a compreensão dos sentidos. O interacionismo sócio-discursivo (ISD) foi a minha escolha. Interdisciplinar na sua constituição, o ISD propõe um modelo de análise de textos e procura, por meio dele, desvelar o agir humano. Serve-se de dois princípios básicos da análise discursivo-enunciativa: a perspectiva sócio-histórica (e portanto, ideológica) do discurso que Bakhtin já assinalava e a subjetividade na linguagem, já apontada por Benveniste e que serve de base, inclusive, para a análise dos tipos de discurso proposta pelo ISD.

O trabalho realizado é este que se apresenta. O trabalho real, o feixe de possibilidades, muito mais amplo. Não se esgotaram todos os mecanismos de análise do *corpus* possíveis. Os impedimentos que marcaram as aventuras e desventuras dessa tese também constituíram esse trabalho. Fazem parte de sua heterogeneidade constitutiva e, talvez até, estejam lingüisticamente marcados.

Afinal, em nossa tarefa como pesquisador, não fica só tentar desvendar os sentidos do discurso do outro, mas também fica a produção de um outro discurso a ser revelado também.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo mais amplo trazer aportes para o ensino de leitura no Brasil, compreendendo a descrição dos textos numa perspectiva lingüístico-discursiva e a análise da interpretação e avaliação do agir representado nos textos como recursos para uma leitura mais complexa e eficiente, necessária para o desenvolvimento de um cidadão mais reflexivo e autônomo.

Para isso, assumimos uma concepção de aprendizagem baseada nos princípios do interacionismo social (Vygotsky, 1933, 1934) e, em relação ao ensino de leitura, uma abordagem de natureza interativa (Dolz, 1994; Kleiman, 1999). Adotamos, ainda, os pressupostos do Interacionismo sócio-discursivo (Bronckart, 1997;99 e 2004), vertente interdisciplinar da Psicologia, que atribui ao agir e à linguagem um papel preponderante no desenvolvimento humano.

Os dados coletados e analisados são artigos de opinião e comentários jornalísticos extraídos do jornal Folha de S. Paulo. Foram selecionados seis textos, todos eles publicados entre os meses de fevereiro e março do ano de 2004, tendo de uma forma ou de outra, como temática principal, a crise política derivada da denúncia de corrupção do então assessor (Waldomiro Diniz) do Ministro da Casa Civil, José Dirceu e que apresentam uma intertextualidade explícita..

A análise foi feita de acordo com os procedimentos propostos por Bronckart (1997-99, Bronckart, 2004) e Bronckart e Machado (2004), observando-se suas características organizacionais, enunciativas e semânticas, com destaque para a análise da representação do agir e de seus actantes, que são comuns aos diferentes textos. Essas análises procuraram revelar que *figuras interpretativas* do agir são construídas pelos textos..

Os resultados das análises e as conclusões que nos foram possíveis chegar, especialmente no que diz respeito à relação entre as marcas lingüísticas e as figuras interpretativas do agir que foram representadas nos diferentes textos, nos permitem afirmar que as diferentes representações do agir levam a diferentes interpretações dos fatos e dos agires interpretados e avaliados nos textos.

Pudemos, assim, concluir que a prática da leitura de textos opinativos, sob a perspectiva da análise da semântica do agir abre um campo novo de interpretação dos textos, à medida que observamos duas categorias de avaliação do agir. A primeira delas diz respeito à avaliação que os textos expressam dos fatos e das pessoas envolvidas nos fatos. A segunda diz respeito à rede discursiva que esses textos constroem, dada a intertextualidade que existe entre eles e que acaba gerando outra categoria de avaliação do agir: a interpretação e avaliação do agir languageiro dos próprios produtores dos textos.

SUMMARY (ABSTRACT)

This survey has a broader aim which is to aggregate some aspects to the teaching of reading comprehension in Brazil, which comprise the description of texts in a linguistic-discursive perspective and the analysis of the understanding and assessment of *acting* represented in the texts as resources for a more complex and efficient reading process, necessary for the development of a more reflexive and independent reader.

With that in mind, we considered a conception of learning based on the principles of socio-interacionism (Vygotsky, 1933, 1934), and, with regards to the teaching process of reading, an approach of interactive nature (Dolz, 1994; Kleiman, 1999). We also adopted the assumptions of the socio-discursive interacionism (Bronckart, 1997; 99 e 2004), interdisciplinary side of Psychology, which attributes the *acting* and the language a preponderant role in human development.

The data collected and analyzed are articles expressing opinions and journalistic comments extracted from *Folha de S. Paulo* newspaper. Six texts were selected, all of which published in the months of February and March, 2004, which had as the main subject, in some way, the political crisis that arose from corruption charges against the then assistant (Waldomiro Diniz) of the State Minister, José Dirceu. Said articles present an explicit intertextuality.

The analysis was conducted according to the procedures proposed by Bronckart (1997-99, Bronckart, 2004) and Bronckart and Machado (2004), observing their organizational, enunciating and semantic characteristics, highlighting the analysis of the representation of *acting* and its actors, which are the same in all different texts. This analysis aimed at revealing which interpretative figures of *acting* are construed by the texts.

The results of the analysis and conclusions we came to, specially with regards to the relation between linguistic marks and interpretative figures which were represented in the different texts, allow us to assert that the different representations of *acting* lead us to different interpretations of the facts and the *acting* interpreted and assessed in the texts. We could, therefore, conclude that the practice of reading articles expressing opinion, under the perspective of the semantic analysis of *acting* opens a new field of text interpretation, as we observe two categories of assessment of *acting*. The first one refers to the assessment that texts make of the facts and of the people involved in the facts. The second category refers to the discursive net that these text construe, given the intertextuality existing among them and which generates another category of assessing the *acting*: the interpretation and assessment of the language *acting* of the text producers.

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
1. Histórico e justificativa da pesquisa	2
2. Objetivos e perguntas de pesquisa	6
3. A pesquisa e sua inserção na Lingüística Aplicada	7
4. Organização da tese	8
PARTE I – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	10
CAPÍTULO 1 – INTERACIONISMO SÓCIO-DISCURSIVO	
1. O interacionismo sócio-discursivo e a problemática do agir	12
2. Os princípios gerais do interacionismo sócio-discursivo	16
3. O interacionismo sócio-discursivo e o agir humano	20
4. A configuração global dos textos	31
4.1. O contexto sócio-interacional de produção	33
4.2. A arquitetura interna dos textos – o folhado textual	36
4.2.1. A infraestrutura textual	37
a) plano global	
b) mundos discursivos e tipos de discurso	
c) os quatro tipos de discurso	
d) características dos tipos de discurso	
e) a planificação intratipo – seqüências	
4.2.2. Mecanismos de textualização	47
a) os mecanismos de conexão	
b) os mecanismos de coesão nominal	
c) os mecanismos de coesão verbal	
4.2.3. Os mecanismo enunciativos	50
CAPÍTULO 2 – A LEITURA COMO POTÊNCIA	58
CAPÍTULO 3 – CARACTERÍSTICAS DOS TEXTOS DE OPINIÃO	66
PARTE II – A PESQUISA	71
CAPÍTULO 4 – QUESTÕES METODOLÓGICAS	72
1. Procedimentos de coleta e seleção de dados	73
2. Procedimentos de análise dos dados	75
2.1. Estudo do contexto de produção	75
2.2. Procedimentos de análise dos textos	78
CAPÍTULO 5 – INTERPRETANDO DADOS	82
1. Os textos opinativos e o suporte em que foram publicados : o jornal Folha de S. Paulo.	83
2. Características do contexto de produção	85
3. O plano global dos textos	96
4. Os tipos de discurso	100
4.1. Síntese dos tipos de discurso	109
5. As figuras do agir construídas nos textos	110
5.1. Análise dos actantes	110

5.2. As avaliações que se faz do agir	138
5.3. Síntese da análise das figuras interpretativas do agir	140
6. Análise dos mecanismos enunciativos – a inserção de vozes	140
7. O diálogo entre os textos	148
CONCLUSÕES	153
1. A escolha de uma abordagem teórico-metodológica entre tantas abordagens teórico-metodológicas	154
2. Um jornal e uma polêmica pública...	155
3. Diferentes mundos discursivos, diferentes formas de engajamento do produtor e dos destinatários dos textos	157
4. A importância do estudo dos tipos de discurso e sua relação com o contexto	159
5. Ler é, também, compreender as diferentes representações do agir	159
6. Entre omissões e destaques – o discurso como produtor de diferentes realidades	161
7. Ler é compreender os textos em rede	161
8. A verdade de quem?	162
9. Contribuições teórico-metodológicas	163
BIBLIOGRAFIA	166
ANEXOS	173

INTRODUÇÃO

"em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
trens passando
vagões cheios de gente
centenas

o outro
que há em mim
é você
você
e você

assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós."

(Leminski)

Este capítulo introdutório tem como objetivo apresentar o mapa desta tese de doutorado, de forma a situar o leitor no universo temático, teórico e metodológico que adotamos.

1. Histórico e justificativa da pesquisa

Esbocei¹, num primeiro momento, minha tese de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Lingüística Aplicada ao Ensino de Línguas da PUC/SP a partir do meu interesse em prosseguir o trabalho que desenvolvi na minha pesquisa de mestrado (Luca, 2000), quando, ao levar em consideração os pressupostos do interacionismo sociodiscursivo, analisei textos pertencentes a diferentes gêneros utilizados no ensino de História em um colégio da rede particular de ensino da cidade de São Paulo, levantando as características lingüístico-discursivas que interferiam na leitura e na compreensão dos textos pelos alunos para, a partir delas, propor procedimentos de leitura que pudessem colaborar para o desenvolvimento das capacidades de ação, das capacidades lingüísticas e das capacidades lingüístico-discursivas que permitem uma leitura mais eficiente dos textos. Esta tese se constitui, então, como um prolongamento e aprofundamento de minha dissertação de mestrado.

Como acontece freqüentemente na área de educação, especialmente no que diz respeito às práticas didáticas, a pesquisa derivou de uma preocupação constante com o ensino da leitura na escola, observada por mim em três papéis sociais diferentes: como professora do Ensino Fundamental II (que motivou meu mestrado), como coordenadora pedagógica de um colégio particular de São Paulo, em contato direto com alunos, pais e professores que insistentemente demonstravam e, ainda demonstram, preocupação em relação às dificuldades que crianças e adolescentes têm de compreenderem, de forma crítica e reflexiva, aquilo que lêem e minha experiência como professora do curso “Leitura – do dever ao prazer” – ministrado na COGEAE – PUC/SP, onde trabalho especialmente

¹ Opto pelo uso da primeira pessoa do singular quando apresento a minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica como professora, aluna do LAEL-PUC e pesquisadora. Nas demais partes desta tese, utilizo-me da primeira pessoa do plural, seja porque este é o uso mais recorrente no contexto acadêmico, seja pela posição teórica que assumo, a qual considera a pesquisa o resultado de um intenso debate e diálogo entre muitas vozes.

com professores preocupados em aprimorar a prática pedagógica relacionada ao ensino da leitura .

Neste trabalho, de maior fôlego, procuro ampliar as possibilidades de ensino da leitura, recorrendo à análise de textos pertencentes aos gêneros opinativos de jornal, pois acredito que eles podem e devem ser objeto de ensino na escola, nos diferentes níveis, em diferentes disciplinas e, relacionado a meu interesse específico, para a compreensão do tempo histórico em que alunos e professores estão mergulhados. É necessário, portanto, trazer aportes para que os professores mesmos possam desenvolver essa leitura para poderem efetuar transposições didáticas adequadas a cada situação concreta de trabalho em que se encontram.

Acredito ainda, que o desenvolvimento da atividade de leitura a partir dos gêneros opinativos os quais circulam nos jornais seja de grande relevância, pois por meio deles podemos desenvolver a capacidade de argumentar dos alunos. Isso é de fundamental importância, uma vez que passamos a maior parte de nosso tempo, na vida social, argumentando, seja oralmente, seja por escrito, ao tentar defender nossas posições e ao tentar modificar o posicionamento dos outros. Portanto, se pensarmos em um ensino que contribua para uma cidadania plena, em que o indivíduo possa interagir dialogicamente com o mundo, justifica-se uma proposta de ensino da leitura voltada para a compreensão da argumentação. Chartrand (1995) e Souza (2003), por exemplo, confirmam essa nossa posição, ao verem, no trabalho com textos argumentativos, uma possibilidade da formação de leitores e produtores críticos.

Além disso, a escolha de artigos de opinião de um jornal impresso de grande circulação em São Paulo permite uma aprendizagem significativa ao levarmos a vida social para dentro da instituição escolar, mostrando e propiciando diferentes leituras sobre a realidade. Segundo Golder (1996), a efetiva aprendizagem da argumentação deve estar ligada às interações sociais efetivas a que um indivíduo é exposto, de forma que ele aprenda a argumentar de maneira cada vez mais complexa em contextos reais, levando-se em conta os interesses de seu interlocutor.

Para desenvolver esse estudo, optei por trabalhar com a análise de um conjunto de textos que polemizam entre si e não com textos que tratem

de temáticas variadas. Assim, selecionei textos que tomam um mesmo objeto temático, pois acredito que eles possam ser significativos para o desenvolvimento da argumentação e de uma leitura mais crítica e reflexiva, uma vez que a profundidade da leitura decorre da dissonância interpretativa ou do conflito de interpretações (Zilberman e Silva, 1988).

Dando então prosseguimento ao mestrado, esta tese inova ao averiguar em que medida os procedimentos de análise apresentados em Bronckart (1997) e aprofundados em Bronckart e Machado (2004) contribuem para uma interpretação mais refinada dos artigos de opinião constitutivos de uma polêmica pública. Acredito que essa análise, tendo como base teórico-metodológica o interacionismo sociodiscursivo, enriquecido com a análise da semântica do agir, possa vir a ser utilizada como ferramenta/procedimento para o ensino de leitura, concebida dentro de uma perspectiva interativa, com as necessárias transposições didáticas. De acordo com essa posição, Dolz (1994:232) assinala a importância das análises de textos para o ensino baseado em um modelo interativo de leitura e afirma que no modelo interativo, a análise das características do texto, objeto da leitura, constitui uma etapa para a identificação dos problemas colocados pela atividade de construção de sua significação. Roulet (1999:20), por sua vez, defende que *“l’analyse objective des rapports internes du texte doit être complétée, pour passer à l’interprétation, par une analyse externe faisant intervenir les dimensions subjective et socioculturelle, pour éviter les errements d’un structuralisme radical”*.

Além disso, considero que este trabalho de pesquisa também é inovador, no sentido que testa um procedimento metodológico ainda em construção e até agora só utilizado para a análise de textos no contexto do trabalho, buscando verificar sua produtividade quando utilizado na análise de outros tipos de textos.

A escolha da abordagem do interacionismo sociodiscursivo justifica-se pela associação do interacionismo social a uma abordagem discursivo-enunciativa da linguagem, cujos princípios apresento a seguir a título de introdução:

- a) A linguagem é uma prática social.

b) Nesse sentido, a atividade de linguagem é produtora de objetos de sentido e constituinte do pensamento humano.

c) Estamos sempre a interpretar e a avaliar as condutas observáveis humanas por meio da construção de diferentes “figuras interpretativas do agir” que se “desenham” nos textos.

d) Na medida em que interagimos com essas interpretações e avaliações, que também passam a nos constituir, modificamo-nos e nos desenvolvemos, pois a linguagem constitui o ser humano e os textos são os instrumentos principais propiciadores do desenvolvimento humano, tanto em relação aos conhecimentos (ou cognitivo) e aos saberes, quanto em relação às capacidades de agir (saber-fazer) e da identidade das pessoas.

A adoção de uma concepção de leitura numa perspectiva interacionista, por sua vez, veio ao encontro de minhas leituras de Paulo Freire, ainda nos primeiros anos de minha prática docente, quando tomei a leitura como elemento conscientizador dos indivíduos e libertador de idéias pré-concebidas, ou apreendidas dos textos sem uma crítica conseqüente.

Claro que ao longo do tempo essa idéia foi amadurecendo e se moldando e, para isso, muito contribuiu, junto com as discussões travadas entre os membros do Grupo Alter, o curso que ministrei na PUC/COGEAE – “Leitura, do dever ao prazer?”, que foi pensado em conjunto com a Professora Lília Santos Abreu-Tardelli há alguns anos e que, nos dias atuais, com muitas transformações, continuo a ministrar. Tanto as discussões do Grupo Alter quanto as reflexões derivadas do curso me orientaram na seleção dos objetivos desta pesquisa.

Em primeiro lugar explícito o objetivo maior desta tese: *estabelecer as diferenças e semelhanças entre os diferentes textos que tematizam uma questão polêmica pública, no que diz respeito às suas características lingüístico-discursivas e às representações do agir e dos actantes neles construídas, tendo em vista o ensino da leitura na escola.*

Para alcançar esse objetivo maior, tracei os objetivos específicos que nortearam e operacionalizaram este trabalho. É o que apresentarei a seguir.

2. Objetivos e perguntas de pesquisa

Para que esse objetivo maior seja alcançado, é preciso ter em mente que não é possível compreender o agir humano simplesmente observando externamente a conduta humana. Para analisar as intenções e as finalidades, as razões para o agir, as capacidades e os recursos materiais e simbólicos mobilizados, em suma, a responsabilidade dos indivíduos ao agirem faz-se necessário recorrer aos textos produzidos, quer seja pelos próprios actantes, quer seja por observadores de seu agir, que interpretam e avaliam suas condutas, pois, por meio de sua análise, acredito ser possível detectar essas interpretações e avaliações que são representadas nos textos, ao mesmo tempo em que estes mesmos textos podem influenciar a atividade social em que estão inseridos.

Para isso, então, estabeleci os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar as características lingüístico-discursivas dos textos analisados em relação às capacidades de linguagem envolvidas na atividade de leitura.
2. Identificar as figuras interpretativas do agir dos protagonistas que são colocados em cena pelos textos.
3. Identificar os critérios de avaliação que podem ser detectados nos textos, bem como as instâncias enunciativas responsáveis por essas avaliações.

Em relação ao primeiro objetivo, de natureza mais organizacional, a pergunta de pesquisa é:

Quais são as características lingüístico-discursivas que caracterizam esses textos, tendo em vista o plano global do texto e os tipos de discurso?

Em relação ao segundo objetivo, de natureza sintático-semântica, a pergunta de pesquisa está subdividida:

1. Quem são os principais protagonistas representados nos textos?
2. Como são representados esses protagonistas?
3. Que papéis são atribuídos a esses protagonistas?
4. Que tipo de agir é representado nos textos que compõem o corpus da pesquisa?

Em relação ao terceiro objetivo, a pergunta de pesquisa está subdividida:

1. Como o agir representado é avaliado?
2. Que instâncias enunciativas são postas nos textos como responsáveis por essas avaliações? Que outras vozes são mobilizadas?

3. A pesquisa e sua inserção na Lingüística Aplicada

Localizo minha pesquisa dentro do campo da Lingüística Aplicada, uma vez que a análise da linguagem é o foco central, porém, destaco o caráter transdisciplinar (Celani, 1992) desta disciplina e o diálogo permanente que ela estabelece com a Educação, a Sociologia, a Psicologia e as Ciências do Trabalho, que permitem, sem dúvida alguma, o enriquecimento das pesquisas.

Esta tese, em especial, faz parte do projeto desenvolvido pelo Grupo ALTER-LAEL² (Análise de linguagens no trabalho educacional e suas relações), coordenado pela Profa Dra Anna Rachel Machado. No exterior, esse projeto está vinculado ao Grupo LAF – Langage, Action, Formation - coordenado pelo Professor Jean Paul Bronckart, da Section de Sciences de L'Education de l'Université de Genève, que tem uma composição interdisciplinar e envolve profissionais das Ciências da Educação, da Psicologia, da Filosofia e da Lingüística e tem como objetivo maior identificar e analisar os elementos que permitem a constituição, a gênese, a interpretação e a avaliação do agir humano por meio da linguagem e tem, ainda, a preocupação de “desenvolver um aprofundamento teórico-metodológico sobre as relações entre linguagem/trabalho educacional, relações essas que são tomadas no quadro da problemática maior das relações entre discursos, atividades sociais e ações” (Machado, 2004).

O trabalho do Grupo LAF, ao qual o Grupo ALTER-LAEL está filiado, envolve as seguintes problemáticas centrais:

- a) análise epistemológica e metodológica do estatuto, da pertinência e das condições de descrição dos fenômenos ou unidades de características

² grupo ALTER-LAEL, coordenado pela prof.^a dra. Anna Rachel Machado, era constituído, durante o período de meu doutorado, pelos seguintes alunos : Daniella Barbosa , Daniela Lopes, Adriana Cintra de Carvalho , Adriana Paes de J. Correia, Eliane Lousada , Glaucimara Baraldi , Lília Abreu-Tardelli , Luzia Bueno , Maurício Érnica , Tânia Mazzillo, Maria Izabel R. Tognato e Marina Buzzo.

praxiológicas – **agir, atividade, ação**. Esses conceitos se tornam, portanto, centrais neste trabalho de pesquisa e serão explicitados ao longo do texto.

b) análise das condições de emergência do agir humano nos diferentes gêneros de textos produzidos socialmente.

c) análise lingüístico-discursiva das unidades, estruturas e processos textuais que desempenham uma função particular na expressão das diferentes dimensões do agir.

A partir dessas problemáticas centrais, as diferentes pesquisas dos membros do grupo ALTER-LAEL apresentam objetivos específicos relacionados à análise de diferentes situações do trabalho educacional, buscando subsídios junto a outras disciplinas como a ergonomia da atividade, a psicologia, a sociologia e a própria análise do discurso.

Expandindo as noções desenhadas pelo Grupo LAF, as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo ALTER buscam outras referências da análise do discurso e têm construído procedimentos de análise que permitem uma descrição mais refinada das figuras do agir e, a partir destes trabalhos, das análises, procedimentos e categorias utilizados, este grupo busca construir procedimentos metodológicos de análise unificados.

É importante ressaltar que a presente tese difere desse conjunto de trabalhos do grupo, uma vez que não tem seu foco na situação de trabalho do professor, e sim no aprimoramento do ensino da leitura na escola. Por outro lado, esse trabalho está filiado ao grupo ALTER-LAEL na medida em que utiliza o mesmo arcabouço teórico-metodológico do grupo e inova ao transpor essa abordagem para o ensino.

4. Organização da tese

Esta tese está dividida em duas grandes partes. A parte I reúne o conjunto de pressupostos teóricos que embasaram o meu trabalho de pesquisa, enquanto que a parte 2 reúne o trabalho de pesquisa propriamente dito.

O primeiro capítulo da parte I apresenta o quadro teórico geral do interacionismo sociodiscursivo e seus princípios gerais, bem como outros

conceitos relacionados que contribuíram para complementar o referencial teórico-metodológico para a análise dos dados.

Por tratar-se de uma pesquisa que, em uma perspectiva mais ampla, envolve também o ensino, apresentaremos, ainda no capítulo um, a concepção de aprendizagem de base vygotskyana que orienta o trabalho e suas relações com o interacionismo sociodiscursivo.

Com base nos princípios gerais sobre leitura numa perspectiva interativa, o capítulo dois desta tese desenvolve, então, a idéia da leitura como potência, como instrumento de sedimentação ou de transformação das representações dos mundos que os indivíduos têm.

No terceiro capítulo, apresento as características dos textos opinativos. Reconhecendo a existência de uma abordagem de natureza mais filosófica (Tolmin,1958) e um enfoque mais estrutural (Adam,1992) centraremos nossos estudos numa perspectiva discursivo-enunciativa, tal como propõe Bronckart(1997), Dolz (1995 a, 1995b), Dolz e Pasquier (1993), Machado (1998), Golder (1996), Souza (2003), entre outros.

A parte II está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos referentes à coleta e seleção de dados, bem como os procedimentos utilizados na análise.

O segundo capítulo apresenta os resultados das análises de dados que fizemos, enquanto que o terceiro capítulo apresenta minhas reflexões finais a título de conclusão deste trabalho.

Passamos, então, ao primeiro capítulo da Parte I desta tese.

PARTE I - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

"Eu quero dizer agora o oposto do que eu disse antes
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo..."
Raul Seixas

CAPÍTULO 1 – O INTERACIONISMO SOCIODISCURSIVO

É essa concepção de dialética permanente entre as restrições sócio-histórico-discursivas e o espaço de decisão sincrônica de um agente que nos parece caracterizar mais claramente o interacionismo sociodiscursivo.

Bronckart - 1997

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar os princípios básicos que norteiam a concepção de aprendizagem que subjaz a esta tese, a relação dessa concepção com uma abordagem interativa da leitura e com a proposta de análise de textos baseada no interacionismo sociodiscursivo.

1. O interacionismo social e a problemática do agir

O objetivo desta seção é apresentar, de forma bastante breve, o percurso histórico que levou o agir humano a ser objeto de muitas das pesquisas atuais.

Como o próprio Bronckart (2004:14) nos lembra, o agir humano deixou de ser objeto de pesquisas durante um bom tempo. A hegemonia da corrente estruturalista, a partir do final da década de 60, levou ao apagamento do sujeito, do ator e do autor dos discursos para se valorizarem as estruturas, as regras e invariantes. Essa negação do sujeito transformou o indivíduo em produto dos determinismos e não sujeito de suas ações.

A década de 80, por sua vez, foi marcada pelo enfraquecimento e queda do comunismo como modelo político e do marxismo, estruturalismo e funcionalismo como referências teóricas hegemônicas, o que levou a novas leituras do próprio marxismo. Segundo Silva (2002:40), nas ciências humanas, isso significou a reabilitação do sujeito, enquanto, nas ciências sociais, permitiu a emergência do “ator”, valorizando-se a subjetividade e a individualidade do ser humano. Esse sujeito revalorizado é transformado em ator responsável pelos seus atos, pelas suas idéias e pelos seus gostos, sem ser individualista, pois inserido no social.

É nesse contexto que observamos a revalorização dos autores interacionistas. Além disso, Dosse (1992) constata que o pensamento atual converge em torno de um novo paradigma marcado pelas teorias da ação e pela análise do sentido. E, nessa perspectiva, o paradigma hermenêutico atual acentua o papel da interpretação na estruturação da ação, recuperando-se todas as categorias semânticas próprias dela: intenções, vontades, desejos, motivos, sentimentos.

Assim, revalorizam-se os trabalhos de Vygotsky e, com Brunner (1984), entre outros, ressurgem uma vertente do interacionismo social que se

caracteriza pela instauração do **agir** como unidade de análise do funcionamento humano por meio da análise das características da linguagem e de seus efeitos sobre as condições de seu funcionamento. Compreendemos, então, o ISD dentro desse quadro epistemológico maior e encontramos em Vygotsky (1934/1998; 1933/1989) a base do pensamento de Bronckart.

É na busca de uma nova psicologia no período pós Revolução Russa que Vygotsky pensa o desenvolvimento humano a partir de quatro entradas³:

a) filogênese, que pensa o desenvolvimento histórico da espécie e que nos permite concluir que o ser humano constitui a espécie menos pronta ao nascer e que, portanto, dependendo do que o ambiente fornece, o cérebro se desenvolve de um ou outro jeito.

b) ontogênese, que diz respeito ao desenvolvimento de um ser da espécie, considerando-se que o ser humano passa por um processo biológico de desenvolvimento determinado pela filogênese.

c) sociogênese, de caráter histórico-cultural, diz respeito às formas de funcionamento cultural que, de certa forma, determinam o desenvolvimento humano. A cultura, então, aparece como um alargador das potencialidades, na medida em que cada cultura organiza o desenvolvimento do indivíduo de uma certa forma. Nesse sentido, a sociogênese tem certa tinta determinista, uma vez que a cultura daria os limites do desenvolvimento.

Ao considerar essas três entradas, verificamos nelas uma natureza biológica e histórico-cultural que, de certa forma, determinariam o desenvolvimento do indivíduo, o que levou Vygotsky a ser criticado pelo caráter determinista de sua psicologia, o que não deixaria de ser uma influência do próprio marxismo.

Por outro lado, e daí a grande riqueza do pensamento vygotskyano, existe a quarta entrada, a microgênese, que é a porta aberta da teoria para o não determinismo, uma vez que cada fenômeno psicológico tem sua história. Cada indivíduo interage com o meio e procura resolver seus conflitos a partir do histórico cultural que o constitui, mas também a partir do seu caráter singular, (o qual não deixa de ser social), que nos leva a compreender o

³ Ver Kolh, Marta. In: Lev Vygotsky. Coleção Grandes educadores. Atta mídia e educação (vídeo).

posicionamento “logocêntrico” moderado defendido por Bronckart (Bronckart, 2004), uma vez que essa posição epistemológica coloca a linguagem no centro do desenvolvimento e do funcionamento humano, mas nega o determinismo definitivo do sócio-lingueiro.

Não é por acaso, então, que dizemos que, para o interacionismo social e para o ISD, a premissa básica é a primazia do social.

Estamos, portanto, diante de um ser humano em constante transformação, que interage com o meio, modificando-o e se modificando. É assim que entendemos o sujeito que, na escola, interage com seus parceiros, colegas e professores, e, nessas interações, aprende e se desenvolve. Estamos, então, diante de outro princípio básico do pensamento vygotskyano: a relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Em “Pensamento e Linguagem” (Vygotsky, 1934/1998), ao tratar do desenvolvimento dos conceitos científicos na infância, Vygotsky demonstra que a aprendizagem orienta e estimula o desenvolvimento, de forma que o saber acumulado pela sociedade e transmitido formalmente pela escola instrumentaliza o aluno para agir nessa sociedade e permite, por meio da aprendizagem, o seu desenvolvimento.

Dessa forma, segundo Vygotsky (1934/1998:127) “quando a criança aprende alguma operação aritmética ou algum conceito científico, o desenvolvimento dessa operação ou conceito apenas começou. O nosso estudo mostra que a curva do desenvolvimento não coincide com a curva do aprendizado escolar, em geral, o aprendizado precede o desenvolvimento”. Por isso, a escola exerce um papel fundamental, uma vez que é a responsável pela aprendizagem formal, responsável pelo desenvolvimento. Assim, aprendizado e desenvolvimento encontram-se inter-relacionados e em constante interação. Em outras palavras, tudo o que está no indivíduo esteve primeiro no social. Entretanto, ao se apropriar do que lhe chega do social, o indivíduo não o incorpora de forma passiva, mas transforma aquilo de que se apropriou, transformando-o em experiência única, podendo devolver à sociedade os elementos apropriados sempre de forma diferente, num recriar constante.

Preocupado em compreender os níveis de desenvolvimento da criança, Vygotsky (1933/1989:95) desenvolve as noções de zona de

desenvolvimento real, “isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” e de zona de desenvolvimento proximal, entendida como “distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com os companheiros mais capazes (1933:97)”. A partir desses princípios, podemos dizer que a atividade escolar e as constantes intervenções pedagógicas que propiciam a interação e a criação de uma zona de desenvolvimento proximal contribuem para o processo de aprendizagem e para o desenvolvimento do indivíduo.

É nessa direção em que acreditamos que deva estar qualquer proposta didática. Qualquer projeto de ensino-aprendizagem precisa levar em conta os níveis de desenvolvimento do aluno, bem como a importância da interação social para a construção do conhecimento, pois a interação se realiza no contato com o outro, a qual se dá via instrumentos simbólicos e, sobretudo, pela linguagem. Nesse sentido, a escola tem de propiciar condições para que o aluno compreenda a linguagem escrita não como mero conjunto de signos e regras gramaticais a serem decodificadas, mas como um texto em relação direta com o contexto social, pleno de significados e sentidos, ditos e presumidos, resgatando-se, assim, a natureza dialógica da linguagem. Para isso, faz-se necessário que as atividades de ensino estejam intencionalmente planejadas para o desenvolvimento das capacidades de linguagem que são mobilizadas na atividade de leitura.

A escolha do termo “escola”, nesse caso, é intencional, pois acreditamos que o ensino dos conteúdos disciplinares e, em especial, das práticas sociais de linguagem e, especificamente, da leitura devam ter um caráter transdisciplinar e, portanto, atravessar as diferentes disciplinas curriculares, devendo, portanto, integrar o projeto global da escola. A favor desse posicionamento, Kleiman (1999:16) afirma que, “todo professor é formador e também professor de leitura”. A leitura seria, então, um espaço comum a todos os profissionais que atuam em educação. Isso nos leva a pensar o ensino da leitura como um projeto colaborativo entre os professores de uma escola, que permita, assim, a construção de um espaço

compartilhado, onde a leitura seja compreendida por todos, alunos e professores, como fundamental para a construção de uma cidadania plena em uma sociedade em que a escrita tem, ainda, importância central.

Ora, esse posicionamento a respeito do ensino da leitura na escola acaba por exigir que os profissionais envolvidos tenham um maior conhecimento dos textos com os quais trabalham, extrapolando a esfera do conhecimento do conteúdo temático e tomando conhecimento das capacidades de linguagem mobilizadas no processo de leitura e suas relações com as características lingüístico-discursivas dos textos.

Essa concepção de aprendizagem que assumimos juntamente com uma concepção de leitura interativa está associada a um posicionamento epistemológico e político multidisciplinar - o interacionismo sociodiscursivo -, que apresentaremos mais detalhadamente a seguir.

2. Os princípios gerais do interacionismo sociodiscursivo

Esta seção tem como objetivo apresentar as concepções teóricas mais gerais que caracterizam o interacionismo sociodiscursivo (ISD), no que diz respeito à sua filiação ao interacionismo social, à problemática do agir e da linguagem.

Mas afinal, o que é o interacionismo sociodiscursivo? Antes de mais nada, um posicionamento epistemológico e político (Bronckart, 2004) no campo da “ciência do humano” (Bronckart, 2006:10), que tem caráter integrador e multidisciplinar e que busca explicar e interpretar o papel da atividade linguageira no agir e no desenvolvimento humano, tornando-o um ser social e consciente. Tem seus fundamentos básicos nas obras de Spinoza, Darwin, Hegel e Marx, o que significa assumir uma concepção de ser humano a partir dos princípios do monismo, do evolucionismo e do materialismo dialético, entendendo a evolução humana numa perspectiva dialética e histórica, cheia de idas e vindas, num permanente movimento descontínuo e não linear.

Enquanto corrente do interacionismo social, o ISD considera os instrumentos, a linguagem (instrumento de natureza semiótica) e o trabalho como elementos fundamentais na construção da consciência e sustenta que:

a) a problemática da construção do pensamento consciente humano deve ser tratada paralelamente à construção dos mundos dos fatos sociais e dos trabalhos culturais;

b) os processos históricos de socialização e de individuação constituem-se como duas vertentes complementares do mesmo desenvolvimento humano, idéia essa que recupera a epistemologia de cunho monista de Spinoza e que enfatiza, acima de tudo, a historicidade do humano.

Como princípio maior do interacionismo sociodiscursivo, temos a concepção de que a linguagem desempenha um papel fundamental no desenvolvimento humano, na medida em que ela contribui para codificar os pré-construídos históricos e para organizar, comentar e regular as **ações**⁴ e interações humanas. Com base em Bronckart (2006), podemos afirmar que o objetivo maior do interacionismo sociodiscursivo é demonstrar que os textos e os discursos são os instrumentos principais do desenvolvimento humano, tanto em relação aos conhecimentos (ou cognitivo) e aos saberes, quanto em relação às capacidades de agir (saber-fazer) e da identidade das pessoas.

O ISD tem suas pesquisas voltadas para três domínios de investigação: o dos pré-construídos, o dos processos de mediação e formação e o dos processos de desenvolvimento.

Esses domínios de investigação não podem ser entendidos de forma isolada e estanque, sob pena de termos uma visão muito simplista e reducionista das propostas do ISD. Eles estão em constante relação, imbricam-se e complementam-se, tendo como unidade básica de análise o agir humano que, na concepção teórico-metodológica que assumimos, manifesta-se no quadro dos pré-construídos sócio-historicamente elaborados pela humanidade.

Vejamos, a seguir, como podemos compreender de forma mais detalhada esses três níveis ou domínios de investigação propostos pelo ISD.

O primeiro nível da abordagem interacionista – o nível dos pré-construídos - envolve a análise de quatro grandes elementos principais do ambiente humano, que se relacionam entre si e que são construídos pela humanidade ao longo de sua história, a saber:

⁴ O conceito de ação será melhor explicitado no decorrer do capítulo.

1. as atividades coletivas humanas – são consideradas de natureza coletiva e como elemento primeiro ou fundamental do ambiente humano e podem ser compreendidas como sendo os quadros que organizam e mediatizam o que é central da relação que se desenvolve entre os indivíduos e o meio físico. Podem ser divididas em atividades gerais e atividades semióticas ou languageiras.

2. as formações sociais – são as formas concretas que ganham as organizações da atividade humana em função dos contextos físicos, econômicos e históricos, e são geradoras de regras, normas e valores que regulam as interações entre os membros de um grupo.

3. os textos – são os correspondentes empíricos das atividades languageiras realizadas com os recursos de uma língua natural, isto é, poderíamos dizer que a linguagem se manifesta em textos. Eles são unidades comunicativas globais cujas características composicionais dependem das propriedades das situações de interação e das propriedades da atividade geral que comentam, assim como das condições histórico-sociais de sua elaboração. Distribuem-se em múltiplos gêneros, os quais são socialmente indexados, ou seja, são reconhecidos como pertinentes e/ou adaptados a uma situação de comunicação específica. Para Bronckart (1997), seriam essas indexações sociais, ao nível dos pré-construídos, que permitem ao indivíduo escolher os textos mais adequados às diferentes situações de comunicação que ele vivencia cotidianamente.

Para o mesmo autor, ao mesmo tempo em que os textos organizam o agir, eles são co-construídos por esse agir, num processo contínuo e dialético de construção, organização e reorganização, de forma que, empiricamente, não há como separar essas duas dimensões.

4. os mundos formais de conhecimento – constituem-se em produtos das operações de re-contextualização e de generalização e aplicam-se aos textos e aos conhecimentos por eles veiculados. Sob o efeito dessas operações, certos conhecimentos são abstraídos dos contextos sócio-culturais e semióticos locais e organizam-se em sistemas de representações coletivas tendentes à universalidade. Esses mundos formais de conhecimento são o que Habermas (1987) descreve como o mundo objetivo, o mundo social e o

mundo subjetivo, os quais explicaremos mais detalhadamente ainda neste capítulo.

O segundo nível de análise trata dos processos desenvolvidos pelas comunidades humanas para assegurar a transmissão e a reprodução dos pré-construtos históricos, quais sejam:

a) os processos de educação informal por meio dos quais os adultos integram as crianças e os jovens nos pré-construídos coletivos;

b) processos de educação formal, que dizem respeito à transmissão do saber e às dimensões pedagógicas que envolvem as condições de formação de pessoas em ensino formal.

c) processos de transação social no quadro das interações cotidianas que se desdobram em avaliações, geralmente languageiras, recíprocas, que contribuem para manter as interações, ainda que em situações de conflito.

Esses processos envolvem uma grande diversidade de meios e, portanto, de aprendizagens diversos. Segundo Bronckart, o grupo por ele coordenado, assim como outros grupos, centralizaram-se fortemente nos estudos das mediações no quadro dos sistemas educativos, considerados como o principal meio de formação nas sociedades contemporâneas.

Segundo Bronckart, no terceiro nível de estudo – a análise dos processos de desenvolvimento - focalizar-se-iam os efeitos exercidos pela transmissão dos pré-construídos aos seres humanos, em três domínios de investigação:

a) na análise das condições de emergência do pensamento consciente – que resulta da interiorização dos signos languageiros por meio da interiorização de suas quatro propriedades fundamentais já formuladas por Saussure: caráter imotivado, radicalmente arbitrário, discreto e ativo;

b) na análise das condições de desenvolvimento posterior das pessoas – desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades de agir;

c) na análise dos mecanismos pelos quais qualquer pessoa contribui para a transformação permanente dos pré-construídos.

Acreditamos que o desenvolvimento do indivíduo é constante, permanente e vai além dos sistemas educativos, o que nos permite afirmar que, embora a pesquisa que apresento aqui esteja relacionada às mediações formativas escolarizadas, pois a escola é a instituição responsável pela

transmissão dos pré-construtos sócio-historicamente construídos pela humanidade, ela também se relaciona com os outros níveis de análise.

Na seção seguinte, examinaremos mais especificamente, como se concebe o agir humano no quadro do ISD.

3. O interacionismo sociodiscursivo e o agir humano

Ao eleger o agir humano como unidade de análise, Bronckart (1997, 2004, 2006) percorre diversas correntes da filosofia e da sociologia, especialmente Anscombe (1957), Von Wright (1971), Ricouer (1989) e Habermas (1987), que tratam da ação e, em especial, de sua distinção de acontecimento. Ao fazer uma revisão geral das teorias de ação, o autor discute como cada uma dessas teorias aborda um aspecto do estudo da ação, observando que cada uma delas representa uma forma de interpretação da conduta humana, o que nos leva a concluir que não há uma teoria que englobe todas as possibilidades de análise da conduta humana. Tendo em vista essas considerações, Bronckart propõe, então, reunir uma série de categorias já estudadas e procura criar uma terminologia conceitual própria para estudar a ação, sendo sua teoria, então mais uma possibilidade de interpretação da ação humana.

Do ponto de vista metodológico, o interacionismo sociodiscursivo faz uma distinção entre agir (no sentido geral) e agir languageiro (de natureza semiótica). Ambos são formas de agir humanas, que mantêm uma relação indissolúvel entre si, na medida em que um não existe sem o outro.

Se há um agir, seja ele geral, seja ele languageiro, temos a existência de um **actante** dotado de uma série de recursos, fruto do processo de aprendizagem dos pré-construídos, seja os recursos relacionados às capacidades de agir, seja em relação aos mundos formais de conhecimento os quais, em interação, permitem que a intervenção do actante tenha um certo resultado.

A partir de Van Wright (1971) e Anscombe (1957/2001) Bronckart analisa a diferença entre ação e evento, levando-se em consideração que a “ação” comporta condutas de intervenção intencional no curso das coisas. **Ação**, então, para esses autores, envolveria o exercício do poder, a orientação intencional, a interdependência com os motivos, enquanto os

eventos se produzem na natureza, sendo interpretados ao nível das relações causais, sem comportar a intervenção humana intencional.

Bronckart (1997, 2004, 2006), entretanto, assume e amplia a perspectiva que Ricouer defende em sua “semântica da ação”, na qual identifica e define os parâmetros que permitem distinguir, mais claramente, a ação dos eventos: para Ricouer, toda ação implicaria um **agente** que, ao intervir no mundo, mobilizaria as **capacidades mentais e comportamentais** de que dispõe (poder fazer) transformando-as em motivos e intenções. Para Bronckart (2004, 2006) os motivos e razões que o agente assume dizem respeito às representações anteriores ao agir (por que fazer), enquanto as **intenções** (efeitos que se quer alcançar) teriam função projetiva. Todos esses elementos são mobilizados em função do resultado que se espera alcançar, porém a obtenção desse resultado não ocorre de forma retilínea, pois é preciso constantes ajustes do agir em função dos outros envolvidos na atividade. Nunca agimos sozinhos; por isso, temos que ajustar as nossas ações em função das representações de mundo, dos motivos e intenções dos outros.

Bronckart ainda define os três parâmetros que definem a responsabilidade dos actantes, transformando-os em **atores**: capacidades, razões e intenções.

Embora Bronckart aproveite a abordagem de Ricouer, vê nela algumas limitações e, por isso, procura ir além, destacando que o agir não é produção de um ator solitário. O agir é, sempre, uma entidade dialógica, influenciada por fatores históricos, sociais, culturais e semióticos. Embora a ação seja o recorte individual da atividade, esse agir tem sempre um caráter de interação, uma vez que agimos dentro de uma certa atividade (que é sempre coletiva, social) e também porque o indivíduo interage com sua própria história. Além disso, uma vez realizada a ação, o agente perde o controle em relação aos seus efeitos e em relação às diferentes interpretações que se podem fazer dela.

Nesse sentido, compreendemos a ação individual do ponto de vista do interacionismo social, isto é, como participação na atividade coletiva. Segundo Schurman (2003 :56), a pessoa constitui sua história à medida que sua ação é parte da atividade coletiva. Tudo que um indivíduo produz, cria,

pensa, age, faz parte de um sistema de relações sociais e, nesse sentido, trilha territórios alheios. Uma ação se pensa e se desenvolve na interação com os outros.

Para aprofundar o estudo da ação, o ISD recorre, ainda à teoria do agir comunicacional de Habermas (1987), o qual parte do princípio que toda atividade organiza-se a partir das representações coletivas que constituem nosso conjunto de conhecimentos sobre o mundo e se organizam em três sistemas qualificados de mundos: mundo objetivo, mundo social e mundo subjetivo:

<p>MUNDO OBJETIVO OU MATERIAL</p>	<p>Representações referentes aos conhecimentos relativos ao universo material elaborados sócio-historicamente. Em síntese, representações dos objetos do mundo, quaisquer que sejam.</p>
<p>MUNDO SOCIAL</p>	<p>Representações referentes aos conhecimentos sobre o conjunto de regras, convenções, sistemas de valores elaborados por um grupo particular, enfim, representações dos diferentes modos de colaboração entre os indivíduos que participam da organização da vida coletiva.</p>
<p>MUNDO SUBJETIVO</p>	<p>Representações referentes aos conhecimentos sobre as características individuais e internas de cada ser humano implicado na atividade social.</p>

Quadro 1 – os mundos formais de conhecimento (Habermas, 1987)

E é a partir da teoria do agir comunicacional que Bronckart postula a existência de dois tipos de agir básicos (Bronckart, 2004:27):

a) Agir praxiológico – visa a um efeito direto sobre o mundo e que apresenta três aspectos: agir teleológico, agir regulado por normas e agir dramaturgico, derivados da relação entre o agir e sua pretensão de ser validado em relação ao mundo objetivo, ao social e ao subjetivo.

b) Agir comunicacional – envolve a linguagem, vista como instrumento de natureza semiótica, a qual prolonga e reforça as capacidades comportamentais humanas. Esse agir comunicacional materializa-se em práticas de linguagem que visam a estabelecer um acordo necessário para o

desdobramento social das diversas formas do agir praxiológico. Seu efeito, portanto, não é direto sobre o mundo, mas é anterior e necessário para o indivíduo agir sobre o mundo.

Entretanto, esses tipos de agir não se realizam autonomamente, pois o agir comunicacional articula-se ao agir praxiológico, é o instrumento pelo qual se manifestam concretamente as avaliações sociais de pretensão à validade das três formas do agir praxiológico.

Para compreendermos os aspectos do agir praxiológico e sua relação com a avaliação que fazemos sobre nosso próprio agir e o dos outros, é preciso compreender o que Habermas propõe em relação às *pretensões à validade*. Segundo o autor, todo agir humano mostra pretensões à validade a partir das quais se exerce avaliações e controle coletivo em relação aos mundos físico, social e subjetivo. O quadro abaixo sintetiza os aspectos do agir em relação às suas pretensões à validade e em relação aos mundos sob as quais elas se constroem:

O AGIR EXIBE PRETENSÕES À VALIDADE EM RELAÇÃO AO :	MUNDO OBJETIVO	MUNDO SOCIAL	MUNDO SUBJETIVO
	Procurando se mostrar verdadeiro em relação aos conhecimentos, o que condiciona a eficácia do agir que intervém no mundo	Procurando se mostrar em conformidade com as regras e valores sociais	Procurando se mostrar autêntico ou sincero.
Aspectos do AGIR	agir teleológico	agir regulado por normas	agir dramático

Quadro 2 – Origem dos tipos de agir.

A teoria de Habermas (Habermas, 1987) apresenta, ainda, a relação entre os mundos formais e o que ele chama de mundo vivido. A distinção entre mundos formais e mundo vivido é fundamental, pois a regulação do agir dá-se por meio das múltiplas representações e pelo importante papel do mundo vivido. O mundo vivido diz respeito a certas dimensões do estado de um agente no momento em que ele se engaja no agir. Esse agente tem uma série de conhecimentos explícitos dos mundos formais que ele acumulou ao

longo da vida, ou seja, ele tem um conjunto de experiências as quais o fazem ser dotado de um saber de primeiro plano relativo ao contexto desse agir. O mundo vivido é constituído, também, de uma reserva de convicções e hipóteses de natureza implícita que interferem no agir e que servem de “pano de fundo” a respeito do contexto em que o actante se encontra, dando-lhe uma pré-compreensão do contexto.

O engajamento no agir se traduz, então, necessariamente, por uma confrontação entre os elementos do mundo vivido que orientam esse engajamento e os sistemas de conhecimentos formais a partir das quais se desdobram as avaliações sociais (as contestações e as justificativas) desse agir, transformando, inclusive, o próprio mundo vivido. Entre mundos formais e mundo vivido, portanto, instaura-se uma relação dialética que, para o ISD, é fator maior do desenvolvimento humano.

Essa relação dialética é fator de desenvolvimento e pode ser melhor entendida se pensarmos na existência de conflito de representações entre indivíduos, uma vez que um indivíduo elabora suas avaliações a partir do que considera familiar ou não em relação às representações que tem de seres, objetos e acontecimentos. Da mesma forma, todos esses conjuntos de sistemas de representações também regulariam as interpretações, as avaliações e os controles coletivos sobre o agir individual. O carácter plural, multifacetado e conflituoso do ser humano em interação com um contexto social absolutamente dinâmico, dá origem a conflitos em relação ao nosso agir e em relação à interpretação e à avaliação do agir do outro. De acordo com Machado⁵, podem ser identificados conflitos de diferentes naturezas:

- a) conflitos entre as representações de cada “mundo” de cada actante;
- b) conflitos entre os “mundos” de cada actante;
- c) conflitos entre os elementos do “mundo vivido” e os conhecimentos formais do actante;
- d) conflitos entre as representações dos diferentes actantes, entre as representações do actante e do observador externo.

⁵ Notas de aula. 2004 (não publicado).

Uma vez que o sujeito tem o seu agir “julgado” pelo controle coletivo dos outros, isso contribui para delimitar as suas ações do ponto de vista externo, quando o outro:

- a) atribui os motivos e intenções de seu agir;
- b) atribui-lhe recursos e capacidades cognitivas e comportamentais para agir;
- c) atribui-lhe determinadas intenções ao seu agir. Dessa forma, atribui-lhe uma responsabilidade no agir.

Mas não é só a avaliação externa que altera e constitui o sujeito e que atribui a ele uma certa responsabilidade sobre seu agir no mundo. A avaliação de si mesmo também constitui o sujeito, pois ele incorpora os critérios de avaliação coletiva em relação aos mundos representados e passa a aplicá-los a si mesmo, construindo representações de si mesmo como responsável por suas ações em relação às diferentes situações em que está envolvido.

É interessante observar que a constituição do sujeito se dá não só a partir da internalização da avaliação do outro, mas também do embate que se trava entre a avaliação/representações dos outros e a sua própria auto-avaliação/representações internas. É a negociação constante e conflituosa entre as avaliações externas e a representação de si mesmo que gera a transformação contínua de um sujeito essencialmente polifônico. (Bronckart, 2000).

Na mesma linha de pensamento, podemos afirmar que o agir humano, não pode ser deterministicamente atribuído a representações diretamente ‘obedecidas’, mas como resultado interno de um confronto constante entre diferentes representações, que nos levam a efetuar escolhas, diante das possibilidades que nos são dadas.

De forma semelhante, ao discutir os conceitos de agentividade e “atorização”, Schurmans (2003:57) assume uma abordagem compreensiva desses conceitos e considera os seres humanos não como simples reprodutores, mas como reagentes aos determinismos (de diferentes naturezas – biológicos, ambientais, históricos, culturais, sociais, econômicos)

os quais pesam sobre eles, ao mesmo tempo em que, por outro lado, são constituídos por esses determinismos.

Ao considerarmos a pessoa sob o ângulo da agentividade, reconhecemos, segundo Schurmans (2003), que nós, seres humanos, não somos “todo poderosos”, uma vez que certas situações se impõem a nós de forma aleatória. Por outro lado, ao considerarmos a pessoa sob o ângulo complementar de sua “atorialidade”, compreendemos o indivíduo como produtor de sentido, que reage aos eventos e participa de sua história, podendo ser considerado autor da situação.

Se levarmos em conta a agentividade e a atorialidade no âmbito das representações, observamos, de acordo com Bronckart (2004,2006), que qualquer indivíduo é, indissociavelmente, ator e agente. Para Schurmans (2003:274): “Nós somos, ao mesmo tempo, agentes e atores. Agentes, na medida em que nossa ação se realiza submetida à instituição que enquadra o possível e o pensável; atores, porque somos dotados de um poder que se traduz na força que gera a mudança na constituição coletiva da história”.

Entretanto, os motivos e intenções, as capacidades cognitivas e comportamentais para agir, a responsabilidade dos indivíduos (que, como vimos, nos dão o estatuto de ator) não podem ser detectadas diretamente a partir de condutas observáveis. Na concepção que adotamos, os textos estabelecem uma reconfiguração do agir humano veiculando interpretações e avaliações sobre esse agir. Dessa forma, são nos textos, quer sejam orais ou escritos, quer sejam os que dirigimos a nós mesmos ou aos outros, quer sejam o que são a nós dirigidos é que se “desenham” as “figuras interpretativas” de nosso agir, tal como é representado por nós, atribuindo-nos, ou não, as características de um agente ou de um ator.

Na medida em que os textos referem-se a uma determinada atividade social, eles exercem influência sobre essa atividade e sobre as ações que nela estão envolvidas, refletindo, ao mesmo tempo, as representações, interpretações, avaliações existentes a respeito dessas mesmas ações e da atividade social que se realiza. Por outro lado, são destes mesmos textos que podemos fazer emergir essas representações, interpretações e avaliações que nos levam a compreender a ação de linguagem e a ação humana.

Ao reconhecer o sentido relativo dos conceitos de “ação” e “atividade” nas diferentes teorias e, portanto, a multiplicidade de interpretações decorrentes disso, Machado & Bronckart (2004) desenvolveram uma proposta para orientar os trabalhos de pesquisa, buscando, assim, estabelecer conceitos e categorias mais estáveis para o desenvolvimento das pesquisas do grupo, de acordo com a teoria exposta até agora.

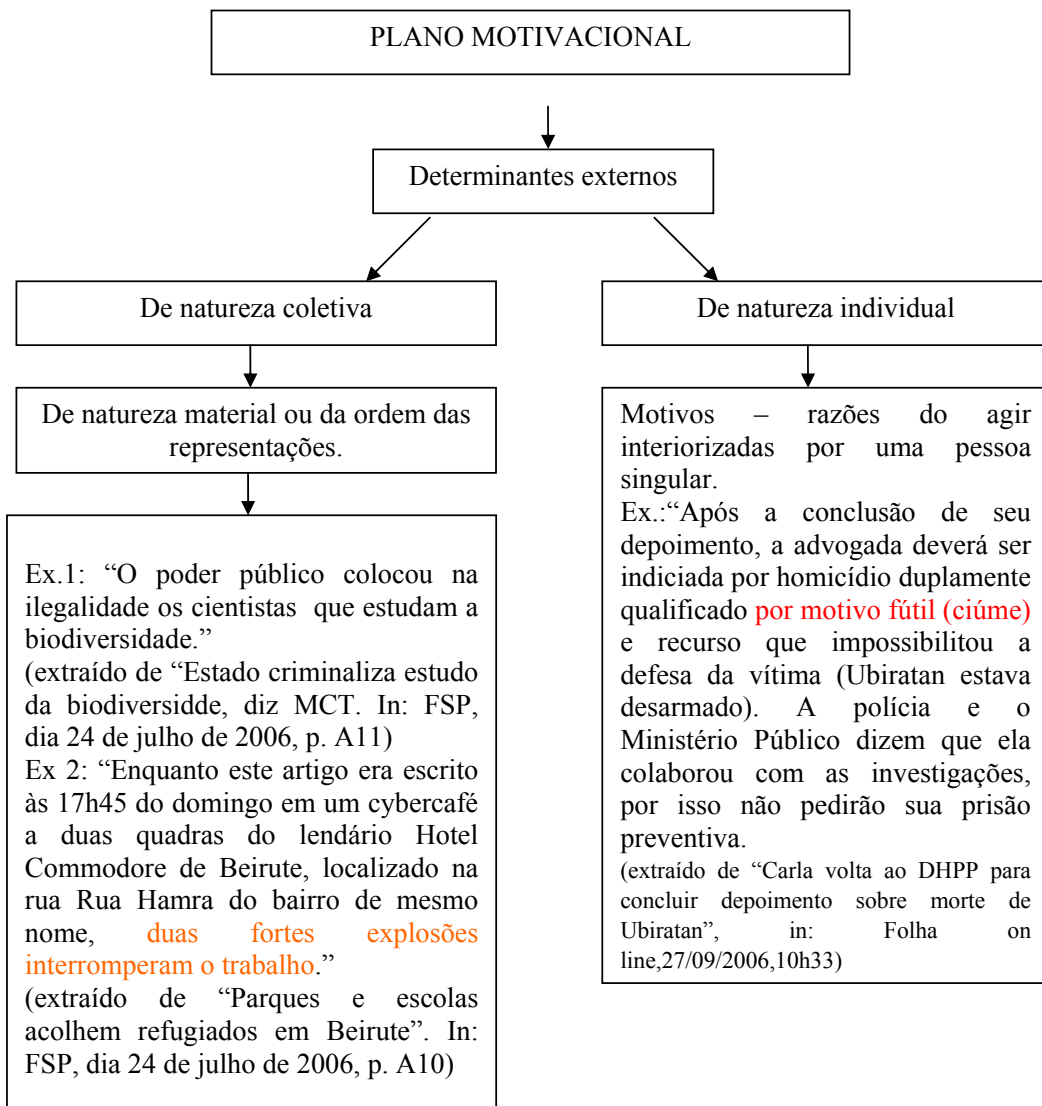
Assim, o termo “**agir**” diz respeito às diferentes intervenções dos seres humanos sobre o mundo, enquanto que os conceitos de **atividade** e **ação** designam interpretações desse agir coletivo ou individual, respectivamente, quando esse agir é interpretado como sendo movido por intencionalidade, razões para o agir e com recursos para o agir. Do ponto de vista metodológico, é possível ainda fazermos uma distinção entre agir (no sentido geral) e agir languageiro (de natureza semiótica).

Se há um agir, seja ele geral, seja ele languageiro, temos a existência de um **actante**, qualquer pessoa que está implicada no agir. Trata-se de um termo que ainda não indica que à essa pessoa é ou não atribuída uma determinada responsabilidade no agir.

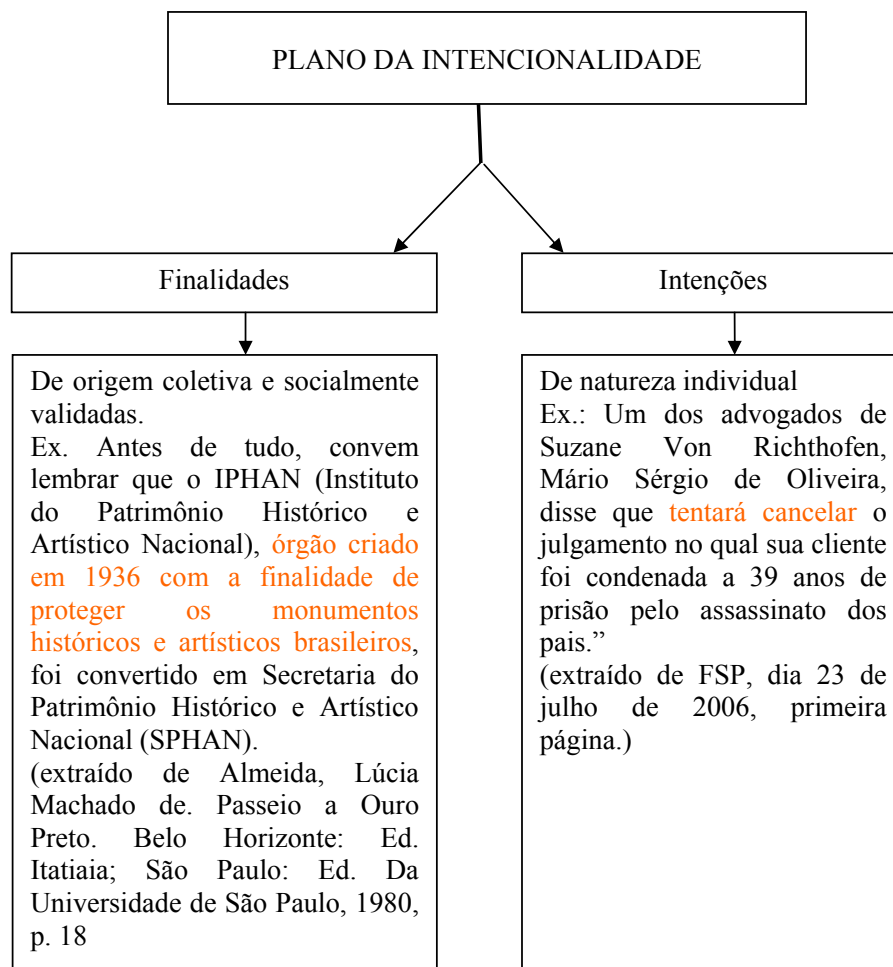
Esse actante pode ser:

- no plano interpretativo, considerado “**agente**”. Neste caso, o actante não tem, nas formas textuais, a ele atribuídas capacidades, responsabilidades, finalidades, intenções e motivações;
- considerado **ator**. Neste caso, o actante assume, nas formas textuais, capacidades, responsabilidades, finalidades, intenções e motivações. É a avaliação social que nos fabrica como responsáveis pelas nossas ações dentro da atividade.

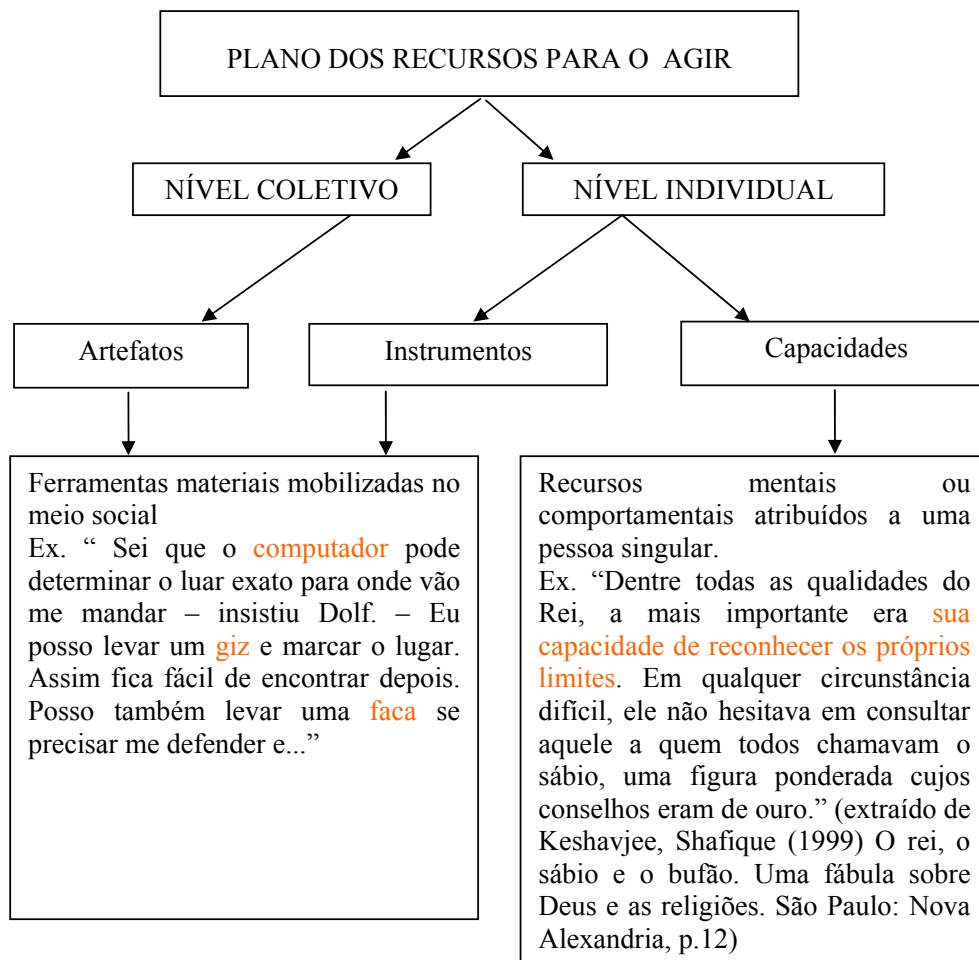
Decorre também, então, os três planos de análise do agir propostos por Machado e Bronckart (2004): o plano da motivação, da intencionalidade e dos recursos do agir, os quais explicitamos melhor a seguir.



Quadro 3 – relativo ao plano motivacional do agir



Quadro 4 – relativo ao plano da intencionalidade do agir



Quadro 5 – relativo ao plano dos recursos do agir

Em síntese, segundo Bronckart (2004), o agir é interpretado na medida em que atribuímos ou não às condutas humanas observáveis uma dessas propriedades: determinações externas e motivos que levam o sujeito ou um grupo a agir; a intencionalidade, seja a finalidade ou a intenção que leva ao agir e os recursos externos e internos usados para o agir. O agir, então, envolve sempre um ou vários sujeitos que, no texto, podem assumir papéis diferentes (ator ou agente) e que chamamos de protagonista.

A análise desses papéis pode ser feita a partir do estudo sintático-semântico proposto por Bronckart e Machado (2004). Por meio dela, é possível fazer o levantamento do papel que é atribuído aos protagonistas. A análise sintática permite identificar o papel sintático que é atribuído ao

protagonista da ação: sujeito, objeto, complemento, predicativo do sujeito, etc., enquanto que a análise semântica destaca a relação do protagonista com esse agir, por exemplo, se lhe é atribuído responsabilidade pelo agir (agentivo), se ele sofre o agir do outro (objetivo) ou se ele se beneficia de um agir direcionado a outro (beneficiário) Abaixo, seguem os principais papéis semânticos atribuídos aos protagonistas de um agir:

Agentivo	Ser animado responsável por um processo dinâmico
Instrumental	Ser inanimado que é a causa imediata de um evento ou que contribui para a ocorrência de um processo dinâmico
Atributivo	Entidade a quem é atribuída uma determinada sensação ou estado.
Objetivo	Entidade que sofre um processo dinâmico
Beneficiário	Destinatário animado de um processo dinâmico
Factivo	Estado ou resultado final de uma ação expressa pelo verbo

Quadro 6 – papéis sintático-semânticos atribuídos aos protagonistas de um agir

4. A configuração global dos textos

Em relação direta com a teoria exposta nas seções anteriores, Bronckart e seu grupo construíram, durante vários anos todo um trabalho visando a caracterizar os diferentes níveis de apreensão dos textos.

Para isso, destacamos a diferença entre o conceito de texto e o conceito de discurso apresentada pelo ISD. De acordo com Bronckart (1997:45), texto seria: “ toda a unidade de produção verbal situada, acabada e auto-suficiente do ponto de vista da ação ou comunicação”, sendo formado por frases interligadas, a partir de regras determinadas e que transmitem uma mensagem coerente. Acompanhando a evolução conceitual que foi sendo construída pelo autor, em Bronckart (2004, c) os textos podem ser definidos como os correspondentes empíricos-lingüísticos das atividades languageiras

de um grupo⁶ que (Bronckart, 2005) se constroem com a mobilização dos recursos lexicais e sintáticos de uma determinada língua natural.

O texto deve ser compreendido dentro de um conjunto maior de espécies de textos ou gêneros - conjunto dos enunciados relativamente estáveis na sociedade – daí serem chamados de **gêneros de texto**. A respeito dessa conceituação, Bronckart (1997:142-143) faz uma série de observações, demonstrando a influência da noção de gênero do discurso (Bakhtin, 1953/1997) e sua construção sócio-histórica sobre sua proposta teórica e, especialmente, a equivalência entre os conceitos de gênero de texto e gênero de discurso.

Segundo Bronckart (1997:60), “a escolha (do gênero) efetua-se na confrontação entre os valores atribuídos pelo agente aos parâmetros de sua situação de comunicação, e leva em consideração os mundos representados (contexto de produção) e os valores de uso atribuídos aos gêneros disponíveis no intertexto⁷.”

Do ponto de vista teórico-metodológico, a análise dos textos leva em conta o levantamento de hipóteses sobre o contexto de produção que influencia a forma que o texto vai tomar e propõe, também, uma análise mais refinada da arquitetura interna dos textos chamada de “folhado textual”, pois o autor concebe o texto em níveis diferentes de organização, superpostos um sobre o outro, embora não estanques. Há uma relação de interdependência e interpenetração entre esses níveis, daí a metáfora de “folhado” ou de “patisserie”. Esses três níveis de análise são: a infraestrutura textual, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Para o estudo das figuras interpretativas do agir, Bronckart e Machado (2004) propõem o estudo da semântica do agir nos textos.

Vejamos, a seguir, cada um desses níveis de análise.

⁶ « Dès lors, les textes peuvent être définis comme les correspondants empiriques-linguistiques des activités langagières d'un groupe – (Bronckart, 2004 c)

« Como dissemos, a atividade languageira apresenta-se empiricamente na forma de textos (orais ou escritos) que se constroem com a mobilização dos recursos lexicais e sintáticos de uma determinada língua natural. Assim, os textos podem ser definidos como sendo os correspondentes empíricos/lingüísticos das atividades languageiras de um grupo. » (Bronckart, 2005)

⁷ Numa perspectiva sócio-discursiva, podemos entender o intertexto como: “o conjunto de gêneros de texto elaborados pelas gerações precedentes, tais como são utilizados, e eventualmente transformados e reorientados pelas formações sociais contemporâneas.”(Bronckart:1996;60)

4.1. O contexto sócio-interacional e a situação de produção

Reconhece-se a fundamental importância da reconstrução do contexto sócio-interacional de produção do texto para a análise do agir. Nesse sentido, resgata-se a importância de Bakhtin, um pensador que historiciza a linguagem, deixando clara a relação existente entre linguagem e contexto social. Brait (1997: 97), ao discutir as idéias desse autor, afirma que “a palavra não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado”. Justifica-se, portanto, a importância do estudo do contexto sócio-interacional mais amplo e, também, o estudo da situação de produção.

A situação de produção envolve, segundo Bronckart (1997/1999:93), “os parâmetros que podem exercer influência sobre a forma como um texto é organizado, a partir das representações pessoais que o agente faz do mundo objetivo e do sócio-subjetivo.” É importante ressaltar que o que podemos fazer, ao analisarmos esses parâmetros de produção, é levantarmos hipóteses das representações desse agente, a partir do material que temos em mão e a partir de nossas próprias representações, uma vez que nós também somos agentes.

Para Bronckart, a situação de produção, vista como as representações do agente produtor, deve ser analisada a partir de dois conjuntos de fatores agrupados e, a nosso ver, indissociáveis:

1. o que ele chama de mundo físico, o qual se relaciona com a situação material de produção e;
2. o que o autor chama de mundo sócio-subjetivo, que se relaciona com a situação de interação social.

É a partir desses sistemas de representações que o sujeito pode situar e avaliar suas ações:

- a) fazendo uma representação interna do contexto de produção e;
- b) mobilizando as representações referentes ao conteúdo temático.⁸
- c) entrando em conflito com as representações sociais dos “outros”.

⁸ conteúdo temático compreendido como o conjunto de informações que estão explicitamente presentes no texto.

1. Em relação ao mundo físico, quatro são os parâmetros essenciais a serem analisados:

- a) **lugar de produção**, considerado como o lugar físico da produção do texto empírico.
- b) **momento de produção**, considerado como o período de tempo em que o texto é produzido.
- c) **emissor**, considerado como a pessoa física que produz o texto, seja ele oral ou escrito.
- d) **receptor**, considerado como a pessoa física ou conjunto de pessoas a quem se destina o texto, estando ou não no mesmo espaço-tempo da produção.

2. Em relação ao mundo sócio-subjetivo, o qual leva em conta as representações que o agente faz de normas, valores, regras e a imagem que o agente tem de si próprio ao agir, também se destacam quatro outros parâmetros de análise relacionados, portanto, à situação de interação social:

- a) **lugar social**, considerado como o quadro das instituições e da formação social em que se dá a produção do texto: escola, família, interação formal ou não.
- b) **posição social do emissor**, *considerado como o papel social desempenhado pelo agente, que se torna enunciador.*
- c) **posição social do receptor**, considerado como o papel social atribuído ao receptor pelo agente. Esse receptor ganha o estatuto de destinatário.
- d) **objetivo**, compreendido como os efeitos que o produtor quer produzir sobre o destinatário, levando-se em conta o ponto de vista do enunciador.

Um dos parâmetros de análise proposto por Bronckart diz respeito ao agente produtor do texto (emissor-destinatário). Sobre isso, observamos a influência de Bakhtin (1953/1997), para quem o autor está presente em sua obra, principalmente no momento em que *“conteúdo e forma se fundem”*. A nosso ver, este autor é aquele que constrói significados e sentidos, a partir das representações que tem da realidade. Segundo Bronckart (1997/1999), é a partir das representações que constituem o mundo físico e o sócio-subjetivo do produtor, portanto, não é um agente “assujeitado”, que somente sofre os efeitos do meio, mas um sujeito que interage com esse meio e com seus parceiros em uma determinada situação de comunicação. O que existe é um constante diálogo entre os interlocutores (eu-outro/ autor-leitor/ enunciador-destinatário) e entre os diferentes discursos. Remetendo-nos, de novo, ao próprio Bakhtin (1953/1997:316), lembramos que o “enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados”, assim como reflete o papel

social do agente, seu lugar social e os efeitos que o autor espera produzir no destinatário.

Sem confundir a figura do agente produtor (indivíduo físico) com o enunciador, narrador e expositor (figuras construídas discursivamente) não podemos nos esquecer de que esse sujeito histórico é também um sujeito ideológico que, conforme Pauliukonis (2003:39) tem na sua fala “um recorte das representações sociais do seu tempo, ou um sujeito heterogêneo que insere outras vozes em seu discurso e delas se utiliza em suas argumentações”.

Essa natureza dialógica da linguagem, fundamento básico do pensamento de Bakhtin, remete-nos a outro parâmetro proposto por Bronckart: a análise do “outro”, do interlocutor, de quem o agente espera uma “compreensão responsiva ativa”. Nos dizeres de Bakhtin (1953/1997:290): “De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, como com este discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes, já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor.”

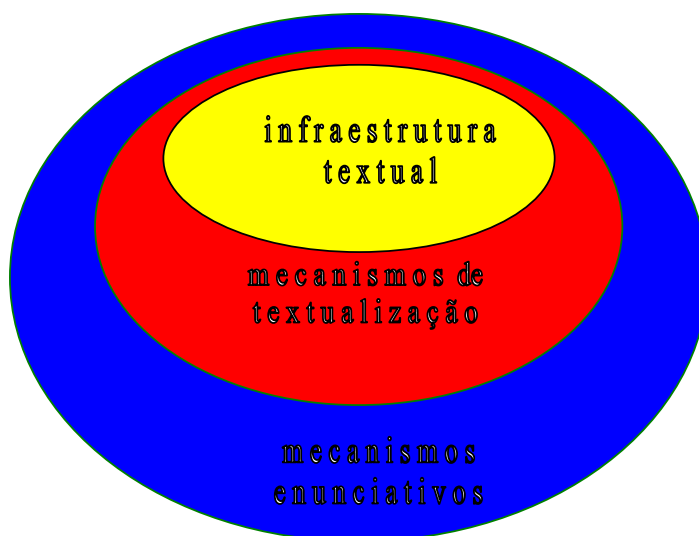
Parece que Bronckart, nos trabalhos posteriores ao livro “Atividades de linguagem, textos e discursos”, de 1997, procurou ampliar e ao mesmo tempo considerar com maior complexidade os procedimentos de análise da situação de produção. Trata-se de buscar informações “externas” aos textos, no sentido de se resgatar a situação sócio-histórica em que está imersa a produção dos mesmos. Para nós, considerando a temática dos textos selecionados para análise neste trabalho, faz-se necessário conhecer a conjuntura política brasileira no momento dos fatos (Caso Waldomiro Diniz), bem como conhecer o contexto intelectual/jornalístico em que escrevem os autores desses textos.

Em segundo lugar, cabe observar que o estudo da situação de produção e especialmente dos parâmetros do mundo sócio-subjetivo apresenta uma série de dificuldades derivadas da impossibilidade de se identificar quais foram, de fato, as representações do mundo sócio-subjetivo

efetivamente mobilizadas por um determinado agente produtor e pelos seus interlocutores. Por isso, configura-se o conflito de representações entre os interlocutores e o texto se torna o lugar do embate dessas diferentes representações em conflito.

4.2. A arquitetura interna dos textos – o folhado textual

Além do estudo do contexto de produção, que faz parte de toda produção textual, Bronckart nos fornece um modelo de análise mais refinada da arquitetura interna dos textos, que é chamada de “folhado textual”, pois o autor concebe o texto em níveis diferentes de organização, superpostos um sobre o outro, embora não estanques. Há uma relação de interdependência e interpenetração entre esses níveis e daí a metáfora criada pelo autor: a de “folhado” ou de “pâtisserie”. Observemos o desenho ⁹a seguir, que procura de forma esquemática representar os três níveis de análise: a infraestrutura textual, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos, os quais formam o nível organizacional dos textos.



⁹ Extraído de Luca, Glaucimara Baraldi. Subsídios lingüístico-discursivos para a prática da leitura na aula de História. Dissertação de mestrado, Lael/2000, p. 73

4.2.1. A infraestrutura textual

Este nível engloba o estudo do plano global do texto, dos tipos de discurso e das seqüências predominantes, bem como os valores que as unidades dêiticas assumem, as modalizações e a identificação dos protagonistas centrais postos em cena no texto, assim como a análise sintático-semântica dos sintagmas nominais que a eles se referem.

a) Plano Global

O plano global do texto diz respeito à organização do conteúdo temático e depende do gênero ao qual o texto pertence, bem como de sua extensão, do contexto de produção e do conteúdo temático.

Geralmente, o plano global deriva da combinação específica dos tipos de discurso, das seqüências e de outras formas de planificação. Devido a isso, a classificação dos planos de texto torna-se praticamente impossível, assim como é impossível classificar e categorizar todo o universo de gêneros de texto existentes. Soma-se a isso o exame da capa, do título, das divisões presentes no texto, de seus tamanhos, dos elementos paratextuais que o circundam, etc. Devido a toda sua complexidade, em nosso trabalho limitaremos-nos a estudar o plano global de cada texto empírico e a fazer um resumo do conteúdo temático, tal como propõe Bronckart (1997/1999:248)

b) Mundos discursivos e tipos de discurso

Dentro da proposta teórica de Bronckart, é preciso explicitar bem as escolhas conceituais e terminológicas que ele faz, bem como distinguir texto de discurso.

O conceito de texto pode ser usado em diversas acepções. Os textos podem ser definidos como sendo os correspondentes empíricos/lingüísticos das atividades languageiras (Bronckart, 2004), reúnem tanto as produções escritas como as produções orais. O texto é visto como uma unidade de comunicação verbal superior organizada, que transmite uma mensagem que tende a ser coerente e que revela a atividade social que a gera. Cabe aqui ainda uma outra observação de natureza terminológica, uma vez que a noção de texto também é utilizada pela Lingüística textual. Bronckart procura explicitar essa divergência conceitual. Enquanto Adam (1991) considera seu

projeto de trabalho analisar o texto em si, isto é, sem relação com as atividades sociais, Bronckart (1997/1999), por sua vez, considera o texto não como um objeto puro, mas sim em relação direta com o contexto de produção. Bronckart revê o conceito de ação como correspondente empírico da ação de linguagem, tal como proposto no modelo de 1997 e, ao rever sua posição, para a considerar o conceito de texto como correspondente das atividades de linguagem, o que dá ao texto um caráter “coletivo”, explicitado pelo dialogismo e por meio das diversas vozes implícitas e explícitas que o constituem.

Por outro lado, os tipos de discurso seriam segmentos de textos que, nas palavras de Bronckart, (1997/1999:149) se caracterizam como “formas lingüísticas que são identificáveis nos textos e que traduzem a criação dos mundos discursivos específicos, sendo esses tipos articulados entre si por mecanismos de textualização e por mecanismos enunciativos que conferem ao todo textual sua coerência seqüencial e configuracional”. Além disso, os tipos de discurso constituem-se a partir de modelos disponíveis no chamado interdiscurso, tal qual ocorre com os gêneros de texto em relação ao intertexto.

Para a construção dos tipos de discurso, o agente produtor desenvolve três procedimentos psicológicos. O primeiro diz respeito à construção de mundos discursivos virtuais, diferentes do mundo ordinário em que o agente se insere, mas que, ao mesmo tempo, articulam-se a ele. Em relação a isso, o agente produtor pode decidir por situar as coordenadas do mundo discursivo disjuntas das coordenadas do mundo da interação social (mundo ordinário), ou seja, os fatos são organizados estabelecendo-se distância entre o mundo ordinário e as coordenadas do conteúdo temático, não importando se os fatos são passados, presentes ou futuros, reais ou imaginários, pois os fatos são narrados como se fossem passados, caracterizando a ordem no narrar (como podemos observar no exemplo 1); ou o agente pode situar as coordenadas do mundo discursivo conjuntas ao mundo onde se realiza a ação da linguagem. Os fatos são apresentados como acessíveis ao mundo ordinário do agente e são expostos, caracterizando a ordem do expor, no qual o conteúdo temático é avaliado

segundo os critérios de validade do mundo ordinário (como podemos observar no exemplo 2).

EXEMPLO 1

“Em um país distante, vivia um povo pacífico. As ondas sujas e revoltas dos problemas do mundo só muito raramente vinham rebentar em suas belas praias quentes e acolhedoras. Isolados de tudo, e orgulhosos de sê-lo, seus habitantes dedicavam seu tempo ao trabalho e à família, ao lazer e aos amigos”.

(extraído de Keshavjee, Shafique (1999) O rei, o sábio e o bufão. Uma fábula sobre Deus e as religiões. São Paulo: Nova Alexandria, p.11).

EXEMPLO 2

“Refrigerantes normal e diet, água mineral e gasosa e gelo são imprescindíveis em qualquer refeição. Num almoço, suco de frutos é muito adequado. As polpas são uma boa opção e podem ser encontradas em todos os sabores e cores”.

(extraído de Dajcz, Mônica. Segredos de uma banqueteira – para receber em casa com sucesso. (2006). São Paulo: Melhoramentos, p. 11).

O segundo procedimento psicológico do agente produtor é escolher o grau de implicação dos parâmetros da situação material de produção e pode optar em integrar os parâmetros ao texto, o que chamamos de implicação ou, então, produzir um texto autônomo em relação aos parâmetros materiais de produção. Nos casos de implicação do agente, existem referências dêiticas aos parâmetros e, para interpretar esses textos, é preciso ter acesso ao contexto. De outra forma, quando o texto apresenta-se autônomo em relação aos parâmetros da ação de linguagem, sua interpretação não requer conhecimento desse contexto.

O terceiro procedimento psicológico diz respeito à escolha das seqüências convencionais que compõem os tipos de discurso: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, dialogal e injuntiva. Ou ainda, da escolha de seqüências chamadas de não convencionais: script e o plano expositivo puro.

c) Os quatro tipos de discurso

Os quatro tipos de discurso derivam da articulação dos dois primeiros procedimentos psicológicos citados no item anterior. Redimensionando o estudo de Benveniste(1959/1966) Bronckart evita qualquer ambigüidade terminológica e distingue os mundos da ordem do narrar, que podem ou não implicar os parâmetros de produção, traduzindo-se nos discursos de relato interativo ou narração; e os mundos da ordem do expor, que podem ter ou não relação de implicação ou autonomia em relação aos parâmetros da situação de ação, traduzindo-se pelo discurso interativo ou discurso teórico. Vejamos o quadro¹⁰ a seguir, onde é possível verificar as articulações entre a situação de produção e as coordenadas gerais dos mundos discursivos:

	<u>COORDENADAS GERAIS DO MUNDO DISCURSIVO</u>	
<u>Relação ao ato de produção</u>	Conjunto EXPOR	Disjunto NARRAR
IMPLICADO	Discurso interativo	Relato interativo
AUTÔNOMO	Discurso teórico	Narração

Quadro 7 - Tipos de discurso

(FONTE: Bronckart;1997/1999:157)

d) Características dos tipos de discurso

Nesse item, procuraremos elencar as características mais comuns de cada tipo de discurso e as unidades lingüísticas que aparecem regularmente em cada um deles. Para isso, observe cada um dos quadros apresentados, que representam um tipo de discurso ou a fusão de tipos.

¹⁰ Destacamos, aqui, o cuidado que Bronckart toma ao trabalhar com a classificação dos tipos de discurso, lembrando que toda classificação tem caráter simplificador e que, portanto, deve ser entendida, de fato, como um instrumento de análise, dentre outros.

Quadro 8 – Discurso Interativo

eixo do expor – conjunto e implicado – constituição de um mundo discursivo conjunto ao da interação social, havendo referências explícitas aos parâmetros da situação material de produção:

- Forma de diálogo ou de monólogo;
- Produzido oralmente ou por escrito;
- Presença de unidades lingüísticas que se referem à interação verbal;
- Predomínio do presente, que tem valor de simultaneidade e do pretérito perfeito, com valor de anterioridade;
- Futuro Perifrástico – “ir+infinitivo” (representando a posterioridade em relação ao momento da interação);
- Presença de dêiticos espaciais (aqui, ali, lá, isso, isto, aquilo);
- Presença de dêiticos temporais (agora, daqui a pouco, ontem);
- Presença de 1ª e 2ª pessoas do singular e plural, que se referem aos protagonistas da interação verbal;
- Presença da expressão “a gente”;
- Presença de anáforas pronominais – “lhe”, “a”;
- Presença de auxiliares: poder, querer, dever, como modalizadores;
- Densidade verbal elevada (quantidade de verbos em relação à quantidade de palavras);
- Densidade sintagmática¹¹ baixa;
- Presença de frases não declarativas como as interrogativas, exclamativas e imperativas.

EXEMPLO

“Quer ir? Vai. Eu não vou segurar. Uma coisa que não dá certo é segurar uma pessoa contra a vontade, apelar pro lado emocional. De um eito ou de outro isso vira contra a gente mais tarde: não fui porque você não deixou, ou: Não fui porque você chorou. Sabe, existem umas harmonias em que é bom a gente não mexer. Estraga a música. Tem a hora dos violinos e tem a hora dos tambores.

Eu compreendo, compreendo perfeitamente. Olha, e até admito: você muda pra melhor. Fora de brincadeira, acho mesmo. Eu sei das minhas limitações, pensei muito nisso quando tava tentando te entender. É, é um defeito meu considerar as pessoas em primeiro lugar. Concordo. Mas não tem mais jeito, eu sou assim. Paciência.”

(extraído de ÂNGELO, Ivan. *Padrão de sonhos e outros contos*.)

Excluído: *Completar biblio*

¹¹ Relação entre o número de modificadores e o número de nomes.

Quadro 9 – Discurso Teórico

<p>eixo do expor – conjunto e autônomo – construção de um mundo discursivo conjunto aos parâmetros materiais de produção, mas o agente produtor não se implica no texto.</p>
<ul style="list-style-type: none">- Geralmente monologado e escrito;- Ausência de frases não declarativas;- Predomínio do presente com valor genérico e não dêitico e pretérito perfeito- Ausência de futuro;- Ausência de unidades que se referem aos participantes da interação ou ao espaço-tempo da produção. (ausência dos dêiticos de pessoa, espaço e tempo);- Ausência de nomes próprios com função de vocativo, pronomes e adjetivos de 1ª e 2ª pessoas do singular;- Presença de “nós” e de “se” que não se referem aos protagonistas da interação;- Presença de organizadores lógico-argumentativos: como, de outro lado, de fato, primeiro, mas;- Presença de modalizações lógicas: de modo geral, é evidentemente difícil, parece, aparentemente;- Presença de frases passivas;- Presença de anáforas pronominais e anáforas nominais;- Baixa densidade verbal;- Alta densidade sintagmática.

OBS: A questão da autonomia no discurso teórico é discutida por Bronckart (1996). Ele enfatiza que o discurso tende à autonomia, sem jamais atingi-la verdadeiramente, havendo, portanto, graus de autonomia.

EXEMPLO

“CONNECTIVO – Entende-se, habitualmente, por conectivos os morfemas que estabelecem uma ligação entre duas proposições. Pode tratar-se de elementos adverbiais (entretanto, enfim...), de conjunções de coordenação

(e, pois...) ou de subordinação (que, porque...). Eles têm um papel essencial para estabelecer a coesão de um texto.”

(extraído de Maingueneau, Dominique(1998). Termos-chave da análise do discurso. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 31)

Quadro 10 – Relato Interativo

- Caráter monologizado;
- Eixo do narrar disjuncto e implicado;
- Ausência de frases não declarativas;
- Predomínio do pretérito perfeito e imperfeito, às vezes, associados ao uso do futuro simples ou futuro do pretérito;
- Presença de pronomes e adjetivos de 1ª e 2ª pessoas do singular e do plural, que remetem diretamente aos protagonistas da interação verbal em cujo quadro o relato desenvolve-se.
- Presença de organizadores temporais: antes, depois, quando eu tinha ..anos, outro dia...
- Presença de anáforas pronominais e anáforas nominais, com a repetição fiel do sintagma antecedente
- Baixa densidade sintagmática
- Densidade verbal mais elevada

EXEMPLO

“Num casarão antigo, situado na Alameda Santos, número 8, nasci, cresci e passei parte de minha adolescência.

Ernesto Gattai, meu pai, alugara a casa por volta de 1910, casa espaçosa, porém desprovida de conforto. Teve muita sorte de encontrá-la, era exatamente o que procurava: residência ampla para a família em crescimento e, o mais importante, o fundamental, o que sobretudo lhe convinha era o enorme barracão ao lado, uma velha cocheira, ligada à casa, com entrada para duas ruas: Alameda Santos e Rua da Consolação. Ali instalaria sua primeira oficina mecânica. Impossível melhor localização!”

(extraído de GATTAI, Zélia (1985). Anarquistas, graças a Deus. 10 ed., Rio de Janeiro: Record, p. P. 9)

Quadro 11 – Narração

- Eixo do narrar – disjunto e autônomo;
- Sempre monologado;
- Presença só de frases declarativas;
- Predomínio do pretérito perfeito e pretérito imperfeito;
- Presença do pretérito mais que perfeito;
- Presença do auxiliar no imperfeito + infinitivo (ex: devia cessar);
- Presença de organizadores temporais que marcam a origem e o desenvolvimento do evento, independente do mundo da produção;
- Ausência de pronomes e adjetivos de 1ª e de 2ª pessoas do singular e do plural, que remetem ao produtor do texto ou aos seus destinatários;
- Presença de anáforas nominais e pronominais;
- Média densidade sintagmática – menor que a do discurso teórico e maior do que a do discurso interativo;
- Densidade verbal maior que do discurso teórico, mas menor que a do discurso interativo;
- Ausência de unidades dêiticas.

EXEMPLO

“Era fim de agosto de 1939 e os vinicultores franceses estavam aflitos por causa da colheita. Dois meses antes, as perspectivas tinham sido brilhantes. O tempo estava bom e havia a promessa de uma excelente vindima. Depois o tempo mudou. Choveu durante seis semanas a fio e as temperaturas caíram rapidamente.”

(extraído de Kladstrup, Don (2002). Vinho & guerra: os franceses, os nazistas e a batalha pelo maior tesouro da França. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., p. 20)

Bronckart chama atenção, ainda, para a possibilidade de nos depararmos com variantes dos tipos de discurso, bem como a fusão deles, destacando-se a fusão do discurso interativo e do discurso teórico e, ainda, a fusão da narração com o discurso teórico

Quadro 12 – Fusão do Discurso Interativo e do Discurso

- Presentes geralmente no quadro das exposições orais e escritas
- Presença simultânea de subconjuntos de unidades características do discurso interativo e do discurso teórico:
 - Do discurso interativo: - pronomes de 1ª pessoa
frases imperativas
 - Do discurso teórico: - organizadores lógico-argumentativos
modalizações lógicas (talvez, pode fazer...)
retomadas anafóricas
densidade sintagmática alta
- Quanto aos tempos verbais: combinação do presente, pretérito perfeito e futuro que tomam valores, ora do discurso interativo, ora do discurso teórico.
- Fusão decorrente de uma dupla restrição exercida sobre o autor:
 - necessidade de apresentar informações independentes da situação material de produção – típico do discurso teórico.
 - necessidade de se solicitar a participação ativa do destinatário, chamando sua atenção, procurando sua aprovação, inscrevendo-se nas coordenadas do mundo ordinário – típico do discurso interativo.

Para melhor compreendermos esse tipo de fusão, apresentamos a seguir um exemplo:

EXEMPLO

“A partir de Charles Darwin, da teoria da seleção natural e da descoberta de inúmeros fósseis em diversas regiões da Terra, tem-se procurado reconstituir o caminho que a espécie humana percorreu para chegar a sua forma e vida atuais. No entanto, existem inúmeras hipóteses e somente algumas certezas, pois há diferentes teorias e interpretações. Além disso, como já dissemos, a cada nova descoberta as teorias existentes são confrontadas. [fique sempre atento às notícias sobre o assunto nos meios de comunicação]!”

(Trecho extraído de MONTELLATO, Andréa Rodrigues Dias e outros. História temática: tempos e culturas, São Paulo, Scipione, 2000, p.92)

Quadro 13 – Fusão da Narração e do Discurso Teórico

- Presente geralmente em obras históricas e monografias científicas
- Presença simultânea de subconjuntos de unidades características do discurso teórico e da narração:
 - do discurso narração: organizadores temporais
tempo verbais
 - do discurso teórico: organizadores textuais lógico-argumentativos.
alta densidade sintagmática

Excluído: ¶

EXEMPLO

Excluído: ¶

“Galileu foi, sem dúvida, um pensador versátil e criativo, mas as pesquisas mostraram a importância que trabalhos de seus predecessores tiveram para ele, quer fossem seus contemporâneos mais velhos entre os mathematici, homens como Tartaglia ou Guidobaldo Del Monte (1545-1607), pensadores medievais como os que desenvolveram as teorias do impetus para explicar o movimento dos projéteis, ou professores do Collegio Romano jesuíta. Também se sabe que não havia nada de novo em seu modus operandi, que era essencialmente aquele dos outros mathematici, combinando análises matemáticas e pesquisas experimentais (205:cf10). Não obstante, Galileu foi um convincente divulgador de suas próprias idéias e um magnífico veiculador de idéias técnicas.”

(extraído de Henry, John (1998). A revolução científica e as origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 30)

A fusão do discurso interativo e do discurso teórico, como já dito, é própria das exposições orais e escritas em que seja necessário solicitar a participação ativa do destinatário, portanto, acreditamos que tal fusão apareça muito em textos de natureza didática.

Por outro lado, a fusão da narração e do discurso teórico é recurso muito presente nas obras científicas e históricas.

e) A planificação intratipo – forma de organização dos tipos de discurso em seqüências

O estudo da infraestrutura geral dos textos, como dito anteriormente, envolve o estudo dos tipos de discurso e da organização seqüencial ou linear do conteúdo temático. Para este estudo, Bronckart recorre aos estudos de J. M. Adam (1989 e segtes.) e, de forma crítica, relaciona os textos a seus contextos de produção, caracteriza os tipos básicos de seqüências

convencionais (narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal, acrescenta, ainda, a seqüência injuntiva) e destaca, também, a existência de segmentos não organizados convencionalmente, como o caso do “script” (enumeração de ações) e do plano expositivo puro (esquematisações).

Quadro 14 – Tipos de seqüência

TIPO DE SEQUÊNCIA	QUAL É O EFEITO PRETENDIDO	FASES
DESCRITIVA	Fazer o destinatário ver com detalhes os elementos de um objeto de discurso, conforme a orientação dada a seu olhar pelo produtor	Ancoragem Aspectualização Relacionamento Reformulação
EXPLICATIVA	Fazer o destinatário compreender um objeto de discurso.	Constatação inicial Problematização Resolução Conclusão/avaliação
ARGUMENTATIVA	Convencer o destinatário a respeito do posicionamento do produtor diante de um objeto de discurso controverso.	Premissa - tese Suporte argumentativo Contra-argumentação Conclusão
NARRATIVA	Manter a atenção do destinatário criando suspense derivado do estabelecimento de uma tensão e resolução	Situação inicial Complicação Ações desencadeadas Resolução da situação final
INJUNTIVA	Fazer o destinatário agir de um certo modo ou em uma determinada direção.	Enumeração de ações temporalmente subsequentes
DIALOGAL	Fazer o destinatário participar da interação proposta	Abertura Operações transacionais Fechamento

(extraído de Machado, 1998:74-107)

4.2.2. Os mecanismos de textualização: mecanismos de conexão, coesão nominal e coesão verbal

Um segundo nível de análise do texto refere-se aos mecanismos de textualização, distribuídos em três grandes conjuntos: conexão, coesão nominal e coesão verbal, que tornam o texto empírico um todo coerente. Koch (1992) nos lembra que um texto é muito mais que a simples soma de frases e palavras e os recursos de coesão textual são, justamente, os

principais responsáveis pela tecitura do texto e, portanto, pela construção do sentido.

Os mecanismos de textualização são os responsáveis pela coerência temática, uma vez que organizam os elementos constitutivos do conteúdo em diversos percursos entrecruzados, explicitam ou marcam as relações de continuidade, ruptura ou contraste. Esses mecanismos manifestam-se, no texto, através das marcas de textualização, compreendidas como as unidades lingüísticas que dão essa coerência e que atravessam os tipos de discurso e as seqüências as quais se articulam e compõem o texto.

a) Os mecanismos de conexão

Os mecanismos de conexão são responsáveis pelas as grandes articulações da progressão temática, por meio dos organizadores textuais, marcando relações entre tipos de discurso, fases de seqüência ou outra planificação. Bronckart procura relacionar os organizadores textuais com função de conexão aos tipos de discurso e seqüências da seguinte forma:

- discursos da ordem do narrar – têm maior incidência de organizadores com valor temporal – *antes, depois, agora, hoje, ontem, mais tarde, mês que vem, há muito tempo atrás...*

- discursos da ordem do expor – têm maior incidência de organizadores lógicos – *porque, de um lado, por outro lado, agora (com valor restritivo), embora, mas, de qualquer forma...*

- seqüências descritivas, qualquer que seja o tipo de discurso em que estão inseridas – maior freqüência de organizadores espaciais – *aquí, ali, lá, acima, abaixo, do lado, mais perto, mais longe, próximo a ...*

É importante destacar que essa correspondência não é mecânica e necessária e sim parcial e flexível, sendo possível encontrar organizadores lógicos na ordem do narrar e organizadores temporais na ordem do expor. Por outro lado, uma mesma unidade lingüística pode ganhar estatuto de organizador lógico ou de organizador temporal, isso depende do contexto em que for utilizado, como o exemplo do “*ágora*” que pode ter sentido de organizador temporal ou de organizador lógico restritivo.

Excluído: a

A seguir, elencamos as unidades lingüísticas que podem ser utilizadas como marcas de conexão. Observemos que essa classificação não pode ser pensada buscando-se um correspondente direto na microssintaxe ou na macrossintaxe, pois essas unidades pertencem a categorias gramaticais diferentes e podem assumir papel sintático ou não:

- a) advérbios ou locuções adverbiais com caráter transfrástico – *embora, de fato, depois, primeiramente, de um lado, além disso, por outro lado...*
- b) sintagmas preposicionais e sintagmas nominais que ganham estatuto de adjuntos adverbiais.
- c) As conjunções de coordenação em forma simples ou em forma de locução – *e, ou, mas, isto é, ou seja, portanto ...*
- d) conjunções de subordinação – *antes de, desde, porque.*

b) Os mecanismos de coesão nominal

Os mecanismos de coesão nominal marcam relações de solidariedade e descontinuidade entre dois subconjuntos internos à estrutura da frase. No caso dos mecanismos de coesão nominal, esses introduzem argumentos e organizam sua retomada no desenvolver do texto através de anáforas, que dão efeito de estabilidade e continuidade. Em português, a coesão nominal é marcada por duas categorias de anáforas: anáforas nominais, constituídas por sintagmas nominais de vários tipos e anáforas pronominais, formadas por pronomes pessoais relativos, possessivos e demonstrativos, além do uso do artigo definido.

Bronckart também relaciona a coesão nominal com os tipos de discurso:

- tipos de discurso da ordem do narrar – presença de anáforas pronominais de 3ª pessoa;
- discurso interativo – predomínio dos pronomes de 1ª, 2ª e 3ª pessoas, que acumulam valor dêitico e anafórico;
- discurso teórico – predomínio das anáforas nominais.

É preciso compreender a coesão que se constrói a partir de palavras e frases as quais se encontram conectadas entre si, numa seqüência linear e

por meio de dependências de ordem gramatical (Kock. 1990: 18). Embora ela não seja condição necessária e suficiente para que um texto seja, de fato, um texto, ela tem por função dar maior legibilidade a ele, pois explicita os tipos de relações estabelecidas entre os elementos lingüísticos que o compõem.

c) Os mecanismos de coesão verbal.

Enquanto parte dos mecanismos de textualização, a coesão verbal também é responsável pela coerência temática do texto. Dentro dessa perspectiva, Bronckart (1997) propõe um quadro geral de análise de coesão verbal numa dimensão discursiva e demonstra como é possível definir as funções de coesão verbal que são comuns a cada tipo de discurso e como isso está ligado ao contexto de produção. Não faremos uma exposição exaustiva do estudo dos mecanismos de coesão verbal, pois suas categorias não serão utilizadas para o estudo do agir representado nos textos que analisamos.

4.2.3. Os mecanismos enunciativos: O eu e o outro no discurso – interpretar, julgar e avaliar.

Os textos trazem as marcas do sujeito e do outro. Sujeito este pensado dentro da pós-modernidade, em toda sua multiplicidade, em sua heterogeneidade. Nem completamente livre, nem completamente assujeitado, trata-se de um sujeito de relações, um sujeito que se constitui na relação com o outro e que está em constante transformação. Nesse sentido, o dizer do sujeito não é a expressão do real ou da única verdade, esse dizer é um conjunto de possibilidades. Segundo Brandão (1998:37) “o sujeito passa a ocupar uma posição privilegiada já que a verdade não é mais algo que se manifesta por sua força interna, mas algo que é representado por um sujeito que lhe confere sentido. A noção de representação desloca-se do eixo da verdade para ser solidária com o da subjetividade. Subjetividade que se constitui na linguagem e pela linguagem. É porque constitui o sujeito que a linguagem pode representar o mundo: porque falo, aproprio-me da linguagem, instaurando a minha subjetividade e é enquanto sujeito constituído pela linguagem, que posso falar, representar o mundo.”

Dentro da perspectiva do ISD, Bronckart (1997) nos lembra que o autor, agente da ação de linguagem concretizada no texto empírico, não é o único responsável pelo texto. A construção do texto é sempre atividade interativa, pois o autor constrói suas representações do mundo físico e sócio-subjetivo a partir da interação com as ações e discursos dos outros e sua própria vivência pessoal. Assim, o texto é carregado dos traços dessa constituição interativa. Para Bronckart (1997), um texto é polifônico quando nele se fazem ouvir várias vozes distintas. Angelim explica que: (2003:15) “entende-se polifonia como a multiplicidade de sujeitos responsável pelo ponto de vista das falas, em um texto. Conseqüência natural da vida em sociedade, a polifonia reflete a interação do homem, como ser social, na troca de informações, nas tomadas de posição, enfim, no fenômeno da aculturação do ser humano, no decorrer de sua existência”.

A noção de “vozes” já aparece nos textos do Círculo Bakhtin, ligada ao paradigma dialógico de linguagem. (Esse paradigma permite-nos compreender que os discursos são sempre dialógicos, isto é, eles estão sempre em contato com outros discursos e assim se deixam transparecer, o que Bakhtin denominou de vozes sociais.” Segundo Faraco (1988:23-24), trata-se de uma concepção de linguagem que toma como essencial sua realidade dialógica e de onde nasce uma das categorias centrais do pensamento bakhtiniano: o dialogismo. Bakhtin aborda “o dito dentro do imenso universo do já dito e, ao mesmo tempo, determinada pela réplica ainda não dita, todavia solicitada e já prevista” (...) Mas o dialógico em Bakhtin não se esgota aí, pois a ele interessa, sobretudo, “a síntese dialética de vozes contrárias.” Nesse sentido, Tezza (1988:55) afirma: “Um enunciado é parte integrante de um diálogo ininterrupto não como uma voz que responde mecanicamente a outra voz num teatro de marionetes que se comunicam, mas como uma voz que traz em si, na sua concepção mesma, a perspectiva da voz do outro, a intenção e o ponto de vista do outro, a entoação alheia”.

Se é o dialogismo condição necessária para o sentido do discurso, Barros (1999:2) desdobra esse princípio em dois: o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto (interação verbal) e o da intertextualidade no interior do discurso.

A intertextualidade, então, segundo Fiorin (1999:30), “é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo. Segundo Barros(1999:4), a intertextualidade pode ser entendida como o “diálogo entre os muitos textos da cultura, que se instala no interior de cada texto e o define.(...) Deve-se observar que a intertextualidade na obra de Bakhtin é, antes de tudo, a intertextualidade interna das vozes que falam e polemizam no texto, nele reproduzindo o diálogo com outros textos.”

As vozes seriam, então, entidades que assumem ou às quais se atribuem uma dada responsabilidade enunciativa. Segundo Bronckart (1997/1999), geralmente é a instância geral que assume a responsabilidade como narrador ou expositor, o que podemos observar quando há o predomínio da 3ª pessoa do singular. Essa instância geral pode colocar em cena outras vozes:

- As vozes de personagens procedentes de seres humanos ou entidades humanizadas implicados na qualidade de agentes nos acontecimentos ou ações constitutivas do conteúdo temático.
- Vozes sociais procedentes de personagens, grupos ou instituições sociais que intervêm na qualidade de agentes do percurso temático, porém são citados como instâncias externas de avaliação.
- Voz do autor que procede diretamente da pessoa que está na origem da produção de linguagem e que intervem, nessa qualidade, para comentar ou avaliar aspectos do que foi enunciado.

Essas vozes que se fazem ouvir no texto, de forma explícita ou implícita, também podem introduzir diversos comentários e avaliações formulados a respeito do conteúdo temático. Estes são traduzidos pelos modalizadores, que orientam o destinatário na interpretação do posicionamento dessas vozes em relação ao conteúdo temático. Os modalizadores seriam, justamente, as marcas deixadas pelo autor no texto e expressam sua subjetividade.

Para Bronckart, quatro são as funções de modalização:

1. Modalizações lógicas – avaliação de alguns elementos do conteúdo temático, apoiada em critérios do mundo objetivo – condições de verdade,

fatos certos, possíveis, prováveis, necessários. Elas podem ser realizadas através de marcadores lexicais, modos verbais como o futuro do pretérito e mesmo por gestos ou entonação. Ex.: *pode, é necessário.*

*“Dizia Sábato que os adultos sempre somos culpados de algo. Mas as crianças, que culpa **podem** ter as crianças? Perguntava-se. Vale para o ataque israelense que matou tantas crianças em Qana, no Líbano. Os “adultos” do Hizbollah **podem** ter todas as culpas do mundo, e as têm. Mas as crianças, os bebês, que culpa **poderiam** ter?”*

(Rossi, Clóvis. O limite insuportável. Folha de São Paulo, 01 de agosto de 2006)

2. Modalizações deônticas – avaliação de alguns elementos do conteúdo temático, apoiada em critérios do mundo social – valores, opiniões, regras, direito, obrigações sociais, regras do grupo...Ex.: *deve.*

*“O mundo **deve** vir a reconhecer a maneira cínica com que os terroristas exploram as vítimas civis.”*

(Dersowitz, Alan. M. Os acusadores previsíveis, J. Post. Tradução de Irene Walda Heynemann)

3. Modalizações apreciativas – avaliação do conteúdo temático a partir de critérios do mundo subjetivo das vozes que fazem o julgamento. Ex.: *bom, felizmente, infelizmente.*

*“Existem razões justas, baseadas na lei moral e nas regras internacionais, para iniciar uma guerra. Israel as teve todas ao revidar as agressões dos terroristas islâmicos instalados no seu vizinho do norte, o Líbano. **O trágico** é que, por mais justas e embasadas que sejam as razões para disparar os canhões, quando eles começam a vomitar fogo, o inferno se instala e consome igualmente vidas inocentes e de combatentes.”*

(Revista Veja, 02 de agosto de 2006, p.90)

4. Modalizações pragmáticas – explicitam certos aspectos da responsabilidade de uma entidade constitutiva do conteúdo temático – personagem, grupo, instituição - em relação às ações de que é o agente.

*“Usando apenas seu carisma e sua história, sua dialética e sua fabulosa capacidade de convencimento, José Dirceu **conseguiu** formar e manter a base aliada do governo Lula no Congresso, sem recorrer a mesadas, jabás, cargos e empregos. Só no papel, na arte da articulação*

política, fazendo a ponte entre os interesses – sempre legítimos, claro – do empresariado produtivo, do Estado solitário e do partido do povo. Realidade ou Ficção?

(Motta, Nelson. Uma dupla do barulho. Folha de São Paulo, 18 de agosto de 2006, p. A2)

A escolha dos modalizadores independe dos tipos de discurso. Alguns textos são cheios deles, em outros eles são raros ou até mesmo ausentes. Segundo Bronckart (1997/1999), essa gestão talvez esteja ligada ao gênero de texto, por exemplo: podem ser mais freqüentes em artigos de opinião como os textos do nosso corpus, que estão repletos de modalizadores, pois o conteúdo temático é algo de debate, de avaliação e comentário.

A visão de Bronckart sobre o estudo das marcas de subjetividade que inscrevem os enunciadores no texto e, portanto, expressam a heterogeneidade nos leva a buscar outros estudos para complementar e ampliar essa visão. Os estudos desenvolvidos por Authier-Revuz (1998) e Maingueneau (1997, 1998, 2001) mostram-se bastante produtivos para isso.

Authier-Revuz articula as concepções de Benveniste, Bakhtin, Pêcheux e Lacan (cf, Brait: 1996:104), debruça-se sobre o caráter dialógico do discurso e desenvolve, assim, os conceitos de heterogeneidade constitutiva, cuja idéia principal é a de que todo discurso apresenta-se constitutivamente atravessado por outros discursos - pelo discurso do outro e de heterogeneidade mostrada, marcada ou não-marcada. Segundo Maingueneau (1997:75), a heterogeneidade mostrada “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação” e, portanto, são analisáveis por meio das marcas lingüísticas, enquanto a heterogeneidade constitutiva “aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície” e que, portanto, não é possível de ser analisada.

Maingueneau (1997, 2001) traça uma série de marcas lingüísticas que expressam a diversidade de fontes de enunciação, enfim, as diferentes vozes que constituem o discurso e caracterizam a heterogeneidade mostrada e que nos serão úteis na análise de nossos dados: aspas, negação polêmica,

Formatado: Português (Brasil)

discurso relatado, ironia, citação de autoridade e pressuposição são algumas manifestações dessa heterogeneidade que podem ser detectadas nos textos.

Destacamos a importância do discurso relatado como uma manifestação clássica da heterogeneidade mostrada (cf. Maingueneau, 1997:86) e esclarecemos o que estamos entendendo como discurso relatado, apropriando-se do dizer de Sant'Anna (2004:59): “termo amplo, capaz de abranger várias formas de inclusão, mais ou menos clara, do discurso do outro no fio condutor daquele que enuncia”, especialmente, mas não só, o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. São justamente os verbos *dicendi* que introduzem a fala reportada, marcando a fronteira entre o dizer de quem cita e o dizer do citado. Deles emerge a subjetividade, seja, por exemplo, daqueles verbos que expressam opinião (concordar, discordar), seja daqueles que expressam julgamento (aprovar, censurar, reprovar).

Entendemos o discurso direto como aquele em que “o relator menciona as próprias palavras empregadas pelo enunciador citado, ou pelo menos ele apresenta seu enunciado como tal” (cf. Maingueneau, 1998:46). Isto quer dizer que não necessariamente a citação seja a exata reprodução das palavras do enunciador citado, mas são apresentadas como se fossem. O discurso direto clássico se constitui pelo uso de verbos introdutórios e pelo uso das aspas.

No discurso indireto, ao contrário, o enunciador faz uso de suas próprias palavras para citar o outro, pois não tem a intenção de reproduzir as palavras exatas, mas sim o “conteúdo do pensamento” (cf. Maingueneau, 2001:149). Geralmente o discurso indireto é introduzido por um verbo *dicendi* associado ao “que”.

Em determinadas situações, podemos nos deparar com o discurso direto após introdutórios de discurso indireto (verbo+que). Maingueneau (2001:152) destaca que é um procedimento em expansão na imprensa atual.

O discurso indireto livre, por sua vez, é compreendido como uma forma puramente interpretativa que combina os recursos do discurso direto e do indireto livre e não tem marcas próprias, não sendo compreendido fora do contexto. O que existe é uma mistura de duas vozes: “não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante” (Maingueneau, 2001:153).

Segundo Maingueneau (1998:133), "é praticamente impossível encontrar um texto que não deixe aflorar a presença do sujeito falante. Esse último inscreve continuamente sua presença no seu enunciado, mas essa presença pode ser mais ou menos visível".

É interessante verificar como uma palavra aparentemente neutra, inserida em um enunciado vivo, torna-se marca de subjetividade. Em: "A moça é uma cadeira", o substantivo "cadeira" está dotado de subjetividade e da expressividade de seu enunciador. Bakhtin (1953/1997: 313) nos lembra que: "a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como *palavra neutra* da língua e que não pertence a ninguém; como *palavra do outro* pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como *palavra minha*, pois na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade. Sob estes dois últimos aspectos, a palavra é expressiva, mas esta expressividade, repetimos, não pertence à própria palavra: nasce no ponto de contato entre a palavra e a realidade efetiva, nas circunstâncias de uma situação real, que se atualiza através do enunciado individual. Neste caso, a palavra expressa o juízo de valor de um homem individual."

Kerbrat-Orecchioni (2002) identifica uma série de categorias de palavras que podem marcar essa subjetividade em um texto, demonstra que algumas palavras como substantivos, adjetivos, verbos e advérbios podem ser índices de subjetividade na enunciação e aponta alguns exemplos que apresentam propriedades "mais" ou "menos" subjetivas. Os adjetivos, por exemplo, podem expressar tanto afetividade quanto avaliação.

Aspecto interessante da obra da autora e que nos serviu na análise dos dados diz respeito ao estudo do valor avaliativo eventual dos verbos subjetivos definidos pelo enunciador. O estudo dos verbos subjetivos envolve três dimensões diferentes: quem faz a avaliação, sobre quem ou sobre o que se faz a avaliação e qual é a natureza do julgamento avaliativo. A primeira dimensão diz respeito a quem assume a responsabilidade enunciativa e, portanto, responsabiliza-se pela avaliação. A segunda dimensão diz respeito ao objeto da avaliação que pode ser um fato, um indivíduo ou um objeto. A terceira dimensão diz respeito ao julgamento que pode ser feito. No domínio

axiológico, o julgamento pode ser do tipo bem/mal, já no domínio das modalizações, ele pode ser verdadeiro, falso ou incerto.

CAPÍTULO 2 – LEITURA COMO POTÊNCIA

Excluído: ¶
¶

Formatado

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados
Roger Chartier

O leitor é um caçador que percorre terras alheias.
Michel de Certeau

Neste capítulo abordaremos as questões que nos parecem cruciais para o ensino da leitura na escola em geral e dos textos opinativos na formação do leitor/cidadão, em particular.

Em primeiro lugar, gostaríamos de propor uma breve reflexão. O que é ler? Ainda que todos nós leiamos, nem sempre nos fazemos essa pergunta.

O hábito de recorrer a etimologia da palavra pode, então, nos abrir um universo diferente de sentidos para ela. Em latim, *legere* significa “colher”. Segundo Brasil (2000), “ler, na acepção moderna do termo é, pois, uma metáfora, cujas raízes conhecemos apenas de modo aproximado: ela pode derivar, segundo os especialistas, de expressos como *legere oculis*, ‘reunir (as letras) com os olhos’. De qualquer maneira, há na palavra ‘ler’ a presença do olho que anda ao longo da página, colhe signos e recolhe sentidos que vão sendo ajuntados uns aos outros: ler é um verbo ‘corporal’ “. Reunir letras, relacioná-las, colher signos, recolher sentidos... Um jeito diferente de ver a leitura, atividade social que, em nossa sociedade, é objeto de ensino da escola.

Ainda que a escola seja a principal instituição responsável pelo ensino da leitura e, historicamente, ser o livro o principal objeto de leitura, não é só a escola e não são só os livros os responsáveis pelo ensino da leitura. Nascemos imersos no mundo da leitura, seja porque nossa família é letrada, seja porque a escrita está por todos os lados: nas placas de rua, nos ônibus, nos mercados...

Desde a leitura pública na Grécia Antiga até às práticas mais recentes de leitura no Brasil e no mundo (texto eletrônico), a evolução histórica dessa prática não esteve somente ligada às transformações na capacidade técnica de impressão do material a ser lido. Aliás, a leitura deixou de ser vista como uma atividade natural a todas as pessoas, invariável e imutável ao longo do tempo, para ser compreendida em seus aspectos sócio-históricos, portanto, como prática ideológica e representativa de um determinado grupo e de uma determinada sociedade em um determinado tempo.

Enquanto prática social (Chartier, 1999) e não ato solitário de um indivíduo, a leitura sofre as influências e influencia a sociedade e acaba por exercer diferentes funções sociais ao longo da História. De um instrumento

de edificação espiritual e de iniciação ao sagrado, sendo o livro o elemento, por excelência, da conservação e preservação da memória na Idade Média, a leitura torna-se, no século XVIII, uma “febre social”, dando origem ao leitor moderno – heterogêneo, anônimo e disperso.

O século XX, por sua vez, vê multiplicarem-se as experiências sociais de leitura, em especial com o processo de democratização da escola, que levou à alfabetização das massas ao mesmo tempo em que outros meios de comunicação, como o rádio e a televisão, criam novas formas de divulgação e reflexão sobre o conhecimento. Além disso, com a difusão do uso do computador e da internet, novas formas de se ler se colocam. As informações tornam-se cada dia mais voláteis, instantâneas e imediatas. As fontes estão ao nosso dispor, porém nem sempre sabemos selecioná-las ou refletir sobre elas o suficiente.

Muitos são os autores que pensam a relação entre leitura e ideologia (Zilberman e Silva, 1988; Silva, 1996; Freire, 1982/1994, entre outros). Nesse sentido, discute-se como a leitura pode ser usada como instrumento de controle da classe dominante e como ela pode colaborar para a reprodução das estruturas sociais. Por outro lado, a leitura também pode ser compreendida dialeticamente, ao aparecer como instrumento de conscientização, meio de aproximação entre os indivíduos e a produção cultural. Trata-se de uma possibilidade concreta de acesso ao conhecimento e desenvolvimento do poder de crítica por parte do leitor.

A leitura pode ser vista, então, como um processo político e ter, também, um significado utilitário: leitura como instrumento para obter melhores condições de vida por conta das exigências do mundo do trabalho; ou então pode ser vista como alternativa de expressão, de comunicação, de compreensão do mundo.

A leitura, portanto, é compreendida como potência. E, como potência, ela pode vir a sedimentar ou transformar as representações coletivas por nós apropriadas, que se organizam em sistemas ou “mundos” (formais ou representados): “mundo objetivo”, “mundo social” e “mundo subjetivo”, (Habermas, 1987; Bronckart, 2004) tal como já explicitamos em capítulo anterior.

Por meio da leitura, existe um confronto constante das representações do leitor que interagem com as representações mobilizadas nos textos, o que nos leva a efetuar escolhas diante das possibilidades que nos são dadas, nos permitindo transformar ou sedimentar as representações dos mundos que temos.

Lajolo (1999:15) traça uma relação direta entre o universo da leitura e o mundo: “ou o texto dá sentido ao mundo ou ele não tem sentido nenhum.” Freire (1982/1994:20), discutindo a importância do ato de ler, destaca que a compreensão crítica do ato de ler “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. E ainda podemos dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

A história da leitura, de certa forma, se mistura à história de autores e leitores, uma vez que entendemos a leitura como interação (Dolz:1994) . A prática da leitura é uma atividade social que, compreendida em uma concepção interacionista, considera o leitor um sujeito ativo que interage a todo momento com o autor através de seu texto. Como observa Kleiman (1989:17), “a leitura é considerada um processo interativo, no sentido de que os diversos conhecimentos do leitor interagem a todo momento com o que vem da página para chegar à compreensão.” Mas a leitura também é interativa, pois permite que grupos de leitores partilhem entre si os conhecimentos que mobilizam para que, ao interagir um com o outro e com o autor através do texto, construam significações próprias, individuais, enfim, pessoais.

Retomamos, então, a idéia desenvolvida por Bakhtin (1953/1997; Bakhtin/Voloshínov 1929/1981) de compreensão responsiva ativa por parte do interlocutor. Segundo o autor (Bakhtin, 1953/1997:291): “a compreensão responsiva nada mais é senão a fase inicial e preparatória para uma resposta”. A leitura é sempre um diálogo, no qual a cada palavra que

queremos compreender, recorremos a uma série de outras nossas palavras, ainda que o façamos somente internamente. Não é de se estranhar, portanto, que até mesmo o silêncio pode ser compreendido como uma resposta.

Então, as leituras são sempre plurais (Chartier, 1999). São elas que constroem diferentes sentidos para os textos, uma vez que a compreensão é um processo de interação entre um leitor ativo e o texto, em que as características desse leitor, sua experiência de vida, seus conhecimentos prévios, sua circunscrição social, suas relações com o mundo e com os outros interagem com o texto e produzem um significado que é próprio ao contexto no qual a atividade de leitura se realiza. É desta forma que o leitor, ao ler, constitui-se, representa-se, forma-se e transforma-se permanentemente. Segundo Chartier (1999:19) “cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe”. Por outro lado, como o próprio autor observa: “a grande questão, quando nos interessamos pela história da produção dos significados, é compreender como as limitações são sempre transgredidas pela invenção ou, pelo contrário, como as liberdades da interpretação são sempre limitadas”.

Cabe aqui uma reflexão mais cuidadosa a respeito desse misterioso universo que é a leitura. Autor, texto e leitor fazem parte desse universo complexo, contraditório e dinâmico. Ao reconhecer os direitos do leitor, reconhece-se a singularidade de cada sujeito. Eco (2005), já nos anos 60 e 70, em sua “Obra Aberta” defendia o papel ativo do intérprete nas leituras de textos. Tratava, na época, dos textos de natureza estética, mas acreditamos poder estender essa visão aos textos em geral.

Porém, o próprio Eco (1993/2005) adverte, ao discutir a natureza do significado e as possibilidades e limites da interpretação, que os direitos dados aos intérpretes, nas últimas décadas, foram exagerados, discordando da idéia desconstrucionista de dar ao leitor o direito de produzir um fluxo ilimitado e incontrolável de leituras. Nessa direção, Eco condena o que ele chama de superinterpretação e afirmar que as propriedades do texto em si impõem limites ao alcance da interpretação legítima. Na mesma direção, Chartier (1999:77) destaca que a liberdade do leitor não é absoluta, uma vez

que ela é cercada por limitações “derivadas das capacidades, convenções e hábitos” que caracterizam as práticas de leitura.

Entre autor empírico e leitor existe o texto e, no texto, existem muitos outros autores. Todos aqueles que contribuíram ao longo do tempo para a constituição desse autor empírico e que podem aparecer implícita ou explicitamente no texto, de forma consciente ou não por parte de quem escreve. Por isso, ler depende de uma atitude ativa diante do texto que o leitor desenvolve ao ler, na medida em que lê mais, compreende melhor, interpreta de forma mais legítima e permanentemente vai se constituindo mais cidadão.

Essa atitude ativa diante do texto exige, por parte do leitor, uma série de capacidades de linguagem que são mobilizadas no processo de leitura e que no quadro do interacionismo sociodiscursivo (1997/1999), envolvem a capacidade de se relacionar às diversas dimensões lingüísticas e estruturais da textualização em relação aos fatores extra-verbais e de uso (Dolz, 1994).

Três seriam as capacidades de linguagem que o leitor mobiliza para construir sentido a partir do que lê:

- a) as capacidades de ação;
- b) as capacidades discursivas;
- c) as capacidades lingüístico-discursivas.

Essas capacidades de linguagem não são inatas. São sócio-historicamente construídas, seja nas mediações formativas escolares, seja nas mediações formativas não escolares. São justamente as capacidades de ação que permitem ao leitor compreender a situação de ação de linguagem em que se encontra, mobilizar representações do contexto em que está inserido, bem como levantar hipóteses do contexto no qual o texto foi produzido, acessando os conhecimentos já vivenciados e acumulados. Dolz (1994) nos lembra o quanto é importante, na atividade de leitura, levarmos em conta dois aspectos do contexto: o contexto de leitura e o contexto de produção do texto que, muitas vezes, não é o mesmo.

Nesse sentido, quanto mais o leitor recorre ao seu conhecimento prévio, mais elementos ele tem condições de reconhecer em um texto. Por isso que podemos dizer que a “intertextualidade é um fenômeno cumulativo” (Kleiman, 1992:62), uma vez que quanto mais se lê, mais se detectam os

vestígios de outros textos naquele que está sendo lido, tornando-se mais fácil perceber as relações entre texto e outros textos.

É, ainda, o domínio das capacidades de ação que permite ao leitor identificar a que gênero pertence o texto, da mesma forma que a identificação do gênero contribui para a interpretação do texto, tal como nos lembra Kleiman (1999) e Bronckart (1997/1999). As experiências anteriores de leitura constituem o intertexto, no qual estão nossos conhecimentos sobre gêneros e que nos dão condições de antecipar o que podemos encontrar, por exemplo, num artigo de opinião, numa carta de leitor.

As capacidades discursivas, por sua vez, também atuam na identificação do gênero a que pertence o texto, bem como permitem a organização do conteúdo temático num plano global, em que se articulam os tipos de discurso e as seqüências. São esses elementos que constituem o que Bronckart (1997/1999), como vimos, chama de infraestrutura, que organizam o conteúdo temático e permite ao leitor ter uma idéia global do texto.

As capacidades lingüístico-discursivas dizem respeito ao domínio dos mecanismos de textualização e permitem a percepção e as atribuições de valor às articulações entre as frases de uma mesma seqüência (conexão) ou entre os diferentes tipos de discurso que compõem um texto, bem como permitem a identificação das unidades de significação a partir da coesão verbal e da coesão nominal.

Por outro lado, as capacidades lingüístico-discursivas também são responsáveis pela compreensão do posicionamento enunciativo, pois permitem ao leitor reconhecer as diferentes vozes presentes no texto, as modalizações que indicam comentários, avaliações implícitas ou explícitas no texto, bem como as escolhas lexicais, compreendendo o significado das unidades lingüísticas dentro do universo do texto e de seu contexto.

Ainda que parte das práticas escolares de leitura esteja centrada na compreensão do que o autor quis dizer, buscando-se identificar qual é a sua intenção, Eco coloca em discussão a possibilidade de se identificar essa intenção ou sua validade, uma vez que, para ele, essa intenção pode não fornecer dados efetivos para a interpretação e pode ser, inclusive, irrelevante ou enganosa como guia para a construção do sentido do texto. O autor

assinala ainda que, entre a intenção do autor e a intenção do leitor, existe a intenção do texto. Questão a ser discutida, uma vez que quem escreve o faz com alguma intenção. Por outro lado, de fato, é muito difícil se descobrir qual é a real intenção do autor, até porque entre a sua intenção e o que ele efetivamente produz de efeitos de sentido na escrita pode haver um grande abismo. Ou, em termos de ação, como nos mostra Bronckart, a intenção inicial não garante que se atinja os objetivos desejados.

Nessa mesma perspectiva, Ricoeur (1989), ao pensar a hermenêutica, coloca o agir humano como eixo fundamental de sua reflexão e discute o processo complexo que é interpretar. Para ele interpretar é um processo complexo que englobaria dois estágios complementares: a objetividade e a subjetividade. A significação da obra é percebida pela análise objetiva de seu código e pela apropriação subjetiva do seu conteúdo pelo leitor. Assim, o texto seria a objetivação do discurso, a marca deixada pela ação, que se torna independente do autor e gera suas próprias conseqüências na ordem social e histórica.

Ignoramos, então, a intenção do autor? Enquanto dado real e concreto, cremos que trabalhamos com o indefinível. Porém, levantar hipóteses sobre os objetivos do autor, em parte delimitadas pelo gênero, pode dar pistas para as interpretações. E nesse sentido pode ser, também, um critério restritivo à infinitude de interpretações.

È a partir dessa concepção de leitura, que estamos pensando a leitura de textos opinativos na escola. Dado que o sentido do texto não é naturalmente dado e sim sócio-historicamente construído, como pontua Orlandi (1988:59), é possível, “dentro de uma perspectiva discursiva, trazer para a discussão o modo pelo qual, no funcionamento da ideologia, o leitor se instala nesse processo de produção de sentidos” e constrói um espaço compartilhado em que a leitura seja compreendida como fundamental na construção de uma cidadania plena.

No próximo capítulo, então, destacaremos as principais características dos artigos de opinião e suas relações com o estudo da argumentação.

"A articulação de um discurso argumentativo supõe sempre dois movimentos: um de desconstrução e outro de construção, visando a uma transformação. "

Helena Nagamine Brandão (1998)

Este capítulo tem como objetivo apresentar, de forma sucinta, algumas dos principais estudos teóricos e metodológicos que dizem respeito ao estudo da argumentação e que podem contribuir, seja para a análise dos dados desta tese, seja para o ensino da leitura e da escrita de textos opinativos.

Em primeiro lugar, destacamos o caráter fortemente argumentativo que têm os artigos de opinião. Ao tratarem de questões polêmicas, sobre as quais não existe uma verdade absoluta ou uma resposta única, os artigos de opinião trazem temas atuais e de interesse geral que permitem diferentes posicionamentos. Essas diferentes posições para serem socialmente validadas dependem da argumentação, ou seja, da capacidade de o agente produtor dar sustentação à idéia que está defendendo, seja por meio de fatos, dados, provas, razões, evidências, etc. Uma leitura crítica desses textos, portanto, exige por parte do leitor capacidades de linguagem que revelem os argumentos apresentados pelo texto, bem como identifiquem os argumentos falaciosos, ou seja, inválidos ou falsos.

Dentro do conjunto dos estudos referentes à argumentação, destacamos a abordagem filosófica de Tolmin (1958/1993), o enfoque estrutural de Adam (1992), mas privilegiamos o enfoque enunciativo-discursivo da argumentação (Chartrand, 1995; Golder, 1996; Dolz, 1995a, 1995b, Dolz e Pasquier, 1993) e a relação dessas abordagens com o ISD.

O enfoque enunciativo-discursivo da argumentação procura relacionar a situação de produção da argumentação à construção do texto argumentativo, o que nos permite afirmar a existência de uma variedade de textos argumentativos. Segundo Golder (1996) o tratamento que o locutor dá à situação de produção se traduz no texto por meio da escolha de certas unidades lingüísticas que acabam por caracterizar esse discurso.

Trata-se, portanto, associar o esquema textual da argumentação às suas coerções contextuais. Nessa perspectiva, apresentamos o conceito de argumentação inspirado em Golder (1996), que nos serviu de base: “construção por parte do locutor de uma representação discursiva, de uma

esquemática cujo objetivo é a modificação da representação que o interlocutor faz do tema abordado”.

Podemos afirmar que, embora cada texto argumentativo tenha um contexto de produção imediato sempre único, há algumas características contextuais gerais que caracterizam a produção desse tipo de texto [Machado (2000), Souza (2003), Golder (1996)] e que resultam em um conjunto de unidades lingüísticas constantes. Essas características podem ser assim explicitadas:

a) Existência de uma situação social controversa, que gera um tema admissível e passível de ser discutido dentro do sistema de valores dos interlocutores. Desta forma, não se coloca em discussão um tema que o interlocutor não o reconheça como polêmico, como possível e socialmente autorizado para ser discutido, Por exemplo, não se escolhe como tema a ser discutido a alimentação à base de carne de vaca na Índia, onde esse animal é considerado sagrado.

b) Existência de crenças contrárias ou posições possíveis de serem flexibilizadas. É possível se discutir o consumo de carne de vaca em uma situação em que estão presentes vegetarianos e não vegetarianos, mas não na Índia.

c) Existência de locutor e interlocutor que se engajem na polêmica. Por parte do locutor, a crença de que é possível convencer o interlocutor. Por parte do interlocutor, é preciso haver abertura para se engajar na discussão e, até quem sabe, fazer com que o próprio locutor altere sua posição.

Analogamente, podemos dizer que são as características da situação de produção que fazem com que o locutor escolha um gênero argumentativo dentro dos diferentes gêneros argumentativos que existem e se posicione explícita ou implicitamente diante de um tema controverso.

Também é interessante observar que a relação entre locutor e interlocutor, na argumentação, não é mecânica. Ela é dinâmica e sofre a influência das representações que os interlocutores têm das relações sociais que mantêm entre si, gerando efeitos na forma e no conteúdo dos argumentos. Nesse sentido, Golder(1996) destaca que a relação social entre locutor e destinatário pode ser simétrica ou não, o que pode marcar maior

necessidade de negociação e de modalização em relação às idéias que se defende ou não.

Aliás, Golder destaca a existência de duas operações lógico-discursivas fundamentais que permitem a construção do texto argumentativo, que também nos parece bastante adequada: a justificação e a negociação. Segundo a autora, a justificação é a operação pela qual o locutor fornece razões que sustentam a posição defendida. É por meio dessa operação que é possível a construção de uma rede de argumentos interconectados.

Já a negociação é uma operação lógico-discursiva que exige bastante destreza por parte do enunciador, uma vez que se trata de operação bastante complexa. É a negociação que contribui para que o discurso argumentativo seja ou não aceito, uma vez que ela dá lugar ao interlocutor e permite o surgimento de contradiscursos. O enunciador antecipa o que o interlocutor possa usar na defesa de uma posição diferente. Do ponto de vista lingüístico-discursivo, há unidades lingüísticas que tornam possível a tarefa de negociação, seja por meio das modalizações, seja por meio da mudança da responsabilidade enunciativa. Podemos, ainda, nos referir a formas mais complexas de negociação, como a ironia e o subentendido, que permitem ao locutor assumir um determinado posicionamento que coloca o interlocutor numa situação constrangedora e ou ridicularizada.

Machado (2000) analisa textos pertencentes ao gênero e publicados na Folha de S. Paulo e mostra o predomínio das seqüências argumentativas, que aparecem justapostas umas às outras, cujos argumentos vão fundamentando conclusões parciais que se tornam argumentos para a conclusão global. Segundo a autora, isso caracteriza o que se pode chamar de uma recursividade argumentativa, indicando que o produtor toma o objeto em discussão como sendo controverso, considerando que há destinatários que não compartilham de suas opiniões.

As operações de justificação e de negociação próprias da argumentação nos remetem ao caráter dialógico dos textos. Numa perspectiva bakhtiniana (Bakhtin, 1953/1997:316) o dialogismo é constitutivo de qualquer enunciado, e não apenas nos argumentativos: “O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma dada esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser

considerado acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera”. Segundo Maingueneau (1998:42) o termo dialogismo, na análise do discurso, após Bakhtin, refere-se “à dimensão profundamente interativa da linguagem, oral ou escrita (...) Mas Bakhtin emprega também dialogismo no sentido de intertextualidade.” Genette (1982:8), por sua vez, pontua que a intertextualidade supõe a presença de um texto em um outro, seja por meio de citação direta, citação indireta, alusão, entre outros.

Nesse sentido, os artigos de opinião podem ser vistos como diálogo com o pensamento do outro, para transformar ou sedimentar representações, uma vez que a justificação das afirmações demonstra a preocupação do produtor em responder previamente uma possível questão do destinatário sobre a pertinência e a validade da afirmação, assim como a negociação está relacionada ao fato de que o produtor prevê possíveis refutações/discordâncias dos destinatários ou possíveis conclusões contrárias às que ele quer construir. Além disso, a refutação, que também pode aparecer em textos argumentativos, dá ao texto um caráter heterogêneo, e lingüisticamente, isso se manifesta por meio de marcadores refutativos, quais sejam: verbos de dizer (refutar, discordar), locuções metalingüísticas (é mentira, é falso, não é verdade), lexemas (erro, engano), negação polêmica e organizadores argumentativos: mas, entretanto, por outro lado, apesar de, etc.

A argumentação constitui e é constituída pela contradição, o que marca sua dimensão polifônica. Segundo Brandão (1998: 90): “a dimensão polifônica da argumentação mostra, dessa forma, a sua face contraditória, ao verificarmos que, ao mesmo tempo em que está voltada para o outro, em que o discurso se modela com as imagens e presunções que o locutor tem do outro, em que o discurso se constrói também vinculado à formação ideológica desse outro, o percurso argumentativo está marcado paradoxalmente por uma anulação do discurso do outro, visando à afirmação do mesmo e do único.” É como se fosse um jogo em que o locutor precisa vencer, pelos argumentos, o outro a quem se dirige.

Uma vez caracterizados, de forma geral, os artigos de opinião, concluímos a apresentação teórica desta pesquisa e na seqüência apresentaremos os aspectos metodológicos que a compõe.

PARTE II – A PESQUISA

CAPÍTULO 4 – QUESTÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos de coleta e seleção de dados, bem como os procedimentos adotados para análise.

1. Procedimentos de coleta e seleção de dados

Escolhemos como dados para nossa análise, textos de natureza opinativa veiculados na mídia impressa. Essa escolha se deu, em primeiro lugar, devido a importância que a mídia adquiriu na sociedade contemporânea, sendo considerada responsável pela democratização das informações, uma vez que atinge um número cada vez maior de leitores. Como consequência disso, podemos também considerar a mídia um meio de educação não formal, aquilo que anteriormente chamamos de mediações formativas não escolarizadas, mas que, nos dias de hoje, contribuem para a criação, a manutenção ou a reformulação de figuras interpretativas do agir que se desenvolvem em uma determinada sociedade, avaliando esse agir de forma positiva ou negativa, portanto, construindo “modelos para o agir” dos membros dessa sociedade. Assim, por meio de seus textos orais ou escritos, a mídia tem se constituído como um importante espaço de veiculação e legitimação de idéias e, conseqüentemente, de posicionamentos que avaliam ou interpretam o agir em nossa sociedade e que, de certa forma, formam a opinião pública, sedimentando ou transformando as representações sociais.

Em segundo lugar, procuramos selecionar textos com um só tema relacionado à situação política brasileira atual. Assim, selecionamos textos referentes às denúncias de corrupção envolvendo indivíduos ligados ao governo do PT, o que permitiu um intenso debate entre aqueles que defendem o governo e aqueles que o acusam.

Porém, a crise política brasileira com o governo petista no poder tem se prolongado ao longo do tempo. Se por um lado isso é bastante interessante, pois permite a seleção de textos que dialogam entre si e que, portanto, compõem uma rica e complexa rede discursiva, por outro lado, coloca uma questão metodológica que diz respeito ao recorte desse corpus. Ao nos preocuparmos com esse contexto, adotamos determinados princípios para a coleta e seleção de dados, que explicitamos a seguir:

a) Como esboçado na introdução desta tese, a metodologia de coleta foi construída a partir do texto “Disputa Simbólica” da Professora Marilena

Chauí, quando da denúncia de ato de corrupção praticado por um dos (ex) assessores (Waldomiro Diniz) do então Ministro da Casa Civil José Dirceu. Trata-se de artigo de opinião publicado no dia 18 de fevereiro de 2004, na seção “Tendências e Debates” do jornal Folha de S. Paulo, o qual gerou grande controvérsia entre jornalistas/intelectuais.

b) A partir do texto de Marilena, todos os textos selecionados deveriam ser posteriores ao dela e, de alguma maneira, fazer referência ao caso Waldomiro Diniz ou ao artigo de Chauí, de forma que pudéssemos analisar as diferentes figuras interpretativas do agir que foram construídas a partir do fato e que foram expressas nos textos. Fechamos, assim, o núcleo temático no caso Waldomiro Diniz. Isso nos deu o recorte inicial da rede discursiva analisada.

c) A princípio, pensamos em analisar textos de diferentes jornais diários, porém, reconhecendo o jornal impresso como espaço para o “confronto de diferentes pontos de vista” (cf Sant’Anna, 2004:92), optamos por um único jornal, a Folha de S. Paulo, o mesmo suporte do texto de Chauí. A escolha do jornal Folha de São Paulo deu-se a partir de critérios bastante claros.

O primeiro deles diz respeito ao fato de a análise centrar-se no confronto de diferentes pontos de vista em um mesmo jornal da imprensa escrita. É justamente a polêmica, travada no seio de um só suporte que nos permite verificar se há ou não o caráter “crítico, moderno, pluralista e apartidário” a que se compromete o Projeto Folha, tal como exposto em seu Manual da Redação (2001:10).

O segundo critério de escolha da Folha diz respeito ao fato de o jornal ter ampla distribuição nacional, com uma tiragem bastante expressiva. E até mesmo como decorrência dessa amplitude de distribuição, destacamos a influência reconhecida que esse jornal tem na história e no pensamento do país. É o próprio Manual da Redação do jornal (2001:12) que nos fornece dados a respeito de seu papel nacional, a partir das estimativas da Associação Nacional de jornais: a Folha é um dos quatro jornais de maior influência nacional, tendo esta influência crescido 116% desde o ano de 1985, que marca o início do período de redemocratização brasileira.

d) Todos os textos deveriam se caracterizar, grosso modo, como textos de opinião, podendo ser artigos de opinião ou comentários jornalísticos.

e) Os textos selecionados deveriam estar localizados, temporalmente, entre os meses de fevereiro e março de 2004, quando o caso de corrupção foi intensamente divulgado pela mídia.

A seguir, apresentamos um quadro com a relação dos textos selecionados para a análise, destacando o título de cada um desses textos, as datas de publicação, quem são os produtores empíricos e o papel social de cada um deles.

DATA	AUTOR	PAPEL SOCIAL	TÍTULO DO ARTIGO
18/02/2004	Marilena Chauí	Professora de filosofia da USP Intelectual engajado ao PT	Disputa Simbólica
19/02/2004	José Arthur Giannotti	Professor da USP	Fatos e disputa política
19/02/2004	Clóvis Rossi	Jornalista	O lugar do PT
22/02/2004	Eliane Cantanhêde	Jornalista	Pó, pedra e “agenda positiva”
10/03/2004	Renato Janine Ribeiro	Filósofo	Para defender a política
11/03/2004	Marilena Chauí	Filósofa	Em prol da reforma política
13/03/2004	Marcos Augusto Gonçalves	Jornalista	Vícios públicos e privados

Quadro 15 – Quadro geral dos textos analisados

2. Procedimentos de análise

Como já apresentamos os procedimentos de coleta e seleção de dados, seguiremos apresentando os procedimentos de análise adotados. Nossos procedimentos de análise basearam-se nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo LAF (2001) (Bronckart, 1997; Bronckart & Machado, 2004), que inclui a utilização de procedimentos oriundos da semântica do agir. Guardamos semelhanças com outros procedimentos de análise utilizados por outros analistas de linguagem/discurso e recorreremos a alguns deles para o enriquecimento da análise, especialmente a Maingueneau (1997) e a Kerbrat-Oricchionni (2002).

Nossas análises procuraram responder à seguinte grande questão de pesquisa:

Quais são as diferenças e semelhanças que existem entre os diferentes textos que tematizam uma questão polêmica pública, no que diz respeito às suas características lingüístico-discursivas e às representações do agir e dos actantes neles construídas, tendo em vista o ensino da leitura na escola?

Para responder a essa grande questão de pesquisa, que tem seu foco nos diferentes tipos de agir representados nos textos de opinião e movido, ainda, pela idéia de que a descrição da organização de um texto em relação a seu contexto é um passo anterior à sua interpretação (cf. Roulet, 1999), nosso estudo envolveu a análise em três níveis dos textos: organizacional, discursivo-enunciativo e semântico.

Para proceder a essas análises, desdobramos a nossa grande questão de pesquisa em questões operacionais relacionadas ao tipo de análise que desenvolvemos. Segue quadro-síntese dessas questões¹²:

¹² Os tipos de análise citados no quadro-síntese serão melhor desenvolvidos na seqüência do capítulo de metodologia.

QUESTÕES	TIPOS DE ANÁLISE
1. Quais são as características lingüístico-discursivas que caracterizam esses textos, levando-se em conta a infra-estrutural textual?	1. Análise com base na identificação dos diferentes níveis da infraestrutura textual, de acordo com Bronckart (1997): a) tipos de discurso e seqüência; b) mecanismos de textualização: conexão, coesão verbal e coesão nominal; c) mecanismos enunciativos.
2.a)Quais são os principais protagonistas representados nos textos? b)Como esses protagonistas são representados? c) Que papéis lhes são atribuídos? d) Que tipo de agir é representado?	2. Análise sintático-semântica dos enunciados propostos por Bronckart & Machado (2004).
3.a)Como o agir representado é avaliado? 3.b) Que instâncias enunciativas são postas nos textos como responsáveis por essas avaliações? Que outras vozes são mobilizadas?	3. Análise semântica do agir proposto por Bronckart & Machado (2004) associado aos procedimentos propostos por Maingueneau (1997) e Kerbrat-Orecchionni (1998/2001)

Quadro 16 – questões operacionais e tipos de análise

De acordo com os procedimentos de análise propostos por Bronckart (1997) e Bronckart e Machado (2004) procedemos da seguinte forma:

2.1. Estudo do contexto de produção

Na verdade, esta etapa antecipa o trabalho de análise propriamente dito e é necessária uma vez que, segundo o próprio Bronckart (1997), esse estudo nos permite fazer uma leitura mais contextualizada do corpus. O

estudo do contexto de produção levou em consideração o contexto físico e o contexto sócio-subjetivo de produção, tal como explicitado no capítulo teórico, destacando a instituição midiática em que foram produzidos os textos, os produtores efetivos e os destinatários privilegiados. Também demos destaque ao reconhecimento do suporte que veiculou os textos.

2. 2. Procedimentos de análise dos textos

2.2.1. Primeira etapa de análise - Identificação do conteúdo temático e do plano global dos textos

Nossa primeira etapa de análise constituiu-se na identificação do conteúdo temático e do plano global dos textos, seguindo, assim os critérios de análise propostos por Bronckart (1997) e Bronckart e Machado (2004). Para isso, foi necessária uma primeira leitura de cada um dos textos, para a construção do plano global de cada um deles, feito levando-se em consideração a estrutura argumentativa.

Formatado: Português (Brasil)

2.2.2 . Análise dos tipos de discurso

Para a análise dos tipos de discurso, seguimos os seguintes critérios propostos por Bronckart (1997):

- a) Identificação de unidades lingüísticas que marcam implicação do produtor no texto: pronomes de primeira pessoa do singular e primeira pessoal do plural e formas verbais correspondentes; dêiticos temporais e/ou dêiticos espaciais; frases não declarativas.
- b) Identificação de unidades lingüísticas que marcam conjunção/disjunção em relação aos parâmetros da situação de produção: estudo dos tempos verbais, dos advérbios e/ou locuções adverbiais de tempo.

Essa foi uma etapa fundamental no processo de análise, pois já permitiu antecipar índices, tanto de implicação dos produtores nos textos, quanto dos destinatários privilegiados, o que foi útil posteriormente, quando da análise da responsabilidade enunciativa.

2.2.3. Mecanismos de textualização

Para a análise dos mecanismos de textualização, em primeiro lugar, procuramos analisar esses mecanismos visando, sobretudo, a identificar os organizadores textuais que são índices de heterogeneidade ou polifonia.

Em segundo lugar, a análise da coesão nominal se mostrou bastante útil não só porque a sua reconstrução por meio das cadeias anafóricas, como demonstrado em trabalho anterior (Luca, 2000) é fator decisivo para a compreensão do texto. Sobretudo, a reconstrução dessas cadeias anafóricas auxilia a identificação dos diferentes protagonistas postos em cena no texto e a forma como uma determinada representação desses protagonistas vai sendo construída por essa cadeia anafórica.

2.2.4. O agir representado nos textos.

A organização do plano global de cada texto, a partir dos critérios formais que estruturam os textos de natureza argumentativa, permitiu-nos detectar, em primeiro lugar, que a discussão proposta pelos artigos de opinião gira em torno de duas grandes questões relativas ao agir:

- a) interpretação e avaliação do agir e do agir languageiro dos actantes envolvidos nos fatos tematizados;
- b) interpretação e avaliação do agir languageiro dos produtores de textos que comentaram os fatos e, portanto, tornaram-se actantes em relação a um agir languageiro que é materializado pelos textos.

Essa primeira constatação nos levou a selecionar todos os actantes que foram colocados em cena em cada um dos textos. Não nos preocupamos, nesse primeiro momento, em selecionar segmentos temáticos completos, mas sim basicamente a figura do actante. Esse primeiro levantamento quantitativo nos permitiu destacar os actantes que mais foram colocados em cena nos textos analisados. A partir dele, estabelecemos como critérios de seleção dos actantes/protagonistas o que vem a seguir:

1. Estar presente, como actante, na maioria dos textos de forma implícita ou não;
2. Ser humano ou instituição social, de forma que entendamos essas instituições como conjunto de pessoas. Ex: um partido político como o PT ou o PSDB;

3. Ser actante a quem seja atribuído, pelo texto, um determinado envolvimento com o agir.

Com base nesses critérios, emergiram os seguintes actantes nos textos analisados:

ACTANTE	TEXTO 1 Chauí	TEXTO 2 Giannotti	TEXTO 3 Rossi	TEXTO 4 Eliane	TEXTO 5 Marcus Augusto	TEXTO 6 Janine	TOTAL
Professora Marilena Chauí/Chauí/Professora/Filósofa	4	5	7	2	2	Ø	20
PT/partido	14	7	11	6	6	Ø	44
Governo Lula/Governo/Governo do PT	1	3	1	8	Ø	2	15
casal Garotinho	1	1	2	Ø	Ø	Ø	4
Caso WaldomiroDiniz/Waldomiro Diniz/assessor/ex-assessor	1	3	2	Ø	1	3	10
José Dirceu/Ministro José Dirceu	1	1	1	Ø	Ø	Ø	3
Lula/Presidente Lula/Presidente da República	3	3	2	Ø	Ø	Ø	8
José Arthur Gianotti	1	2	Ø	Ø	Ø	1	4
Oposição/ações oposicionistas	2	Ø	Ø	1	Ø	Ø	3

Quadro 17 – actantes e o número de ocorrência nos textos

A partir desse primeiro levantamento, estabelecemos como critérios metodológicos de análise os seguintes procedimentos:

- Segmentação do texto segundo critérios temáticos relacionados ao agir dos actantes representados, conforme Bronckart e Machado (2004);
- Em cada segmento temático, identificação dos actantes colocados em cena nos textos;
- Análise de cada um dos segmentos de texto em que um determinado actante aparece, de acordo com o seguinte conjunto das unidades ou estruturas lingüístico-discursivas que podem indicar elementos da agentividade:

- o papel sintático-semântico do sintagma que representa cada um dos actantes colocados em cena nos textos;
- classificação dos verbos e nominalizações que indicam o agir atribuído ao protagonista;
- modalizações empregadas que também são marcas típicas de interpretação e avaliação do agir;
- tipo de agir que é atribuído ao protagonista;
- unidades e estruturas textuais que indicam as razões para o agir, a intencionalidade e os recursos para o agir dos protagonistas.
- Discriminação dos critérios de avaliação e dos elementos lingüísticos que marcam essas avaliações: verbos subjetivos, advérbios, adjetivos, modalizações, ironia, elementos gráficos como itálico, aspas, negrito.

Com essa análise, verificamos se o actante é representado como ator ou agente nos textos, bem como a avaliação do agir neles representados.

Com base nos procedimentos teórico-metodológicos apresentados até então neste trabalho, o próximo capítulo apresenta os resultados das análises de textos por nos desenvolvida, procurando discutir e interpretar esses resultados.

CAPÍTULO 5 – INTERPRETANDO DADOS

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.

Leonardo Boff - Águias e galinhas

Neste capítulo apresentaremos os resultados das análises dos dados, enfocando, em primeiro lugar, as características do gênero e do contexto e as características dos textos em três níveis:

- organizacional;
- enunciativo;
- sintático/semântico

1. Os textos opinativos e o suporte em que foram publicados os textos: o jornal Folha de S. Paulo.

A escolha de textos opinativos está diretamente relacionada ao contexto sócio-interacional em que ocorreram as produções desses textos. Todos eles foram publicados em meio à crise política vivida pelo governo Lula, quando o assessor do então Ministro José Dirceu foi acusado de corrupção e deu origem à discussão sobre a instalação da “CPI do bingo”. Como consequência, cresceu a oposição ao Partido dos Trabalhadores e ao governo Lula. Começa-se a questionar a ética do partido e, por associação, a do próprio presidente.

Foi nesse contexto que uma quantidade enorme de textos – orais e escritos - foram produzidos por defensores e opositores ao governo. Tais textos dialogam entre si e buscam fixar, na opinião pública, diferentes representações para os fatos e para os actantes neles envolvidos, daí a escolha dos textos de natureza opinativa, os quais demonstram como os próprios autores interpretam o fato como polêmico, passível de debate e de diferentes interpretações.

Como já dissemos no capítulo de metodologia, todos os textos foram extraídos do jornal Folha de S. Paulo, representante da mídia impressa no Estado de São Paulo e reconhecido como um grande formador de opinião. Não podemos nos esquecer de que, na sociedade contemporânea, a imprensa tem papel fundamental na formação da opinião pública, seja transformando, seja sedimentando as representações sociais. Como afirma Ribeiro (2003:121): “sabe-se que a imprensa tem se caracterizado por

exercer grande influência sobre a sociedade. É a responsável pela constituição do imaginário social, já que é por meio dela que os grandes fatos são postos em debate e que se constituem os pontos de vista. Pode-se dizer que ela é um dos pilares do universo midiático contemporâneo.”

Os textos veiculados na Folha de S. Paulo representam a possibilidade de análise dos fatos do cotidiano sob o ponto de vista de diferentes expoentes da sociedade, sejam eles jornalistas (não seria o jornalista um intelectual do mundo contemporâneo também?) ou intelectuais que procuram convencer os seus leitores, utilizando a mídia para fazerem públicas as suas convicções. Nesse sentido, o discurso jornalístico é, segundo Maingueneau (2001:40), “de certa forma antecipadamente legitimado, uma vez que foi o próprio leitor que o comprou. O jornal procura apresentar-se como quem responde a demandas, explícitas ou não, dos leitores.”

O jornal, ao publicar o texto impresso, acentua (cf. Maingueneau, 2001:80) profundamente os efeitos da escritura, seja porque o texto pode circular em espaços muito distantes do lugar em que foi originado, seja porque ele pode ser copiado, recopiado, arquivado, analisado posteriormente, seja porque a impressão e a ampla circulação do jornal permitem uma abertura ilimitada do número de destinatários-leitores, seja porque o espaço físico destinado ao texto é limitado.

A escritura do texto, então, sofre as restrições impostas pelo próprio suporte. Como o próprio projeto Folha destaca, “o espaço público, terreno em que o jornalismo sempre lastreou sua legitimidade, passa por um terremoto que ainda não assentou; até a terminologia do debate (direita e esquerda, por exemplo) foi desorganizada. Conceito sempre difuso, a opinião pública ganha unidade com a convergência geral de idéias, mas se dispersa numa segmentação de interesses que desafia a linguagem em comum. O jornalismo reflete fraturas e deslocamentos que ainda estão por mapear e se defronta com dilemas capazes de pôr seus pressupostos em questão: o que informar, para quem e para quê?” (cf. Manual da Redação, 2001:11)

2. Características do contexto de produção – intelectuais e jornalistas no debate público.

*INSTRUI-VOS porque temos
necessidade de toda a nossa
inteligência; agitai-vos, porque
teremos necessidade de todo o
nosso entusiasmo; ORGANIZAI-
VOS porque teremos necessidade
de toda a nossa força.*

A. Gramsci

Esta seção tem como objetivo apresentar um panorama geral do contexto de produção dos textos por nós selecionados e analisados.

2.1.1. O contexto do debate – nossos autores filósofos e jornalistas

É na esfera social pública, no contexto do jornalismo, que figura o debate travado entre os vários textos selecionados e, como vimos, é o jornal diário o suporte desse debate.

Embora a esfera seja jornalística, parte dos autores dos textos que compõem nosso corpus de pesquisa (José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro) são conhecidos como intelectuais e concebem, os artigos de opinião que escreveram, com uma forte abordagem filosófica. Os demais autores são socialmente conhecidos como jornalistas, ainda que para alguns pensadores (Leclerc, 2004), o jornalista possa ser considerado um intelectual.

Segue quadro-resumo que nos explicita o contexto físico de produção dos textos:

CONTEXTO FÍSICO DE PRODUÇÃO				
TEXTO	TÍTULO	DATA DE PUBLICAÇÃO	EMISSOR	RECEPTOR
1	Disputa Simbólica	18/02/2004	Marilena Chauí	Leitores indeterminados da Folha de S. Paulo
2	Fatos e disputa política	19/02/2004	José Arthur Giannotti	
3	O lugar do PT	19/02/2004	Clóvis Rossi	
4	Pó, pedra e “agenda positiva”	22/02/2004	Eliane Cantanhêde	
5	Vícios públicos e privados	13/03/2004	Marcos Augusto Gonçalves	
6	Para defender a política	10/03/2004	Renato Janine Ribeiro	

Quadro 17 - o contexto físico de produção

Ao seguirmos os critérios de análise do contexto de produção, faz-se necessário traçarmos as características do contexto social dessa produção, que sintetizamos, inicialmente, da seguinte forma:

CONTEXTO SOCIAL DE PRODUÇÃO				
TEXTO	TÍTULO	SUPORTE	PAPEL SOCIAL DO ENUNCIADOR	PAPEL SOCIAL DOS DESTINATÁRIOS
1	Disputa Simbólica	Imprensa escrita de São Paulo. Jornal Folha de S. Paulo	Professora de filosofia política e história da FFLCH/USP	De uma forma global, podemos afirmar que os leitores potenciais de todos os textos selecionados para análise são os leitores do jornal Folha de S. Paulo que se interessam pela política brasileira contemporânea.
2	Fatos e disputa política		Professor emérito de filosofia da FFLCH/USP	
3	O lugar do PT		Jornalista	
4	Pó, pedra e “agenda positiva”		Jornalista	
5	Vícios públicos e privados		Jornalista	
6	Para defender a política		Professor de filosofia da FFLCH/USP	

Quadro 18 – contexto social de produção

O texto 1 é um artigo de opinião que foi publicado no jornal Folha de S. Paulo do dia 18 de fevereiro de 2004 na seção “Tendências e Debates”, na

qual são publicados artigos sobre questões polêmicas atuais, produzidos por figuras proeminentes do cenário político, econômico e intelectual brasileiro. Sua autora, Marilena Chauí, é professora de Filosofia Política e História da Filosofia Moderna da Universidade de São Paulo e autora de livros, entre eles, *Cultura e Democracia*, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual está filiada, e é uma de suas principais ideólogas.

Para compreendermos melhor o contexto de produção do texto, reconstruímos as hipóteses de representação do mundo sócio-subjetivo da autora. Para isso, recorremos a uma série de textos e notícias publicadas pelo próprio jornal *Folha de S. Paulo*, inclusive posteriores ao próprio artigo de opinião analisado por nós, em que Chauí se posiciona a respeito de seu papel como intelectual.

Em palestra de abertura ao Simpósio “O silêncio dos intelectuais”, organizado por Adauto Novaes, em agosto de 2005, Chauí (2005) discute o papel do intelectual no dias de hoje, especialmente aquele que ela chama de “intelectual engajado” e afirma que, embora o intelectual moderno apareça constantemente na esfera pública por conta dos meios de comunicação de massa, o intelectual engajado¹³ está quieto e não por recusa de falar, mas por impossibilidade de fazê-lo, pois “lhe falta um pensamento capaz de desvendar e interpretar as contradições que movem o presente e de imaginar o porvir”. Isso, associado ao recuo da cidadania e a despolitização, levou à substituição do intelectual engajado pela figura do especialista competente, que determina o que os outros devam pensar, fazer, sentir e esperar (perda do princípio básico da democracia que garante o direito de todo cidadão opinar e julgar politicamente).

E por que o intelectual engajado está com sua visão obscurecida e em silêncio?

Chauí pontua uma série de fatores concorrentes para isso: refluxo mundial das idéias socialistas; o encolhimento do espaço público e o

¹³ Na conceituação de Chauí (2005). Intelectual engajado, figura em extinção? – intelectual engajado – aquele que “intervem publicamente se colocando à esquerda do espectro político e tendo como horizonte o ideal de uma sociedade justa e igualitária – a sociedade socialista.”

alargamento do espaço privado derivado da política neoliberal; inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista, que ganha estatuto de capital; surgimento da ideologia pós-moderna marcada pela fragmentação do espaço e do tempo e pela impossibilidade de distinguir-se entre aparência e sentido, entre imagem e realidade.

Para Léclerc (2004:17) o intelectual é um ser híbrido que profissionalmente produz uma obra artística e, engajado nos assuntos da vida pública, é dotado, queira ou não, de visibilidade e se aproxima dos políticos. Nesse sentido, ultrapassam o campo de sua competência profissional (ex: romancista, historiador, físico...) para falar de coisas sobre as quais não é especialista, mas em relação às quais se julga implicado. Sartre (1965) dizia que o intelectual é aquele que se ocupa do que não lhe diz respeito.

Gramsci é o autor marxista que pensa a História sempre como “História mundial” e pensa o estatuto e a função do intelectual na História e no seio do Partido Comunista, construindo o conceito de “intelectual orgânico do proletariado” em oposição aos “intelectuais tradicionais” representados pela Igreja e pelas profissões docentes. Historicamente, o intelectual foi visto como representante da classe dominante. Entretanto, Gramsci observa que, mesmo oriundo da classe dominante, o intelectual pode se colocar a serviço das classes populares.

Sobre isso, Léclerc (2004:58) assinala que, “ao engajar-se ao lado do proletariado, ele ‘trai’ sua classe de origem e fala em nome da classe dominada. Faz-se o representante dos oprimidos e dos sem voz, tornando-se então o mandatário, não de interesses particulares (os da futura classe dominante em que se transformaria o proletariado), mas do universal encarnado na classe portadora do futuro e do sentido da História. Os oprimidos estariam destinados, então, pelo curso fatal da História, a se tornarem a sociedade finalmente reconciliada consigo mesma, a humanidade em seu conjunto, o “gênero humano”.

Parece indiscutível, ao se pensar o intelectual no mundo contemporâneo, considerá-lo em sua dimensão plural: seja ao assumir os papéis típicos das sociedades tradicionais (clérigos e letrados do Antigo Regime), seja ao assumir os papéis tipicamente característicos do intelectual

moderno: pesquisa científica, criação estética e intelectual, bem como, no campo político, pela importância que assume o chamado engajamento.

Para Silva (2002), essa idéia de intelectual engajado é fruto do pós Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria e do processo de descolonização, quando se constrói uma nova percepção da História, com o crescimento das ideologias de esquerda (marxista/comunista), em que o engajamento aparece como uma necessidade.

Não há como negar, portanto, a relação entre intelectuais e ideologia. Não é por ser um “intelectual” que suas idéias estarão isentas da ideologia, que está sempre presente. Enquanto produtor de discurso, ele é constituído e constituinte de ideologia, entendida como um conjunto de idéias, crenças e doutrinas próprias de uma época, de uma classe social ou de um grupo qualquer.

Segundo Léclerc (2004:32), “os intelectuais não são apenas os usuários e os difusores das ideologias, mas pelo menos no que concerne a faixa superior, à qual alguns observadores reservam o termo *intelligentsia* – os produtores e os criadores desses sistemas de pensamento coletivo. O intelectual não apenas está sob dependência do ideólogo: ele próprio é potencialmente um novo ideólogo. Os intelectuais dominantes são ideólogos...”

A idéia de “intelectual engajado” nos fez retornar à Paris do pós-guerra, quando Sartre publica, na Revista Les Temps Modernes, um manifesto sobre a missão dos intelectuais – declaração das intenções sobre as responsabilidades dos intelectuais diante da crise histórica do pós-guerra e faz um apelo: assumir a responsabilidade da reordenação da sociedade. Sartre destaca o compromisso que o intelectual tem com sua época, com seu tempo, o que não lhe permite ficar indiferente aos embates sociais e políticos – escrever é engajar-se no e a favor do presente.

Na visão de Léclerc (2004:97-98) existem formas concretas de engajamento: escrever textos engajados, polêmicos que tomam partido a propósito de debates da sociedade; elaborar obra ou atividade profissional de jornalista ou “para-jornalista” e participação em manifestos e petições.

Silva (2002: 17) observa: “a atividade do intelectual engajado, para não dizer sua própria existência, é conflitual e ambivalente. Por um lado, ele

tem por função a produção do conhecimento, a elaboração das idéias, por outro lado, investido por essas mesmas idéias, ele “enuncia a verdade”. A prática do intelectual situa-se, então, entre dois pólos distintos e contraditórios: a produção do saber e a enunciação da verdade.”

Ao representar-se como intelectual engajada, Marilena assume seu papel social e se coloca como interlocutora das questões sócio-políticas e econômicas que atingem a sociedade brasileira e vivencia o conflito entre envolvimento e o distanciamento.

Viver o conflito entre envolvimento e distanciamento, acreditamos, marca a atuação do intelectual. Bastos e Rêgo em “Intelectuais e política – a moralidade do compromisso” (1999) definem a função mais profunda do intelectual: desvendar a aparência dos fenômenos, exercitando permanentemente a crítica. São críticos das estruturas materiais e espirituais que não permitem aos cidadãos participar das decisões referentes a seus destinos. Nessa perspectiva, demonstram que os intelectuais podem contribuir de algum modo no processo de transformação do mundo em busca da liberdade. Porém, também pontuam os riscos que existem em ser intelectual no mundo contemporâneo: risco de perder o senso crítico; de enredar-se nas “ilusões e mitos de seu tempo”, de enredar-se nos modismos, no “fetiche do êxito”; de enredar-se no descompromisso com o valor das idéias.

Viver um eterno conflito, um eterno dilema é o ônus do intelectual contemporâneo: manter um distanciamento crítico e envolver-se com a sociedade em que vive; distanciar-se dos fenômenos que analisa e, ao mesmo tempo, estar envolvido com eles. Parece-nos que esse conflito latente, que faz parte do cotidiano do intelectual, está relacionado à necessidade de lidar com a velocidade das transformações da sociedade contemporânea. Distanciar-se para analisá-la com criticidade pressupõe um tempo que, nos dias de hoje, o intelectual não tem.

Bastos e Rêgo (1999) pontuam, ainda, que este conflito pode gerar apologia ou indiferença. Vejamos: se a crítica é a razão de ser da atividade intelectual, a apologia paralisa a crítica e oculta a realidade, pois não tem o compromisso com a verdade. Já a indiferença, por sua vez, gera um afastamento em relação ao humano e não permite uma real compreensão

dos fenômenos. Silva (2002:41) destaca, por sua vez, que o início dos anos 90 viveu o agravamento da crise econômica e das exclusões sociais no mundo, bem como o crescimento do liberalismo e o desmoronamento do comunismo, o que gerou um “ceticismo intelectual”.

Dentro desse contexto, Bastos enxerga dois caminhos analíticos sobre a figura do intelectual. Um caminho, de tradição marxista, coloca que a objetividade do mundo por si só já engaja o intelectual. Nesse sentido, não há escolha. Os conflitos e a realidade do mundo se imprimem em todos os momentos na consciência, independente da vontade dos sujeitos.

Por outro lado, num caminho analítico diferente, Bastos e Rêgo (1999) propõem enxergar o intelectual como sujeito moral. A dimensão moral da opção do intelectual pelo envolvimento ou não com as experiências políticas e sociais de seu tempo não elimina o compromisso com a justiça social e a liberdade – os imperativos éticos que norteiam a atividade intelectual, uma vez que a crítica deve constituir-se em estado permanente da consciência do intelectual.

Coloca-se, então, uma outra questão que envolve o intelectual no mundo contemporâneo: as suas relações com a mídia. E sobre isso, Marilena Chauí também tem suas representações. Em carta escrita aos alunos, em 25 de setembro de 2005, Marilena afirma: “Na sociedade capitalista, os meios de comunicação são empresas privadas e, portanto, pertencem ao espaço privado dos interesses de mercado; por conseguinte, não são propícios à esfera pública das opiniões, colocando para os cidadãos, em geral, e para os intelectuais, em particular, uma verdadeira aporia, pois operam como meio de acesso à esfera pública, mas esse meio é regido por imperativos privados. Em outras palavras, estamos diante de um campo público de direitos regido por campos de interesses privados. E estes sempre ganham a parada. Apesar de tudo o que lhes disse acima, fiz, como os demais (no mundo inteiro, aliás), uso dos meios de comunicação, consciente dos limites e dos problemas envolvidos neles e por eles.”

Tal posição de Marilena Chauí nos faz pensar que, nos dias atuais, a notoriedade do intelectual deve-se, em parte, à autoridade intelectual, mas em outra parte, à presença no espaço público da mídia. Isso tem desdobramentos muito sérios, pois ocupar espaço na mídia é aceitar as

regras mercadológicas típicas dela, o que reflete inclusive na adequação do discurso às regras de tempo e espaço. Bastos e Rêgo (1999) salientam que isso “tem seu preço”, pois ao adaptar-se ao discurso, tempo e espaço da mídia, abre-se mão da base do pensamento crítico, pois se desconsidera o tempo e o processo argumentativo do próprio intelectual - a unificação desses tempos sob a égide do tempo da mídia é incompatível com o tempo necessário para a produção do conhecimento e com a natureza do pensamento crítico.

O texto de Chauí por nós analisado acaba por dar origem a outros textos, entre eles, o texto “Fatos e disputa política”, do filósofo José Arthur Giannotti, também parte de nosso corpus. Giannotti também tem suas representações sobre o papel da mídia. Em artigo, cujo título é “O dedo em riste do jornalismo moral”, de maio de 2001, o autor destaca a responsabilidade da mídia na enunciação dos fatos: “Ela deve enunciar os fatos do ponto de vista de sua diferença e de sua verdade. Mas, como isso se faz por meio de empresas capitalistas, cuja existência depende da obtenção de lucros, deve ainda corresponder a certas expectativas de seus leitores.

Sob esse aspecto, a função crítica do jornalista também é contraditória, pois visa ao público, ao mesmo tempo em que procura garantir o interesse privado. Mas, enquanto o político se arrisca para fazer da matéria social amorfa um fato verdadeiro, o jornalista se arrisca para fazer da verdade uma crença social. A mídia, se de um lado é guardiã da moralidade pública, de outro, por ser empresa, tende a imaginar que seu ponto de vista privativo se identifique com o ponto de vista geral. É obrigação da mídia informar os fatos no seu nível de realidade. Não cabe contar o enredo de uma peça como se fosse fato real, muito menos um fato político como se fosse obra de santos. Por certo, cabe-lhe o dever de zelar pela moralidade pública; deixa, porém, de ser democrática quando recusa ao fato político sua necessária aura de amoralidade. Quando um jornalista o expõe do ponto de vista de sua total transparência, destrói o caráter político desse fato e transforma sua informação em arma política a serviço de interesses totalitários.”

Observamos que Giannotti entende os jornalistas como aqueles que aspiram pela universalidade e desejam guardar a moralidade pública, mas

que ao mesmo tempo, trabalham para uma particularidade, a empresa capitalista de que são funcionários.

Chauí e Giannotti, dois filósofos uspianos, destaques na mídia impressa e no debate intelectual brasileiro foram fortemente influenciados pela filosofia francesa que ganhou expressão por meio do Departamento de Filosofia da USP, com a hegemonia da filosofia uspiana na década de 70, momento em que se estabeleceram relações entre a filosofia universitária e a indústria da consciência em nosso país.

Foi na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da rua Maria Antonia, embrião da futura Universidade de São Paulo, que contava com o nome de Cruz Costa entre seus fundadores, mestre de José Arthur Giannotti e Bento Prado Jr, que se formou a geração de Marilena Chauí e também de nosso terceiro filósofo, Renato Janine Ribeiro, autor de “Para defender a política”.

Arantes (2004: 262) relata que nessa época o “Departamento estava saindo do gueto através de Marilena (Chauí) e Giannotti. Giannotti tinha a vantagem de ter ajudado a montar o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), não era mais professor da USP e estava se tornando uma espécie de líder metodológico da oposição (MDB). Já Marilena teve, desde o início, uma enorme repercussão pública, bem maior que a de Giannotti. Marilena, por assim dizer, desfrutava de um dos *handcaps* mais favoráveis de nossa formação francesa”.

Por outro lado, Giannotti e Marilena, já na década de 70, demarcavam caminhos diferentes dentro do mundo intelectual paulistano, sobretudo a partir da fundação do PT, como demonstra Arantes (2004:264-266). De um lado, Marilena Chauí, pólo de atração para a mídia como referência para a esquerda cultural e “mentora filosófica da então novíssima esquerda” marcava presença, também, na fundação do CEDEC (Centro de Estudos da Cultura Contemporânea) que se contrapunha ao CEBRAP. É, assim que Arantes (2004: 265) traz essa discussão até os dias de hoje: “Seja como for, acho que não se pode perder de vista aquela bifurcação do nosso campinho intelectual paulistano que, de metamorfose em metamorfose e transfusões de parte a parte continua vigorante até hoje”. Tal bifurcação é fato que podemos comprovar ao longo do tempo, por meio de diferentes debates travados por dois de nossos autores ao longo desses anos e em diferentes momentos,

Chauí e Giannotti debateram por meio de seus textos publicados na mídia. Os textos desses autores, que compõem nosso corpus de pesquisa, são exemplos típicos do que Arantes constata. Pesquisar, ensinar, produzir, publicar são tarefas inerentes ao trabalho intelectual. Os artigos tornaram-se meios para se medir a produtividade no mundo acadêmico. Por outro lado, estar no mundo editorial também é fundamental.

É, como dissemos, nesse departamento uspiano que nosso terceiro filósofo, Janine Ribeiro autor do texto 6 “Para defender a política”, se forma. Em sua conferência “O cientista e o intelectual”, proferida em 05 de outubro de 2005, o autor destaca o intelectual como aquele que faz uso público do conhecimento e efetua todas as mediações possíveis para transformar o trabalho acadêmico, o conhecimento, em algo que possa ser apropriado socialmente. Intelectual é aquele que traduz em público os avanços do conhecimento e discute a sua apropriação. Portanto, enquanto homem das mediações, o intelectual articula-se com a mídia e, enquanto intelectual midiático, corre o risco de pecar pela presteza, pela rapidez e pelo imediatismo. Segundo o autor (2005): “É possível, assim, que a diferença entre ele e o jornalista, entre o ‘verdadeiro’ intelectual e o midiático, seja então de grau, não de natureza. Mas também é possível que a mídia na verdade devesse ser chamada de imídia. Porque ela o que menos faz, hoje, são mediações, dado que reage de pronto, no imediato.”

Nessa mesma direção, Bastos e Rêgo (1999: 14) destacam que são os meios de comunicação que organizam a agenda do debate público e definem, inclusive, os sujeitos desse debate. Segundo as autoras, no Mundo Contemporâneo “a questão do intelectual em sua dimensão tradicional – educador, persuasor, guardião dos valores universais, comprometido com a justiça social, crítico do poder – foi reduzida e dificilmente problematizada”. A influência do intelectual sobre a opinião pública está minimizada e ele encontra dificuldade em se fazer ouvir.

Cresce, segundo Léclerc (2004:79), o número de jornalistas entre as profissões exercidas por intelectuais na França. “Nos últimos tempos, o intelectual engajado, escritor-jornalista tem perdido espaço para o jornalista profissional. Na prática, não apenas os intelectuais clássicos devem se submeter à mídia e se curvar, portanto, às normas que, segundo os

jornalistas, regem doravante o discurso público, mas os próprios jornalistas estão se tornando, talvez, os verdadeiros “novos intelectuais”. O jornalista, que era mediador, parece transformado num intelectual, no novo tipo de intelectual da mídia”. Ou ainda: o nosso intelectual é necessariamente midiático. Segundo, ainda, Léclerc (2004:86), “o intelectual serve-se dos meios de comunicação, mas agora se julga traído por ele ou pego numa armadilha.’

Por outro lado, a exposição do intelectual na mídia não quer dizer maior ou menor compromisso com a esfera pública, uma vez que ele perde a liberdade de escolha dos próprios temas.

Novaes (2005) questiona se, hoje, estaríamos vivendo uma “Segunda traição dos intelectuais”, devido à relação que mantêm com os meios de comunicação de massa. O intelectual submete-se à lógica e acaba por trair os princípios universais da razão, da liberdade, da justiça e da felicidade.

Pensar e refletir sobre o papel do intelectual, sem dúvida alguma, nos dias de hoje, é tarefa complicada. Não é por acaso, portanto, que em agosto de 2005, Adauto Novaes organizou o simpósio “O silêncio dos intelectuais” .

No Brasil, a discussão a respeito da formação e do papel do intelectual acaba por ganhar uma configuração ainda mais complexa, pois é preciso pensar essa condição intelectual na periferia da ordem capitalista internacional. Segundo Arantes (1997:35) “faz-se necessário atentar para a dificuldade de “formação” do intelectual na atmosfera opressiva do subdesenvolvimento”.

É nesse caldo de discussão intelectual que localizamos nossos intelectuais como produtores de artigos de opinião sobre um fato do cotidiano político brasileiro e que, entre os conflitos do distanciamento/envolvimento; de reflexão/ imediatismo, escrevem para a Folha de S. Paulo.

Os textos 3, 4 e 5 também foram publicados na Folha de S. Paulo e fazem parte do conjunto de textos opinativos elaborados por jornalistas que escrevem com regularidade e em espaço fixo do jornal, chamados de colunistas, Estes textos são conhecidos como comentários jornalísticos.

Clóvis Rossi é autor do texto 3, cujo título é “O lugar do PT”. É repórter especial, membro do Conselho Editorial do jornal e tem uma coluna diária publicada no caderno Brasil, cuja temática envolve política, questões sociais

e econômicas. Já o texto 4 foi escrito pela jornalista Eliane Catanhêde, colunista da Folha em Brasília e, em sua coluna, aborda política, economia, área social, analisa e opina sobre os bastidores da capital brasileira. O texto 4, por sua vez, foi escrito pelo jornalista Marcos Augusto Gonçalves, editor da *Ilustrada*.

2.1.1. A representação dos destinatários

É possível levantarmos algumas hipóteses de representação dos destinatários dos textos veiculados pela Folha e que selecionamos para a análise. Trata-se, então, de pensar o perfil de leitor esperado pelo jornal e que, portanto, são potencialmente leitores dos artigos e comentários, foco de nosso trabalho. Para isso, recorreremos ao próprio documento do Projeto Folha. Nele, verificamos que o jornal distingue dois “tipos” de leitores. O primário é aquele que compra o jornal, enquanto que o leitor secundário é aquele que tem acesso ao jornal, embora não tenha o hábito de comprá-lo.

Sant’Anna (2004:110), ao desenvolver sua tese de doutorado com um *corpus* também composto de notícias da Folha de S. Paulo, destaca o perfil do leitor do jornal: predominantemente jovem, pertencente às camadas mais bem situadas na pirâmide social do país, com grau de escolaridade de nível secundário e universitário. É esse perfil de leitor presumido, discursivamente construído pelo próprio jornal que é colocado como potencial interlocutor dos autores que produziram os textos de opinião escolhidos para a análise.

Por outro lado, não nos parece legítimo afirmar que o leitor privilegiado e presumido dos artigos de opinião seja o mesmo leitor presumido pelos comentários jornalísticos produzidos pelos colunistas da Folha. Nossa hipótese é de que, ao levar a discussão filosófica como eixo dos artigos de opinião, os filósofos representam um leitor envolvido não só nas questões políticas que estão debatendo, mas também minimamente envolvidos com o conhecimento filosófico que sustenta as suas argumentações.

3. O plano global dos textos

O plano global dos textos de opinião pode ser representado pelas seguintes fases relacionadas à estrutura da seqüência argumentativa:

FASES DO PLANO GLOBAL	TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
<i>Apresentação da tese anterior</i>	Em política há duas grandes disputas: a disputa pelo poder e a disputa simbólica. (tese defendida pela autora)	A crítica ao caso de corrupção do assessor de José Dirceu é hipócrita. (tese criticada pelo autor)	Marilena Chauí capota bravamente nos seus argumentos em defesa do partido (PT). (tese defendida pelo autor)	O governo Lula está num momento decisivo. (tese defendida pela autora)	Os seres humanos não agem apenas racionalmente, mas são movidos por paixões, o que nos conduziria à necessidade de organizar as instituições de modo a induzi-los a “bem administrar” (Tese criticada pelo autor)	Houve um esvaziamento da dimensão política com o caso de Waldomiro Diniz. (tese defendida pelo autor)
<i>Apresentação dos dados</i>	Reconstituição histórica do PT que o fez ocupar o lugar simbólico de ético na política	A corrupção existe no PT como em outros partidos.	Relato dos fatos citados e interpretados por Marilena	Implantação de uma agenda positiva logo após a reabertura do congresso	Existência de negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e negociações entre o Executivo e o Legislativo.	Apresentação do papel histórico da corrupção no Brasil. Distinção entre moral e política.

<p>Argumentos</p>	<p>As ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.</p>	<p>Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT.</p> <p>Marilena tem mantido uma relação esdrúxula com os fatos.</p> <p>O exercício da política abre um espaço de ação que não pode ser dito, a princípio, moral ou imoral.</p> <p>A ação política não pode ser julgada por uma rígida aplicação da regra moral.</p>	<p>Refuta os argumentos apresentados por Marilena evidenciando erros e omissões no relato da filósofa</p>	<p>Necessidade de o governo mostrar que está governando, mostrar serviço, manter a estabilidade econômica, dar sinais de reaquecimento e espetáculo de crescimento, ativar a área social e restaurar a moralidade.</p>	<p>A crítica deve ser feita a uma instituição pública, no caso o PT.</p>	<p>Se for comprovada culpa, deve haver punição.</p> <p>A política não é a negação da moral, mas também não podemos deixar a política refém de uma moral elementar.</p> <p>A política está desprestigiada.</p> <p>Precisamos mais do que honestidade, precisamos de escolhas.</p>
--------------------------	---	---	---	--	--	--

Refutação	Refuta a crítica feita pela oposição ao caso do ex-assessor de José Dirceu	Refuta a tese de Marilena de que haveria uma disputa simbólica para retirar do PT o lugar simbólico de ético na política. Refuta o argumento de que ele endossaria a tese da imoralidade constitutiva da política	Confirma a existência da disputa simbólica, mas refuta a tese de Marilena ao afirmar que as denúncias não são vazias.	Refuta a tese de Marilena Chauí de que haveria um complô contra o PT.	Refuta o argumento de que não devemos criticar o ministro José Dirceu, mas sim o arcabouço institucional que o compele a manobrar temerariamente.	Refuta o caráter amoral da política. Refuta o argumento de que seu texto é uma defesa do governo.
Conclusão	Existe uma disputa simbólica para destituir o PT do lugar simbólico que ocupa.	Se todo governo fosse punido, haveria uma crise institucional que levaria a corrupção às alturas.	O PT tem ocupado o “lugar” da corrupção.	É o próprio PT que faz pó, que destrói os seus símbolos.	O PT utiliza-se da prerrogativa de estar no poder para acobertar os seus vícios com os vícios públicos.	O Brasil vive o risco de enfraquecer um projeto de governo por questões laterais (corrupção)

Quadro 19 – Fases do Plano Global

4. Tipos de discurso

A análise dos tipos de discurso feita em cada texto nos permitiu ter uma visão macro dos mundos discursivos construídos a partir da relação com as coordenadas do mundo físico (conjunto e disjunto) e com o grau de implicação dos parâmetros da situação material de produção (autônomo ou implicado). Segue quadro que nos dá uma perspectiva geral da análise:

TIPOS DE DISCURSO	TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
Relato interativo						X
Narração						
Discurso interativo	X	X	X	X	X	X
Discurso teórico	X	X	X	X	X	X
Fusão do discurso interativo e do discurso teórico						
Fusão da narração e do discurso teórico	X					

Quadro 20 – Tipos de Discurso

O texto 1 inicia em discurso teórico e constrói um mundo discursivo autônomo e conjunto. Utiliza-se de presente genérico e de autonomia em relação ao contexto de produção sem qualquer marca dêitica e há uma exposição filosófica a respeito da diferença entre disputa política e disputa simbólica. É o que podemos observar no segmento de texto: “Em política, há duas grandes disputas: a definidora da própria política, isto é, a disputa pelo poder; e a disputa simbólica, isto é, pela ocupação de um lugar onde se reconheça uma imagem definida por valores postos pela sociedade.”

Em seguida, a autora inicia um novo segmento de texto caracterizado pela autonomia (não há marcas de implicação de produtor e interlocutor no

segmento) e pela disjunção (caracterizada pelo uso do pretérito perfeito que cria um mundo discursivo disjunto ao mundo ordinário), marcando um segmento de narração: “Do ponto de vista simbólico, o PT, ao definir-se não como um partido para os trabalhadores, e sim dos trabalhadores, ocupou o lugar definido pela criação e conservação de direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos. Na disputa simbólica, o campo dos direitos ou da cidadania plena definiu a imagem do PT, diferenciando-o, por exemplo, do PSDB, que ocupou o lugar simbólico denominado "modernidade séria e responsável".

Na segmento: “Historicamente, porém, a disputa simbólica sofreu um deslocamento. De fato, a oposição ao governo Collor introduziu o tema da ética na política, e as circunstâncias fizeram com que esse lugar simbólico também fosse ocupado pelo PT. Todavia, diferentemente do lugar simbólico dos direitos, o da ética na política não é ocupado sem contestação, porque outros partidos o disputam continuamente. Por isso, tais partidos e os meios de comunicação procuram manter os olhos da população voltados para esse lugar, buscando fatos reais ou imaginários que destituam o PT”, a autora mantém a autonomia e disjunção do discurso próprios do eixo do narrar. Ao remeter o leitor ao passado utilizando o advérbio “Historicamente”, constrói um mundo disjunto ao do mundo ordinário e, sem implicar os enunciadores no texto, reconstrói-se, textualmente, a história do Partido dos Trabalhadores e demonstra como ele ocupou o lugar simbólico de ético na política. É a própria História do partido, portanto, que o legitima e justifica o seu reconhecimento como partido ético. Faz isso se utilizando, ainda, de uma série de organizadores lógico-argumentativos típicos do discurso teórico - porém, de fato, todavia, porque, por isso - que assumem a função de organizadores da própria argumentação e marcam a fusão de dois tipos de discurso: a narração e o discurso teórico.

Em: “Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa”, temos exemplo de um novo segmento de texto em que a autora novamente re-encaminha a construção do mundo discursivo, retoma um discurso conjunto (eixo do expor) e aproxima o período

dos fatos ao momento de produção do texto por meio dos seguintes recursos lingüísticos:

- por meio das referências de data expressas no texto - de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004;
- expressões que nos remetem à simultaneidade entre o tempo da produção e o tempo dos fatos: política econômica atual, governo anterior, atual Presidente da República, atualmente, que acabam assumindo valor dêitico, só compreendidos na relação com o contexto de produção;
- predomínio dos verbos no presente do indicativo com valor atual: somos colocados; o atual Presidente da República não tem; mas é no ataque.

Também utiliza o pronome “nós”- oculto que remete aos participantes da interação – implicando autora e leitores, o que nos leva ao discurso interativo. Observamos, ao retomarmos Benveniste (1976), que este “nós”, no plural, tem valor mais complexo e constrói um sentido que aproxima o locutor aos seus interlocutores-leitores, criando um clima de envolvimento. Brandão (1998:52), ao discutir o valor do “nós” em campanha publicitária da Petrobrás, destaca o caráter propositadamente ambíguo do pronome no plural: “com a indefinição criada, ele pode ser inclusivo/exclusivo”. Em nossa análise, observamos que o “nós” amplia o círculo do locutor e responsabiliza, também, os leitores pelo dito por meio do texto.

Ao considerar a crítica hipócrita, a autora recorre à conjunção dos mundos - para justificar o porquê da crítica ser hipócrita, dando uma série de argumentos, organizados em itens e com o apoio de organizadores lógico-argumentativos: ou seja, porque, qual seja, afinal, portanto, porém - marcas de discurso teórico que acabam sendo combinadas com marcas da interação: não é, porém, o que temos (nós oculto) visto. É o que observamos no fragmento de texto a seguir exposto: “Mas é no ataque ao lugar simbólico da ética na política que a disputa é mais acirrada e ganha ares consistentes. Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu. Por um lado, a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção. Por outro lado, a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a

causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis; afinal, é um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil; c) não menciona a proposta de reforma política, publicada em livro pelo Instituto da Cidadania, que, no dia 1º de julho de 2003, a entregou ao Executivo e ao Legislativo, tendo sido discutida e aprovada por uma comissão especial (pluripartidária, com 45 membros) criada pelo presidente da Câmara, João Paulo; a reforma (que prevê o financiamento público das campanhas) não será um decreto presidencial, e sim uma ação do Congresso Nacional.”

Já o texto 2 inicia em discurso interativo e constrói um mundo discursivo conjunto e implicado. O autor utiliza o futuro do pretérito (poderia), e o presente do indicativo (pelo que me consta) e marca a conjunção entre mundo discursivo e mundo ordinário, assim como a primeira pessoa do singular expressa pelo “eu” marca a implicação do produtor. São exemplos disso:

Formatado: Português (Brasil)

Ex. 1.: “A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto, nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna Marilena Chaui pudesse escrever o seguinte, na Folha de ontem:”. Na seqüência utiliza-se do discurso citado de Marilena e novamente utiliza-se do discurso interativo: “Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT.

Ex. 2: Além disso, como muita gente sabe, o amigo referido sou eu, o que me leva a procurar esclarecer meu ponto de vista. No final das contas, se até mesmo Marilena não me entendeu, não poderia proceder de outra maneira. Que isso tenha ocorrido, porém, não é de estranhar, pois Marilena tem mantido, nos últimos tempos, uma relação esdrúxula com os fatos.” A expressão “tem mantido” e “nos últimos tempos” liga o mundo discursivo ao mundo ordinário, de forma a demonstrar, também, que os fatos expostos tiveram início do passado mas se prolongam até o momento da produção do texto.

Em “Nunca endosse a tese da imoralidade constitutiva da política e, todas as vezes que me ocupei dessa questão, sublinhei a diferença entre “imoral” e “amoral”, observamos que o autor utiliza o pretérito perfeito (endosse) para marcar a anterioridade em relação ao tempo do mundo da produção, ao mesmo tempo que, por meio do uso do pronome pessoal “eu” oculto e do pronome possessivo “me”, que exercem função dêitica, o autor se implica no texto e se confunde com o enunciador.

Ao apresentar os seus argumentos, o autor recorre a informações independentes da situação material de produção. Para isso, utiliza-se do discurso teórico, caracterizado pela autonomia e pela disjunção em relação ao momento da produção: “É da essência da atividade política alargar o âmbito das práticas ou das instituições, pois somente assim as regras instaladas servem para guiar condutas em processo. Regras envelhecidas não servem para enfrentar o novo. Daí o próprio exercício da política, no qual o risco é inerente, abrir um espaço onde a ação não pode ser dita, em princípio, moral ou imoral. Em que medida o financiamento das campanhas está sujeito a essa indefinição? Como diminuir a força do poder econômico nas campanhas? Mesmo financiada pelos cofres públicos, sempre haveria um líder comunitário achando-se no direito de pedir liberação de verba sem levar em conta a equidade em sua distribuição. Toda ação implica interpretar a regra, o que se faz de um ponto de vista particular, produzindo resultados imprevistos, quando não indesejados.”

“Voltemos ao que nos interessa” marca a retomada do discurso interativo: implicação e conjunção com o mundo ordinário – (nós) voltemos, (nós) suponhamos, (nós) convenhamos – pronome de primeira pessoal do plural com valor dêitico que implica enunciador e destinatários (eu e vocês) e verbos no presente do subjuntivo, bem como a presença de verbos no pretérito perfeito: (houve) que hierarquiza a noção de passado em relação ao mundo ordinário, dando idéia de anterioridade.

A presença de frases não declarativas que também caracterizam o discurso interativo: “Até onde deve ir a punição?; “como julgar essa ação?” – implicam o leitor, como se a pergunta fosse feita para que ele respondesse.

O texto 3, por sua vez, apresenta segmentos de discurso teórico e de discurso interativo, marcando especialmente a conjunção com o mundo

ordinário: utiliza-se, inicialmente, do presente genérico (dizem, concentra), mas também do presente do indicativo (capota) que, juntamente com a locução verbal (está funcionando), marcam a conjunção entre mundo discursivo e mundo ordinário e utiliza o pretérito perfeito (fizeram) para marcar a anterioridade em relação ao tempo do mundo da produção. Embora não haja dêiticos de pessoa que explicitam a implicação dos participantes da interação verbal, destacamos a existência de dêiticos temporais que também marcam a implicação do produtor. A expressão “não está funcionando”, por exemplo, marca o tempo em que o produtor do texto está e, portanto, a implicação deste produtor.

O texto tem início com o verbo “dizem”, que oculta uma terceira pessoa do plural “eles”, sem qualquer referência anterior, o que dá um caráter de sujeito indeterminado: “Dizem que a visão da força concentra a mente. Se é verdade, não está funcionando no caso do PT. Uma de suas mais brilhantes e lúcidas intelectuais, a filósofa Marilena Chauí, capota bravamente nos seus argumentos em defesa do partido, tal como antes o fizeram companheiros seus menos filósofos.”

No segundo parágrafo, o autor marca explicitamente a conjunção entre o mundo discursivo e o mundo ordinário com a utilização do organizador temporal “ontem”, só compreensível se levarmos em conta o momento da produção do artigo de Rossi: “No artigo ontem publicado pela Folha, Chauí começa capotando no relato dos fatos: diz que o PT está sendo acusado por um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002”.

O texto apresenta uma série de organizadores lógico-argumentativos que caracterizam o discurso teórico e que organizam as seqüências argumentativas: é verdade, ademais, tal como, também, é claro, mas.

O texto finaliza em discurso teórico e generalizante: “Fatos podem atrapalhar a filosofia, mas continuam sendo fatos.”

Já o texto 4 constrói um mundo discursivo conjunto e implicado, com o predomínio do discurso interativo: “O Congresso está um deserto desde a quinta-feira e vai continuar não só durante como além do Carnaval. É o tempo que o governo e o PT querem -aliás, precisam muito- para se refazer do

tranco.
A idéia é desencavar a velha ladainha de uma "agenda positiva" logo na

reabertura da reabertura do Congresso, quando o Carnaval e a ressaca passarem, já em março: “ Utiliza-se, inicialmente, do presente do indicativo (está, precisam) que marca a conjunção entre mundo discursivo e mundo ordinário, bem como utiliza a expressão “desde quinta-feira”, que marca o início de um período que se estende até “após o carnaval”, passando, inclusive, pelo momento da produção do próprio texto. Também utiliza o futuro de presente para organizar o tempo posterior ao momento da produção: “O item 1 será a reforma política”, bem como o pretérito perfeito para marcar o tempo anterior à produção: Os novos ministros(...) participaram da conversa).

O uso de frases não declarativas, especialmente perguntas e exclamações são marcas interativas claras, que procuram estabelecer um diálogo com o interlocutor: “O item 1 será a reforma política, tão decantada. Tem crise? Chame-se a reforma política! Baixou a crise? Esqueça-se! Mas o mais interessante da tal "agenda positiva" é mostrar que "o governo está governando". Ué?! E não está, ou estava?”

Por outro lado, a presença do discurso teórico, autônomo e conjunto, também se faz presente, como no exemplo a seguir: “O governo Lula está num momento decisivo. Tem a obrigação de manter a estabilidade econômica, mas dando sinais de reaquecimento (e nem se fala em "espetáculo do crescimento") e ativando finalmente a área social. Enquanto restaura-se a moralidade.”

O último parágrafo do texto é um segmento de texto típico de discurso interativo – conjunto e implicado: “A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos nós nem mesmo a oposição.”

Os verbos no presente do indicativo (identifica, há, é, somos) e a locução verbal (está fazendo) marcam a conjunção, característica que predomina ao longo de todo o texto, bem como marcas da interação, seja por meio do vocativo – professora, seja por meio do pronome pessoal “nós”, que implica a própria autora do texto como pertencente aos meios de comunicação de massa.

O texto 5 começa com a construção de um mundo discursivo disjuncto e implicado que caracterizamos como discurso interativo: “Em artigo publicado anteontem na seção “Tendências/Debates”, a professora Marilena Chauí procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.” Utiliza-se, inicialmente, do presente do indicativo com valor de passado (procura depositar), o qual, junto com a expressão “anteontem” marcam a disjunção em relação ao momento de produção.

Na seqüência, introduz o discurso teórico (conjunto e autônomo) para apresentar a tese de Marilena Chauí: “A tese é que os seres humanos não agem apenas racionalmente, mas são movidos por paixões, o que nos conduziria à necessidade de organizar as instituições de modo a induzi-los a “bem administrar”. Sendo assim, a crítica moralizante à corrupção deveria ceder lugar à “crítica cívica das instituições”. Seguido da introdução de um segmento de discurso interativo, marcado pela expressão “não devemos criticar”:

Formatado: Português (Brasil)

“Transposto para a atualidade, o argumento sugere que não devemos criticar o ministro José Dirceu, mas o arcabouço institucional que o compele a manobrar temerariamente. A conclusão é que, se não fossem as distorções da representação política e as falhas no sistema de financiamento de campanhas, o PT poderia ter eleito maioria parlamentar, o que restringiria o balcão político. E não haveria necessidade de “operadores” como Waldomiro Diniz para pedir dinheiro a “empresários do bingo”. A utilização desses recursos permite que o autor se distancie da tese defendida por Marilena e, quando quer a implicação de si e dos leitores, recorre ao “nós” oculto.

Formatado: Português (Brasil)

A apresentação dos contra-argumentos e a conclusão do comentário jornalístico é todo feito em discurso teórico, não havendo unidades dêiticas que impliquem os participantes da interação. A conjunção com o mundo da produção, situando o mundo discursivo no eixo do expor, está marcada pelo uso do presente do indicativo e do pretérito perfeito que têm função de organização da temporalidade no texto. O discurso teórico é, ainda, marcado pela presença de organizadores lógico-argumentativos – certamente, mas, no caso, de fato.

Formatado: Português (Brasil)

O texto 6 constrói um mundo discursivo conjunto e implicado, com predomínio do discurso interativo. Como marcas de conjunção, podemos observar a utilização inicial do presente do indicativo (é, deve, inquieta) e também do gerúndio (estando eu, não acompanhando) que dá caráter de simultaneidade entre dois acontecimentos (entre o caso de corrupção e o fato do autor/enunciador não estar no Brasil no momento). A implicação do produtor está marcada pela presença de unidades dêiticas: pronome pessoal de primeira pessoa (eu) e pronome pessoal do caso oblíquo (me).

Na seqüência, o autor recorre a pequenos segmentos de discurso interativo (implicado e disjunto) associados a segmentos de relato interativo. É um movimento que procura retomar fatos do passado e relacioná-los ao momento da crise e da produção do texto: “O impeachment de Collor, em 1992, defendido por todo o arco democrático brasileiro e por este jornal”... ou então: “Havia graça em furar a fila. Houve simpatia por Sinhozinho Malta, ícone da opressão e do desdém pela lei, na novela “Roque Santeiro” (1985). Em 19 anos de democracia, não resgatamos a dívida social, mas tornamos a corrupção detestável”; ou ainda: “Também foi o sinal que a sociedade brasileira não tolera mais a corrupção.”

O uso do presente do indicativo mostra a construção de um mundo conjunto ao mundo da produção e a primeira pessoa do plural marca a implicação do agente produtor como parte da “sociedade brasileira”.

Ao distinguir moral e política, o autor utiliza a fusão do discurso interativo com o discurso teórico, ambos do eixo do expor (conjunto) havendo a presença de pronome de primeira pessoa, típico do discurso interativo (eu prefiro, nós imaginemos, (eu) digo, (eu) não sei, agora (nós) vivemos), dêiticos de tempo (agora, hoje) associados à utilização do presente simples que marcam a conjunção do mundo ordinário e organizadores lógico-argumentativos típicos do discurso teórico: de outro modo, mas, por isso, isto é, justamente porque, ora. Tal tipo de discurso se mantém ao longo do restante do texto.

4.1. Síntese sobre os tipos de discurso

Os artigos de opinião e os comentários jornalísticos ora analisados mobilizam diferentes tipos de discurso. Porém, observamos o predomínio do discurso interativo e do discurso teórico, presentes em todos os textos.

Nos textos há o predomínio do discurso interativo, que marca a implicação do produtor e, em alguns casos, de um interlocutor geral – o leitor – e o discurso teórico. Acreditamos que esse predomínio está relacionado não só à situação de ação de linguagem mas também às operações do pensamento humano (Bronckart 2006:155) que são desenvolvidas pelos produtores à medida que produzem seus textos. Particularmente em relação aos artigos de opinião e comentários jornalísticos, verificamos a necessidade das marcas de implicação próprias do discurso interativo as quais exigem um raciocínio prático próprio das interações dialogais que permitem a aproximação e o envolvimento do leitor com o texto, o que já é, em si, uma forma de persuasão desse leitor.

Em grande parte dos textos, esse raciocínio prático vem associado ao raciocínio de ordem lógica e/ou semiológica próprio do discurso teórico que dá sustentação aos processos de teorização e argumentação necessários para as situações polêmicas e/ou conflituosas próprias dos temas abordados em artigos de opinião.

Tanto o discurso interativo quanto o discurso teórico presentes nos textos analisados caracterizam-se pela marca avaliativa. O discurso interativo relata ora o agir dos actantes envolvidos nos fatos, ora o agir linguageiro que está sendo avaliado, enquanto que o discurso teórico traz para o mundo discursivo “teses”, geralmente de natureza filosófica, para justificar as interpretações e avaliações construídas nos textos.

Após identificarmos o plano global dos textos e os tipos de discurso de cada um deles, consideramos respondida nossa primeira pergunta de pesquisa que dizia respeito às características organizacionais dos artigos analisados. Segue, agora, o estudo do agir tematizado e representado nos textos.

5. As figuras do agir construídas nos textos

5.1. A análise dos actantes

5.1.1. Marilena Chauí como actante

A actante Marilena Chauí está presente em todos os textos, com exceção do texto 5, escrito pelo filósofo Renato Janine Ribeiro.

Em relação ao seu próprio texto, podemos afirmar que Marilena assume a responsabilidade pelas suas próprias ações languageiras.

De uma forma geral, verificamos que em todos os textos em que a actante é citada, a ela é atribuído um papel agentivo, isto é, atribui-se a ela responsabilidade por um processo ativo, portanto pela ação, no caso, diferentes ações de linguagem que têm a intenção de defender o governo do PT, motivada pelas críticas feitas pela ação oposicionista.

Ex.1(Texto 2): Nunca poderia imaginar que [minha amiga e ex-aluna](#) pudesse escrever o seguinte, na folha de ontem: "a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis".

Ex.2 (texto 3): Uma de suas mais brilhantes e lúcidas intelectuais, a [filósofa Marilena Chaui](#), capota bravamente nos seus argumentos em defesa do partido, tal como antes o fizeram companheiros seus menos filósofos.

Ex.3 (texto 4): A [professora Marilena Chauí](#) identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT.

Ex.4 (texto 5): Em artigo publicado anteontem na seção "Tendências/Debates", a [professora Marilena Chauí](#) procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.

Como podemos observar pelos exemplos acima citados, todos os textos que citam Chauí fazem referência ao papel social da actante, seja como professora, seja como filósofa, marcando um certo distanciamento entre o enunciador do texto e o protagonista trazido para a cena, mas

também marcando seu lugar e papel social. Porém, **o texto 2**, escrito por Giannotti, atribui-lhe outros papéis sociais – o de amiga e ex-aluna. Ao atribuir-lhe esses papéis, o autor caracteriza a protagonista de forma a, em primeiro lugar, fazer uma clara aproximação entre ele e Chauí (amiga), ao mesmo tempo em que a expressão “ex-aluna”, marca uma hierarquia – aquela existente entre professor e aluno.

Mas essa aproximação é feita no sentido de interpretar e avaliar o agir linguageiro da protagonista de forma negativa. Logo no início, o autor inicia a construção desse sentido quando usa a expressão: “nunca poderia imaginar” – nunca - advérbio de negação associado ao verbo “poderia” no futuro do pretérito, que tem valor de modalização lógica na negativa, colocando o agir linguageiro de Chauí como “impossível de ser imaginado”, além das capacidades de imaginação do filósofo.

Neste mesmo sentido, a expressão “ex-aluna” associada à expressão analisada, constrói um mundo discursivo que nos leva, enquanto leitores, a interpretar o texto de forma a perceber um sentido implícito: a decepção do mestre em relação à sua “ex-aluna”.

Além disso, os leitores assíduos do jornal Folha de S. Paulo poderiam também, levar em conta o contexto histórico mais amplo e, dessa forma, relacionar a crítica de Giannotti a divergências históricas entre esses dois filósofos, já explicitadas em outros momentos neste mesmo jornal, como por exemplo, em maio de 2001, na polêmica travada por meio dos seguintes artigos de opinião: “O dedo em riste do jornalismo moral”, “Acerca da moralidade pública” e “Para a virtuosa Marilena”, ou ainda, a um contexto maior, que diz respeito à própria constituição da filosofia uspiana como nos relata Arantes (2004). Ao levarmos em conta esse contexto mais geral, poderíamos até dizer que a expressão “**amiga**” guarda uma certa ironia.

Observamos, ainda, que o dizer de Marilena Chauí é avaliado negativamente sob os critérios do mundo sócio-subjetivo – o dizer de Marilena é avaliado com o adjetivo “falso”, como não verdadeiro por Gianotti, uma vez que:

a) Marilena considera a crítica hipócrita e usa como argumento para justificar sua crítica o fato de que “a crítica pretender atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho.”

b) Giannotti nomeia esse dizer como falso e usa como argumento o seguinte dizer: “pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do Casal Garotinho, mas do PT.” – Dessa forma, Giannotti avalia a ação languageira de Marilena como falsa e lhe atribui a responsabilidade por essa falsidade, bem como lhe atribui, também, o papel de ator – o casal Garotinho não faz parte do governo Lula, mas Benedita da Silva faz parte.

Na seqüência, Giannotti continua a interpretar e a avaliar o dizer de Marilena, agora, como incompreensível – falta capacidade para Marilena compreendê-lo: “No final das contas, se até mesmo Marilena não me entendeu, não poderia proceder de outra forma” – interpreta a referência feita a ele como fruto de uma ação de incompreensão por parte da filósofa, o que justifica sua necessidade de “responder” ao texto de Marilena.

“Que isso tenha ocorrido, não é de se estranhar, pois Marilena tem mantido, nos últimos tempos, uma relação esdrúxula com os fatos”. É assim que Giannotti avalia:

a) o seu próprio agir – como necessário para esclarecer o que não foi compreendido por Marilena – ele próprio se coloca como ator no texto, sendo responsável pelo seu dizer e tem a intenção de esclarecer os fatos;

b) o agir de Marilena com o adjetivo “*esdrúxulo*”, portanto, sem conformidade com as regras e valores sociais do mundo social e objetivo (avaliação negativa). O uso da forma verbal no presente do indicativo demonstra, ainda, uma habitualidade desse agir.

c) o agir de Marilena de forma negativa, como um agir esperado. Utiliza como argumento, recurso para justificar essa posição, a entrevista que a autora dá a uma revista francesa. Em primeiro lugar, responsabiliza Marilena pelo dizer: “ Ela afirma”, que vem seguido de uma citação literal marcada pelas aspas. Ao se afastar do dizer e citá-lo para criticar o agir languageiro de Marilena, Giannotti deixa para o leitor compreender, através do implícito, o que falta de verdade no dizer de Marilena que, novamente, é julgado como não verdadeiro em relação à ordem do mundo social e objetivo.

O **texto 3**, por sua vez, também interpreta e avalia o agir languageiro de Marilena Chauí. Logo no primeiro parágrafo, o enunciador assim o qualifica: “Uma de suas mais brilhantes e lúcidas intelectuais, a filósofa Marilena Chauí capota bravamente nos seus argumentos em defesa do

partido, tal como antes fizeram companheiros seus menos filósofos”. Recorre-se aos adjetivos “brilhante” e “lúcida” para qualificar positivamente o papel de intelectual exercido por Marilena para, em seguida, intensificar a crítica negativa à ação languageira da autora, que vem na seqüência, através do verbo no presente simples do indicativo – “capota” nos argumentos associado ao advérbio de intensidade “bravamente”. Constrói-se um sentido de que Marilena perde a lucidez e, então, “capota” – verbo de ação que nos leva a ter a idéia de queda, avaliando o agir languageiro de Marilena de forma negativa, colocando-a como atora: responsável pelo ato de capotar, uma vez que utilizou argumentos não verdadeiros com a intenção de ir em “defesa do partido”. São três argumentos que Rossi procura desconstruir:

a) ela (Marilena) diz: “que o PT está sendo acusado por um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002. Só a data é verdadeira: o episódio envolve também financiamento de campanha para candidatos do PT (Geraldo Magela, no DF e Benedita da Silva, no Rio)”. Rossi leva o leitor a interpretar o agir languageiro de Marilena como não verdadeiro, uma vez que “só a data é verdadeira” . Neste caso, o enunciado implícito nos leva a entender que há um dizer falso. Ela omite (tem a intenção de omitir, de esconder) a relação entre candidatos do PT e o casal Garotinho, e, portanto, tira a responsabilidade do PT e de seus candidatos no episódio de corrupção.

b) Segundo Rossi, Marilena critica os defensores da ética na política por não se dedicarem a discutir o financiamento de campanha. Ele escreve: “Depois, a filósofa petista reclama que os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dediquem a discutir o financiamento de campanha. “É um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil”, diz.

Perfeito. Pena que o "segredo de polichinelo" tenha, agora, feito do PT a sua vítima (e sabe-se lá para que outras campanhas Waldomiro Diniz não pediu dinheiro a bicheiros).

Pena também que, apesar de o Instituto da Cidadania, outrora presidido por Lula, ter apresentado proposta de reforma política, como menciona a filósofa, ela omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la adiante.”

O autor utiliza-se do verbo dicendi “reclamar” e interpreta o dizer de Marilena como uma queixa, um descontentamento por parte da autora em relação à forma como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil. A autora usa a expressão “*segredo de polichinelo*” e demonstra que isso é de conhecimento público. Rossi considera esse argumento verdadeiro, porém responsabiliza o PT, por meio de um participante seu, Waldomiro Diniz, de ter pedido dinheiro a bicheiros para financiar campanhas.

Embora o enunciador não se implique no texto por meio de dêiticos, ele deixa marcas de sua subjetividade ao utilizar-se de modalizações apreciativas, que avaliam o conteúdo temático a partir de critérios do mundo subjetivo como: “perfeito” e “pena”.

c) A filósofa menciona em seu artigo que o Instituto de Cidadania apresentou uma proposta de Reforma Política. Rossi avalia esse agir linguageiro de Marilena de forma negativa, uma vez que “ela omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la adiante.” A omissão da verdade é considerada como ponto fraco da argumentação de Chauí. Rossi avalia o dizer de Marilena como um “não dizer”, como uma omissão (age com a intenção de omitir) de que o governo do PT não fez esforço. Ao mesmo tempo, Rossi atribui o papel de ator ao governo do PT, de ser responsável em não levar a reforma adiante.

d) “Diz a filósofa que a questão não é a ética na política nem a reforma política e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa” – Rossi traz a voz de Marilena em discurso citado e entre aspas, marcando claramente seu distanciamento em relação ao agir linguageiro de Marilena e dando prova da verdade do que diz. Por meio da modalização lógica “é claro” considera o dizer de Marilena como verdadeiro e dentro da naturalidade do mundo social que exista uma disputa simbólica (sem sujeito determinado) para destituir o PT do lugar que ocupa. Porém, novamente ele avalia de forma negativa o agir linguageiro de Marilena, uma vez que este seria omissivo, um não dizer, pois ela “deixa de mencionar que as denúncias não são vazias, mas decorrentes do lugar em que o PT está se colocando...” Desta forma, Chauí omite que as denúncias são verdadeiras, portanto, ela afasta a responsabilidade do PT, enquanto que Rossi avalia e atribui ao PT a

responsabilidade pelos fatos denunciados, uma vez que o PT “está se colocando nesse ‘lugar’.”

Atentemos, ainda, para a escolha lexical que se repete ao longo do texto: “a filósofa”, que marca o papel social da autora, mas que, ao vir acompanhada de “filósofa petista” qualificando o substantivo, demonstra como a filósofa pode ter uma posição menos lúcida diante dos fatos, por pertencer ao próprio PT.

O **texto 4**, por sua vez, faz citação direta à Professora Marilena Chauí e interpreta o seu agir linguageiro de forma irônica: “A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiça planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos nós nem mesmo a oposição. É ele: o PT no poder.”

Considerando o exagero dos adjetivos colocados para caracterizar o “complô” identificado por Chauí constrói-se a ironia e fica implícito que a jornalista avalia o dizer (agir linguageiro) da filósofa, deixando subentendido que não existe complô nenhum.

O vocativo “professora” implica a actante “Chauí” e também, constrói um sentido irônico, pois não é usual esse tratamento direto do interlocutor visado em comentários jornalísticos. Na seqüência constrói-se uma avaliação negativa em relação ao dizer de Marilena: “errado”, portanto, a professora erra.

O **texto 5** também comenta o artigo “Disputa Simbólica” escrito por Chauí e interpreta o agir linguageiro da autora: “a professora Marilena Chauí procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.” O enunciador avalia a ação de Marilena Chauí e interpreta a intencionalidade da autora em relação ao resultado positivo que ela pretende alcançar. Faz isso por meio da locução verbal “*procura depositar*”. A utilização da modalização com valor pragmático “procura” explicita a interpretação do objetivo de Chauí de tirar a responsabilidade dos partidos por estas negociatas e atribui-lhes papel de agente e não de ator.

Entretanto, nesse texto, o dizer de Marilena é avaliado como, em parte, verdadeiro e de acordo com o que pensa o autor: "A crítica deve ser feita, como quer a professora, a uma instituição pública, no caso, o PT. O partido sempre apareceu para a sociedade como o guardião-mor da pauta republicana, mas os sinais cada vez mais enfáticos são de que, uma vez no poder, está utilizando essa prerrogativa para acobertar sua cumplicidade com os vícios públicos -e não para assumir a liderança moral e política de uma transformação." Marcos Augusto utiliza a modalização deôntica "deve", que, como vimos, relaciona-se a critérios do mundo social. Por outro lado, ao utilizar-se do próprio dizer de Chauí, o autor responsabiliza uma instituição pública pelas negociatas e utiliza-se de um organizador lógico-argumentativo de natureza restritiva – "no caso" - dando ao partido o papel de ator e não de agente.

Protagonista de destaque nos textos 2, 3, 4 e 5, verificamos que, em todos eles, Marilena Chauí se destaca como uma actante que assume o papel sintático-semântico agentivo, responsável pelo seu dizer. Em todos esses textos, a avaliação global de seu dizer é negativa e compreendida como de defesa ao PT, partido político que também se destaca como actante/protagonista em todos os textos. Segue, então, a análise desenvolvida sobre este destacado actante ou protagonista.

Formatado: Português (Brasil)

5.1.2. O PT/partido como actante

Este actante está presente em todos os textos analisados, com exceção do texto 5 escrito pelo filósofo Renato Janine Ribeiro. Se levarmos em conta o levantamento quantitativo que fizemos, o PT se destaca como o grande protagonista do conjunto de textos. Trata-se de um actante não humano – uma instituição, portanto, um protagonista coletivo e que tem seu agir reconfigurado nos textos.

O início do artigo de Marilena Chauí coloca o PT assumindo o papel sintático-semântico de Agentivo, constituindo-o como um real ATOR . Ex.:

" Ao definir-se como um partido dos trabalhadores..."

" O PT ocupou o lugar simbólico da ética na política."

" O PT luta contra os preconceitos de classe".

Em “O PT ocupou o lugar definido pela criação e conservação dos direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos” verificamos que o PT assume o papel de ator ao ocupar um determinado lugar e ao ter de criar e conservar os direitos civis e sociais. Portanto, o texto atribui ao PT a responsabilidade por criar e conservar esses direitos, ao mesmo tempo em que atribui aos “economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos” um papel passivo, isto é, de beneficiários da ação do partido.

Porém, ao longo do texto, o PT deixa o seu papel de ator e assume o papel semântico de possível objetivo, alvo que sofre a ação dos partidos oposicionistas.

EX.: Os outros partidos “operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa”.

“ A questão não é a ética na política nem a reforma política e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa”.

“Outros partidos e os meios de comunicação buscam fatos reais ou imaginários para destituir o PT (do lugar que ocupa)”.

Coerentemente com o título “Disputa Simbólica”, o texto encaminha o leitor para uma verdadeira disputa, estabelecendo uma divisão nítida entre o PT e o “resto”, a oposição que tem como finalidade global destituir o PT do lugar simbólico que ocupa. É pois, o lugar simbólico, o objeto da disputa. De ator responsável pela ocupação do lugar simbólico, ao actante que sofre a ação da oposição, o PT aparece sempre em relação ao lugar simbólico que ocupa.

Ao considerarmos o segundo texto uma resposta ao texto de Chauí, verificamos que o autor procura construir outra figura do PT e a ele restitui o papel de ator responsável e desconstrói os argumentos dos quais Chauí utiliza e que, justamente, tratavam o PT mais como aquele que está sujeito à ação alheia do que um ator efetivo. Vejamos: “Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do Casal Garotinho, mas do PT”. Neste fragmento, assumindo o papel semântico atributivo, verificamos que o texto demonstra que Benedita faz parte do PT, o que permite ao leitor estabelecer uma relação de comprometimento do partido com os fatos.

No trecho a seguir, constatamos o seguinte movimento discursivo: “O sr. Waldomiro Diniz foi pilhado negociando em nome do PT.” O Sr Waldomiro Diniz, sintaticamente sujeito da passiva, mas com papel semântico agentivo em relação ao verbo “negociar”, construindo textualmente a idéia de que teve a intenção de negociar em nome do PT, portanto, é a ele atribuído o papel de actante que negociou, porém, não negociou em seu próprio nome e sim em nome do PT, que assume o papel semântico de beneficiário e permite ao leitor, novamente, estabelecer uma relação de comprometimento do partido com os fatos.

Em “Aliás, há outros episódios ligando a captação de recursos para o PT com o jogo do bicho...” – a captação de recursos assume o papel de instrumento que liga o PT e assume o papel de beneficiário (a quem se destinam os recursos) ao jogo do bicho.

O segmento de texto por nós analisado abaixo apresenta o PT como actante, portanto, como um ator habitual (“tem feito”, no sentido de “tem julgado”) responsável pelo julgamento da ação política. O autor atribui essa ação ao PT e a avalia de forma negativa:

“À parte a ironia, se a imprecisão da ação política escapa à bivalência entre o bem e o mal – a uma rígida aplicação da regra moral sem a avaliação das contingências de sua aplicação – como julgar essa ação? A meu ver, saindo da oposição entre vigiar e punir, de maneira a criar instituições capazes de prevenir, na medida do possível, que a ação política seja julgada a partir do extremo do absolutamente moral e santo (como, aliás, tem feito o PT) ou que seja assumida na sua imoralidade, já que os fins justificariam os meios.”

Inicialmente o autor já marca o tom de ironia que precedeu o fragmento que ora analisamos. Na seqüência, apresenta a questão que quer discutir – como julgar a ação política. Faz isso, inclusive, por meio de um enunciado interrogativo que assume a função de pergunta retórica, pois o próprio autor responde à pergunta na seqüência.

Para isso, ele novamente marca o mundo discursivo dentro do eixo do expor, no âmbito do comentário e constrói um mundo discursivo implicado - Ao meu ver – que explicita os recursos cognitivos do próprio autor, o qual se coloca como actante com o objetivo de criticar; portanto, apresenta-se como

ator, executando as seguintes operações languageiras, avaliando os fatos e propondo uma nova forma de avaliação da ação política:

a) traz uma voz social implícita, a de Michel Foucault com a expressão “saindo da oposição entre vigiar e punir”¹⁴, que é utilizada por ele, para traçar um paralelo entre o fato de a ação política escapar do bem e do mal e ela não poder ser julgada também da forma maniqueísta: vigiar e punir. Dessa forma, o autor dá sustentação, por meio do recurso de autoridade implícito, ao seu argumento de que não é possível uma “rígida aplicação da regra moral sem a avaliação das contingências de sua aplicação”.

b) “de maneira a” – organizador lógico-argumentativo que indica uma finalidade: “criar instituições capazes de prevenir”...

c) Utiliza-se do verbo “criar” no infinitivo, impessoalizando-o, não identifica o agente responsável por essa ação – criar instituições capazes de prevenir ... – Porém, são essas instituições que ganham o papel de ator – agentes com a intenção de prevenir que a ação política seja julgada a partir do “extremo do absolutamente moral e santo”.

d) Utiliza-se de uma modalização lógica – “na medida do possível” – que exprime uma avaliação apoiada em critérios do mundo objetivo e apresenta o conteúdo do ponto de vista da possibilidade.

e) Na seqüência, o autor utiliza a voz passiva “que a ação política seja julgada a partir do extremo do absolutamente moral e santo” – uso da passiva, operação que apaga o sujeito (quem julga?), mas que destaca o objeto do julgamento – a “ação política” e o recurso/instrumento externo que não deve definir os critérios do julgamento – “a partir do extremo do absolutamente moral e santo”.

f) Utiliza adjetivos subjetivos de natureza axiológica – extremo, absolutamente – para qualificar “moral” e “santo” – dois substantivos, também de natureza subjetiva, que trazem, já em si, forte carga avaliativa em função dos valores culturais a que estão ligados e que, no texto, constroem um sentido do “absurdo”, do “impossível”, que vem acompanhado dos parênteses (como, aliás, tem feito o PT), que marcam claramente o comentário avaliativo negativo do autor em relação à ação do PT. Está

¹⁴ Referência o título do livro de Michel Foucault.

implícito, de forma irônica, que: “O PT tem julgado a ação política a partir do extremo do absolutamente moral e santo.” O PT, então, age com a intenção de julgar a ação política com um instrumento absolutamente moral e santo.

Ao fechar seu comentário avaliativo, o autor propõe uma outra forma de julgar a ação política - “ou que seja assumida na sua imoralidade, já que os fins justificariam os meios.” Apresenta essa outra possibilidade de forma a fortalecer aquela que ele próprio defendeu anteriormente. Faz isso por meio das seguintes operações:

- a) utiliza-se do “ou” que marca uma frase condicional;
- b) utiliza-se novamente da voz passiva e apaga a agentividade – “que (a ação política) seja assumida na sua imoralidade” – quem assume?
- c) utiliza-se do organizador lógico argumentativo “já que” para dar o argumento que justificaria essa outra possibilidade de julgamento da ação política: “os fins justificariam os meios”. Utiliza-se da voz social sem citação explícita do pensador Maquiavel. A essa citação, o autor aproxima os dizeres de Chauí, atribuindo-lhe essa posição, porém marca o seu próprio distanciamento em relação a e esse dizer, ao utilizar-se do verbo no futuro do pretérito.

Ainda que tenhamos destacado o PT como actante desse segmento de texto, verificamos que quem se destaca como agente principal é a “ação política”, a qual assume o papel de paciente: um objeto não humano que sofre um processo dinâmico que, no caso, é o julgamento, que poderá ocorrer, segundo Giannotti, de várias formas, por meio de diferentes recursos que por ele foram avaliados.

Em outro fragmento de texto, o autor, novamente, marca o seu comentário com o verbo “Convenhamos”, no presente do subjetivo e aproxima o PT aos demais partidos afirmando que em todos há corrupção: “a corrupção existe no PT como em outros partidos.”

Como conclusão de seu artigo, Giannotti avalia novamente o papel do PT no cenário político nacional por meio de uma pergunta: “O PT tirará desse episódio a lição devida e se mostrará menos juiz e mais empreendedor?” Implicitamente, a pergunta permite ao leitor mais atento perceber duas avaliações a respeito do PT: “muito juiz” e “pouco empreendedor”.

O texto 3, por sua vez, também dialoga diretamente com o texto de Marilena Chauí e isso pode ser observado por um leitor atento dos dois textos. O título do texto de Rossi é: “O lugar do PT”. Clóvis Rossi destaca, no título, a discussão fundamental que Chauí propõe em seu texto – a disputa simbólica para destituir o PT dos lugares simbólicos que ele assumiu – e já encaminha o leitor para a sua própria discussão. Ele também discutirá o lugar do PT o qual, já no título, ganha o papel de actante fundamental do texto, ou seja, de protagonista.

Para isso, recorre a um dizer indeterminado: “ Dizem que a visão da força concentra a mente”. Na seqüência, recorrendo ao uso da modalização lógica com valor epistêmico “se é verdade”, o autor coloca em dúvida o grau de verdade, de certeza sobre o predicado: “não está funcionando com o PT” , o que nos leva a identificar uma avaliação negativa do partido. Esta avaliação negativa diz respeito às capacidades para o agir do partido, pois “não está concentrando a mente diante da visão da força”.

Em: “Uma de suas mais brilhantes intelectuais, a filósofa Marilena Chauí, capota bravamente nos seus argumentos em defesa do partido, tal como antes fizeram companheiros seus menos filósofos”. O partido (PT) é colocado semanticamente como aquele que precisa ser defendido. Nesse caso, o autor atribui a Marilena Chauí e aos “outros companheiros menos filósofos” o papel de agentes com a intenção de defender o partido, portanto, ela e seus companheiros exercem o papel de ator e não o partido.

Ao comentar o texto de Chauí, Rossi procura desconstruir os argumentos por ela construídos, recorre aos fatos e julga o agir linguageiro da autora. Ao fazer isso, responsabiliza o PT por candidatos beneficiários que se envolveram no financiamento ilegal de campanha – financiamento de campanha para os candidatos do PT e ironicamente trata o PT como “vítima” no trecho: “Pena também, que o ‘segredo de polichinelo’ tenha, agora, feito do PT a sua vítima.” O autor utiliza a expressão pejorativa “pena”, recupera a expressão “segredo de polichinelo” trazendo a voz de Marilena textualmente para compor seu texto e, aparentemente, atribui ao PT o papel de vítima, (papel sintático-semântico de objetivo) daquilo que a própria Marilena critica: a forma como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil.

Ao final, o texto apresenta uma concordância com parte da argumentação de Marilena e coloca o PT como alvo de uma disputa simbólica. Com a modalização lógica de certeza “é claro”, avalia essa disputa dentro dos critérios do mundo objetivo como fato atestado. Por outro lado, de forma mais forte, também avalia negativamente a argumentação de Chauí com o adjetivo “capenga” - “Mas, a argumentação é capenga” – seguido de argumento para justificar a avaliação negativa: “Marilena deixa de mencionar que as denúncias não são vazias, mas decorrentes do ‘lugar’ em que o PT está se colocando.” O texto desloca o PT para “outro lugar”, que não é textualmente identificado, mas que pode ser inferido de forma negativa pelo texto atribuindo-lhe um lugar pelo qual ele próprio é responsável em ocupá-lo. Novamente as aspas, sinal da heterogeneidade que constitui os textos, marcam a ironia.

O texto 5, por sua vez, representa o PT como um protagonista coletivo, portanto, desenha-se uma atividade. O autor sintetiza a tese de Marilena:

“Em artigo publicado anteontem na seção “Tendências/Debates”, a professora Marilena Chauí procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.”,

Na seqüência, Marcos Augusto apresenta uma série de argumentos que demonstram discordância em relação à tese de Marilena e conclui que: “A conclusão é que, se não fossem as distorções da representação política e as falhas no sistema de financiamento de campanhas, o PT poderia ter eleito maioria parlamentar, o que restringiria o balcão político.” Portanto, o balcão político do PT se deve ao fato de não ter eleito a maioria parlamentar.

No segmento de texto “A crítica deve ser feita, como quer a professora, a uma instituição pública, no caso o PT”, o actante é representado como uma instituição pública, portanto, coletiva, o que nos coloca diante de uma atividade e é apresentado como paciente da crítica: “a crítica deve ser feita”: A utilização do metaverbo “deve” tem valor deôntico, o que representa uma avaliação feita a partir das coordenadas formas do mundo social, portanto, é obrigação social “criticar” uma instituição pública, o

que explicita, também, um determinante externo do agir: a crítica é externa, é social. Observamos, ainda, que não se apresenta, explicitamente, quem seria o agente dessa crítica (X crítica) o que nos parece estar ligado ao fato de ser uma obrigação da sociedade em geral.

Assim, vemos que duas figuras emergem do texto sobre o PT:

1. Protagonista responsável pelo lugar da ética na política ao paciente que passa a ser alvo da oposição quer quer destituí-lo do lugar que ocupa.
2. Protagonista responsável pelas ações dos seres humanos que o constituem e que agem de forma corrupta. É, portanto, responsável pela corrupção.

Dado que o PT foi o partido pelo qual Luiz Inácio da Silva, o Lula, foi eleito Presidente da República, os textos apresentarem a expressão governo ligada ora ao partido (PT) ora à figura individual do próprio presidente Lula. Segue, então, a análise do papel sintático-semântico deste protagonista nos diferentes textos selecionados.

5.1.3. Governo Lula/Governo/Governo do PT como actante

Referências ao governo do presidente Lula/governo Lula/governo petista são feitas em cinco dos seis textos analisados. Vejamos quais são as figuras interpretativas do agir que lhes são atribuídas em cada um deles.

O **texto 1** coloca: “Mas é no ataque ao lugar simbólico da ética na política que a disputa é mais acirrada e ganha ares consistentes. Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu. Por um lado, a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção.

Por outro lado, a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis; afinal, é um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil; c) não menciona a proposta de reforma política, publicada em livro pelo Instituto da Cidadania, que, no dia 1º de julho de 2003, a entregou ao Executivo e ao

Legislativo, tendo sido discutida e aprovada por uma comissão especial (pluripartidária, com 45 membros) criada pelo presidente da Câmara, João Paulo; a reforma (que prevê o financiamento público das campanhas) não será um decreto presidencial, e sim uma ação do Congresso Nacional.”

Observamos que:

a) o governo Lula é apresentado como paciente/beneficiário, aquele que pode ser atingido pela crítica.

b) um determinado agir linguageiro é representado como sendo o de criticar. O verbo é substantivado, o qual apaga o sujeito da crítica, que tem a intenção de atingir o governo Lula. A interpretação da intenção desse actante fica explicitada lingüisticamente pela modalização com valor pragmático expressa pela relação predicativa indireta “pretende atingir”, dando à crítica o papel de ator e, portanto, realizando uma ação consciente e intencional.

c) Chauí avalia a própria crítica, adjetivando-a positivamente, por critérios do mundo objetivo: “ela é válida e consistente”.

Por outro lado, a autora também avalia a crítica e a adjetiva negativamente a partir de critérios do mundo sócio-subjetivo (falta de sinceridade): “a crítica é hipócrita”.

d) atribui maior valor à segunda avaliação, de caráter negativo, ao colocá-la depois do organizador lógico-argumentativo de natureza adversativa “por outro lado”.

e) essas avaliações (positivas e negativas) podem ser estendidas aos actantes responsáveis pela “crítica”. Portanto, não é apenas o agir verbal que é avaliado como hipócrita, mas os próprios actantes que a desenvolvem.

Já o **texto 2** faz referência explícita ao governo no seguinte fragmento: “A imoralidade subjetiva de Waldomiro Diniz é uma coisa, outra coisa é a imoralidade pública do resto do governo, mesmo que ele esteja envolvido nela. Isso porque o próprio processo político decidirá se o ato individual é ou não coletivamente imoral.” Em primeiro lugar, verificamos que o autor atribui a Waldomiro Diniz um tipo de agir, chamado por nós de atributivo, na medida em que a ele é atribuído um determinado estado: o da imoralidade subjetiva. A mesma atribuição desse estado é atribuída ao “resto do governo”, a quem também se atribui a imoralidade pública, embora deva receber tratamento diferente, expresso pela marca lingüística “outra coisa é”.

O autor distingue, então, a imoralidade de um indivíduo da imoralidade pública e insere Waldomiro Diniz como parte do governo atual ao destacá-lo do “resto do governo” .

O autor, ainda, dá ao “processo político”- uma entidade inanimada - o papel de ator, atribuindo-lhe a responsabilidade de decidir se o ato individual é ou não coletivamente imoral ”. Configura-se, assim, um agir instrumental, uma vez que se atribui ao processo político a possível ocorrência de um processo dinâmico: a tomada de uma decisão.

“Importa saber” – com sentido de “é necessário” tem função de modalização deôntica (base nos critérios do mundo social) e indica a necessidade de se exercer essa capacidade cognitiva de “saber”, “conhecer”, ainda que o actante não seja definido pelo enunciador – “quais instituições internas trabalham para restringir a corrupção do partido, do **governo** e do jogo político como um todo”. O autor atribui ao governo a existência de corrupção, coloca-a no universo dos fatos reais e caracteriza um tipo de agir agente do governo, ao mesmo tempo em que responsabiliza as instituições internas por um agir instrumental de trabalhar para restringi-la.

O uso da passiva em: “Se todo **governo** fosse punido, haveria uma crise institucional, com enfraquecimento e talvez desaparecimento das instituições de vigilância pública, o que levaria a corrupção pública às alturas” – O uso do futuro do pretérito (haveria, levaria) e do pretérito imperfeito do subjuntivo (se... fosse) coloca os fatos ao nível do possível, mas no caso, não desejável. O governo aparece como paciente, aquele que pode vir a sofrer a ação da punição.

No **texto 3**, o termo “governo” aparece associado ao PT e deixa explícita uma interpretação do autor do texto: o governo é do PT. Isso fica claro no fragmento: “Ela (Marilena) omite que o **governo do PT** não fez o menor esforço para levá-la adiante”. Em primeiro lugar, verificamos estar diante de dois processos de avaliação levados a cabo pelo autor no mesmo segmento de texto. O primeiro, feito ao agir linguageiro de Marilena, avalia negativamente o seu não-dizer, atribuindo-lhe a intenção de esconder uma não-ação do governo do PT. Estamos, então, diante do segundo processo de avaliação. Rossi interpreta o agir do governo, também, como um não-agir – “não fez” , utilizando-se do verbo “fazer”.

Já o **texto 4** traz, inicialmente, uma organização textual que interpreta governo e PT como duas instâncias diferentes. Vejamos:

“O Congresso está um deserto desde a quinta-feira e vai continuar não só durante como além do Carnaval. É o tempo que o governo e o PT querem -aliás, precisam muito - para se refazer do tranco. A idéia é desencavar a velha ladainha de uma "agenda positiva" logo na reabertura da reabertura do Congresso, quando o Carnaval e a ressaca passarem, já em março.”

Governo e PT aparecem, no texto, como dois actantes diferentes que “querem” e “precisam muito” de tempo. O verbo “precisa” indica uma necessidade que pode ser satisfeita com o congresso fechado (congresso fechado lhes dará mais tempo) , enquanto que o “querer” revela, por meio de seu valor pragmático, o desejo do PT e do governo.

Em “A idéia é desencavar a velha ladainha de uma ‘agenda positiva’, logo na reabertura da reabertura do Congresso, quando o carnaval e a ressaca passarem em março”, observamos que:

- a) O termo “a idéia” nos indica um agir cognitivo que é o de ter uma idéia, de idealizar;
- b) O verbo é substantivado e apaga o actante, que pode ser inferido pela reconstrução da coesão nominal: governo e PT;
- c) A esses dois actantes são atribuídos os recursos cognitivos necessários, portanto a capacidade de ter uma idéia que é a agenda positiva;
- d) Dotados de capacidades, esses actantes são representados com a intenção de “desencavar a velha ladainha” de uma “agenda positiva”;
- e) a autora avalia a intenção dos actantes de forma negativa e adjetiva a “agenda positiva” de “velha ladainha”, expressão popular que indica mesmice, repetição;
- f) essa avaliação negativa pode ser estendida ao curso do agir, ao tempo que terá o governo e o PT para colocarem “suas idéias” em prática. Essa avaliação negativa fica marcada pela repetição do termo “reabertura” e o “já”, advérbio de tempo, o qual tem a função de um organizador temporal que, isoladamente, dá a idéia de “adiantado”, mas, no texto, tem sentido inverso e avalia negativamente a demora na reabertura do Congresso.

O carácter negativo das avaliações ao agir do governo e do PT é observado em diferentes segmentos de texto. Em: “Mas o mais interessante

de tal 'agenda positiva' é mostrar que 'o governo está governando'. Ué?! E não está ou estava?" Destaca-se a finalidade do governo e do PT de mostrarem que o "o governo está governando". Em primeiro lugar, destacamos o valor das aspas, que têm papel de importância, na medida em que trazem o discurso do PT e do governo para o texto, mas com distanciamento, deixando lingüisticamente marcado que não é o enunciador quem está dizendo isso, mas sim o PT e o governo. Além disso, esse agir do PT e do governo é desqualificado pelo uso da ironia, que coloca em xeque a finalidade do desses actantes, insinuando que pode não haver o que mostrar. Essa ironia fica explicitada no texto pelo conflito entre dois enunciados:

E1- o governo está governando.

E2 - Ué?! E não está ou estava?

No segmento de texto a seguir, a autora avalia, objetivando, o momento que vive o governo como "decisivo", bem como faz um movimento de definição do termo "governo". Se até então o termo governo vinha sozinho ou próximo ao PT, neste segmento o governo é qualificado: " O governo Lula está num momento decisivo. Tem a obrigação de manter a estabilidade econômica, mas dando sinais de reaquecimento (e nem se fala em "espetáculo de crescimento") e ativando finalmente a área social." Define-se, em primeiro lugar, um actante humano como responsável pelo governo e a quem se atribui uma série de obrigações à luz das representações que se faz do mundo social. A autora, então, justifica a sua afirmação e apresenta o governo Lula como sendo responsável de agir de uma determinada forma, com base nos valores do mundo social: tem a "obrigação de manter a estabilidade econômica, de dar sinais de reaquecimento e de ativar a área social."

O **texto 6**, por sua vez, constrói figuras interpretativas do agir do governo muito diferentes, se comparadas aos textos 2, 3 e 4. Vejamos. Após uma longa discussão a respeito do debate político e da corrupção no Brasil, fazendo referências, inclusive, a governos anteriores (Collor e FHC), bem como a respeito da relação entre política e moral, o filósofo Janine Ribeiro faz a seguinte referência ao governo: "Nada disso é uma defesa deste governo ou do anterior. E uma defesa da política, para retomar um título de um livro de Marco Aurélio Nogueira".

O governo é colocado no papel de objetivo que precisa ser defendido. O autor demonstra sua preocupação em já apresentar a sua interpretação a respeito de seu próprio agir linguageiro, negando, ou seja, restringindo outras possíveis interpretações. O autor se coloca, então, como actante que tem os recursos para fazer a defesa do governo, mas que não a faz, embora tenha como objetivo defender a política. Parece que nesse caso, a “política” sai da esfera concreta, sai do mundo objetivo, para se pensar a política no mundo das idéias, do abstrato. E para fortalecer ainda mais o seu argumento, utiliza-se da voz explícita de Marco Aurélio Nogueira.

Nessa mesma perspectiva, o autor faz uma retrospectiva histórica e atribui ao Brasil o papel sintático-semântico agentivo, responsável pela mudança de metas. Ao mesmo tempo, o autor destitui a “*ágora*” de responsabilidade por essa mudança: “O Brasil mudou de metas, no segundo mandato de FHC, sem a *ágora* opinar. O debate se focou na corrupção. Hoje corremos de novo o risco de enfraquecer um **projeto de governo**, não porque nos descontente em suas grandes opções, mas por questões laterais.” Em seguida, traz a discussão para o presente, utilizando-se do organizador temporal “hoje” e avalia a situação de forma semelhante ao passado.

O autor constrói um mundo discursivo em que o governo tem um papel sintático-semântico atributivo – o governo tem um projeto - e utiliza um “nós” genérico que parece englobar os brasileiros de forma geral, à medida que ele não “nos” descontenta em suas grandes opções. Em contrapartida, o autor avalia o momento atual de crise como um momento de risco, colocando o projeto de governo como paciente/beneficiário que sofre o risco de enfraquecer “por questões laterais”. Assim, essas “questões laterais” seriam o instrumento que enfraqueceria um bom projeto de governo. Ocorre que o leitor precisa inferir a respeito do que são essas “questões laterais”, uma vez que o autor as omite. Nesse caso, a coesão se dá de forma implícita e o item lexical referente deve ser inferido pelo leitor, no caso, as questões laterais se referem à corrupção.

O autor, ainda, faz uma avaliação positiva do agir do governo, uma vez que esse governo tem um projeto e que este projeto tem “*grandes opções*”.

Observamos que os textos que compõem nosso *corpus* acabaram criando dois grandes posicionamentos que avaliam o agir do governo e do

PT. Textos que constroem uma argumentação explícita (texto de Chauí) ou uma argumentação implícita (texto de Janine Ribeiro) em defesa do governo e textos que constroem uma argumentação de crítica ao governo. No primeiro caso, o texto de Chauí traz para a cena discursiva o “casal Garotinho”, assim como no segundo caso, os textos de Giannotti e Rossi também o fazem, porém, construindo interpretações diferentes do agir. Vejamos.

5.1.4. O casal Garotinho como actante

O actante casal Garotinho é colocado em cena nos textos 1, 2 e 3.

Seguem os segmentos de textos com esse actante em cena:

Texto 1 - A crítica é hipócrita porque pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o **casal Garotinho**.

Texto 2 - Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do **casal Garotinho**, mas do PT.

Texto 3 - Chauí começa capotando nos fatos: diz que o PT está sendo acusado por um “episódio envolvendo o **casal Garotinho**, em 2002”. Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que o indicou **aos Garotinho**.

Tanto no texto 1 quanto no texto 3 o actante “casal Garotinho” aparece assumindo o mesmo papel sintático-semântico: objetivo, ser ao qual se atribui um estado de estar envolvido em um episódio. O episódio exerce a função semântica de instrumento com que se pretende atingir o governo Lula. É desta forma que o texto cria um efeito de sentido que nos permite, enquanto leitores, compreendermos o actante “governo Lula” como alvo.

Já no texto 2, observamos que o texto nos leva a construir outras representações em relação ao “episódio”. Vejamos: no texto, o enunciador marca seu comentário com a expressão “Pelo que me consta” - utiliza-se o pronome pessoal do caso oblíquo “me”, que marca a sua implicação e assume o papel de actante dotado de uma certa capacidade de conhecimento, mas, com isso, introduzindo sua versão contrária à de Chauí. O enunciador expressa sua avaliação e explicita os recursos cognitivos que o permitem interpretar a crítica que Marilena Chauí faz a respeito da crítica ao caso do ex-assessor de José Dirceu. Há, também, uma interpretação e

avaliação negativas do agir linguageiro de Chauí, uma vez que ela refuta o dizer anterior. No texto 1, não existe qualquer referência à Benedita da Silva, enquanto o texto 2 a coloca como uma protagonista. A função semântica atributiva negativa “**não** faz parte do **Casal Garotinho**” separa Benedita da Silva do Casal Garotinho, ao mesmo tempo em que a coloca fazendo parte do PT. O texto 2 destaca, também, Benedita da Silva como protagonista. Na verdade, a avaliação negativa se faz por uma atribuição ao dizer de Chauí de “não verdadeiro”. Ao constituir Benedita da Silva como protagonista, o autor traz à tona os discursos anteriores ao de Chauí, quais sejam, aqueles que denunciaram o escândalo.

Observamos fenômeno semelhante no texto 3. Em: “Chauí começa capotando nos fatos: diz que o PT está sendo acusado por um “episódio envolvendo o **casal Garotinho**, em 2002”. Só a data é verdadeira: o episódio envolve também financiamento de campanha para candidatos do PT: Geraldo Magela no Distrito Federal e Benedita da Silva no Rio.” Neste segmento do texto 2, o actante “**Casal Garotinho**” é parte do discurso citado de Marilena Chauí, em que ele assume a função de objetivo. Em contrapartida, o texto reconfigura o agir desse actante e lhe dá outro sentido no trecho: “Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que o indicou **aos Garotinho**”. O casal Garotinho, então, assume a função semântica de beneficiário, aquele para quem se destina a indicação feita por José Dirceu. Portanto, estabelece uma relação entre o governo do PT, o ministro José Dirceu, Waldomiro Diniz e Casal Garotinho. E o que é mais interessante, este texto esclarece o texto anterior.

É interessante notar que o texto 3, ao fazer referência ao episódio do Casal Garotinho, também destaca Benedita da Silva como protagonista, tal como o texto 2, enquanto o texto 1 não faz qualquer referência a essa protagonista, embora estabeleça uma estreita relação entre o caso do ex-assessor de José Dirceu (Wadomiro Diniz) e o casal Garotinho. Ao omitir Benedita da Silva, o texto constrói o distanciamento entre o caso de corrupção e um membro do partido dos trabalhadores. Observamos que o texto 2 e 3, ao trazerem para a cena Benedita da Silva, o fazem para destruir a argumentação de Chauí em defesa do partido e aproximam Benedita,

candidata do PT ao caso Garotinho e, portanto, ao caso Waldomiro Diniz, o próximo actante por nós analisado.

5.1.5. Caso Waldomiro Diniz /Waldomiro Diniz/assessor/ex-assessor como actante.

No **texto 1**, não há referência explícita a Waldomiro Diniz, pelo menos não com seu nome próprio. A referência a ele é feita da seguinte forma: “caso do ex-assessor de José Dirceu”, como podemos observar no seguinte trecho: “Mas é no ataque ao lugar simbólico da ética na política que a disputa é mais acirrada e ganha ares consistentes. Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu”. Nesse caso, o leitor tem que utilizar os seus conhecimentos a respeito dos fatos para relacionar o “ex-assessor de José Dirceu” ao referente Waldomiro Diniz. No texto, é o caso do ex-assessor que é apresentado como alvo, portanto, como objeto, destinatário dos ataques das ações oposicionistas.

Já o **texto 2**, que mantém uma interlocução direta com o texto 1, embora também não faça referência a Waldomiro Diniz de forma explícita, utiliza-se da expressão “assessor do planalto” e não “ex-assessor de José Dirceu”, como podemos observar no seguinte fragmento: “A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto, nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna Marilena Chaui pudesse escrever o seguinte(...)” . Tais escolhas lexicais levam o leitor a construir duas representações diferentes: no primeiro texto, o acusado é visto como “ex”; portanto fora do governo. No segundo texto, ele é representado como parte do governo, a quem se atribui a responsabilidade pelo assessor. Atribui-se ao assessor um estado de pertencimento ao governo.

Em “O **sr. Waldomiro Diniz** foi pilhado negociando em nome do PT, o que afeta o partido como um todo”, verificamos que o uso da passiva coloca o sr. Wadomiro Diniz como objetivo de um agir nomeado como o de “pilhar”, que implica o sentido de “ser pego em crime, em algo faltoso” mas também como agentivo de “negociar”, enquanto que em “A imoralidade subjetiva de **Waldomiro Diniz** é uma coisa, outra coisa é a imoralidade pública do resto do governo”, observamos que o papel semântico é atributivo - a Waldomiro

Diniz se atribui a imoralidade (ele tem imoralidade subjetiva), constituindo-se uma avaliação negativa da ação do actante.

O **texto 3**, por sua vez, apresenta o actante Waldomiro Diniz no seguinte segmento temático: “Pena que o ‘segredo de Polichinelo’ tenha, agora feito do PT, a sua vítima (e sabe-se lá para que outras campanhas **Waldomiro Diniz** não pediu dinheiro a bicheiros)”. O uso da expressão “sabe-se lá” insinua a possibilidade de que, de fato, Waldomiro Diniz pediu dinheiro a bicheiros não uma vez só, mas várias. Nesse segmento de texto, o actante aparece como sujeito da ação possível de pedir dinheiro emprestado.

O texto 5, por sua vez, faz uma única referência ao actante Waldomiro Diniz no trecho a seguir: “E não haveria necessidade de “operadores” como **Waldomiro Diniz** para pedir dinheiro a “empresários do bingo”. Assim, a Waldomiro se atribui o papel agentivo de “operador” que “pede dinheiro”. Ele age com a intenção de pedir dinheiro a “empresários do bingo”. Observemos como, no segmento de texto, as aspas são fundamentais. Sem aspas, as expressões “operador” e “empresários do bingo” não teriam nada de negativo. Porém, nesses casos, as aspas marcam o eufemismo.

O texto 6, no fragmento: “O **caso Waldomiro Diniz** é, ao que consta, um ato de corrupção que requer julgamento”. Com a utilização da expressão “ao que consta”, verificamos que o texto representa o caso como certo, uma vez que a expressão pode ser compreendida como aquilo que se sabe de acordo com nossos valores e leis, ou seja, pelos critérios do mundo social. Na seqüência, o texto encaminha o leitor para uma possível punição – “Se for provada sua culpa - **Waldomiro Diniz**) ele deve ser punido pela lei.” – Waldomiro Diniz aparece então como possível paciente de uma punição pela lei. A utilização do metaverbo “deve” como modalização deôntica, coloca a ação da lei como um dever dentro dos critérios do mundo social.

Em todos os textos por nós analisados, o actante Waldomiro Diniz aparece relacionado a outro actante – José Dirceu - que será objeto de nossa próxima análise.

5.1. 6. José Dirceu/Ministro José Dirceu como actante

Esse actante está presente em três dos textos analisados.

De uma forma geral, verificamos que os textos atribuem papéis sintático-semânticos diferentes ao mesmo actante e constroem diferentes representações. Ou o actante aparece como adjunto, não sendo responsável pelo agir, mas apenas como um actante que teve um assessor (texto 1) ou ele aparece sintaticamente como sujeito e, do ponto de vista semântico, como possível actante a quem se atribui a responsabilidade pela ação de se envolver com o ato de corrupção (2) e em (3) como responsável da ação de indicar Waldomiro ao casal Garotinho. Coloca-se, assim, José Dirceu como elo entre Waldomiro Diniz e Casal Garotinho. Assim, o que é omitido em outros textos é aqui fica esclarecido.

Observemos que no texto 1, no segmento de texto: “Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu” verificamos que a ação da oposição recai sobre o objeto – ex-assessor e não sobre o complemento José Dirceu. Parece-nos que o prefixo “ex” exerce um papel fundamental na construção das representações do leitor, uma vez que “ex” indica o distanciamento, a ruptura do assessor em relação a José Dirceu, bem como a construção sintático-semântica também marca o afastamento da ação da oposição: ela recai sobre o ex-assessor e não sobre José Dirceu, neste caso, poupado dos ataques.

Em “**Suponhamos** que se mostre que o ministro José Dirceu esteja envolvido e, por conseguinte, o presidente Lula, responsável pela escolha e atuação de seu ministério”, abre perspectivas para que o leitor leve em conta a possibilidade de o ministro estar envolvido com corrupção.

O texto 3 também apresenta, num primeiro momento, o actante como adjunto, porém logo assume o papel agentivo, responsável pela indicação do funcionário ao Casal Garotinho. Além disso, os textos apresentam marcas que expressam uma interpretação do enunciador. No segmento “Envolve, ademais, um funcionário “intimamente” ligado a José Dirceu, que o indicou aos Garotinho e que trabalhava até a “semana passada” no mesmo palácio do Presidente da República” aquele que era simplesmente “ex-assessor” passa a ser “funcionário intimamente ligado”, o que representa a relação entre José Dirceu e Waldomiro Diniz de formas completamente diferentes.

Vejamos. O uso do advérbio “intimamente” expressa proximidade entre o funcionário e o ministro. Na verdade, mostra um estado de ligação

íntima do tal funcionário com José Dirceu. Aliás, se compararmos o segmento do texto 1 com o segmento do texto 3, verificamos que no primeiro procura-se afastar o assessor em relação a José Dirceu. No texto 3, o advérbio aproxima os dois. Outro recurso lingüístico utilizado para marcar essa aproximação é a expressão “até semana passada”. Nesse caso, ela marca a aproximação entre o funcionário e o próprio Presidente da República por meio de uma locução adverbial de tempo.

A aproximação de José Dirceu a Lula, o Presidente da República, nos encaminha para a próxima análise, a do actante presidente Lula.

5.1.7. Lula/presidente Lula/presidente de república como actante

O texto 1, ao defender a tese de que “procura-se destituir o PT desse lugar simbólico”, procura justificar esse argumento e recorre ao que considera uma contradição: “Em certos momentos, aliás, somos colocados diante de algo paradoxal, pois procura-se destituir o PT desse lugar simbólico, afirmando-se que **o atual presidente da República** não tem direito ao cargo porque seria intelectualmente inculto.” Observemos que a crítica nomeia o actante pelo cargo que ocupa, isto é, o ataque não é simplesmente à pessoa, mas ao que ela representa para o Estado Brasileiro. Ao recuperar o dizer da crítica, Marilena Chauí avalia-a de forma negativa, como um paradoxo porque “Ergue-se contra **Lula** aquilo mesmo que fez o PT nascer e ocupar o lugar simbólico dos direitos, isto é, a luta contra os preconceitos de classe que, pela discriminação e a exclusão, negam cidadania aos trabalhadores!” A crítica ao presidente, então, é representada como preconceituosa, discriminadora e excludente ao atribuir-lhe um estado e uma qualidade negativa (seria intelectualmente inculto), não tendo, por isso, direito ao cargo. Portanto, em relação ao actante Lula, a avaliação da autora é positiva: tem direito ao cargo, não é intelectualmente inculto.

O texto 2, por sua vez, constrói outra representação a respeito do actante. No trecho “Suponhamos que se mostre que o Ministro José Dirceu esteja envolvido e, por conseguinte, o **presidente Lula**, responsável pela escolha e atuação de seu ministério”, o presidente Lula assume o papel semântico agentivo, atribuindo-se a ele a responsabilidade pela escolha e

atuação de seu ministério, o que leva o leitor à conclusão lógica que, se o Ministro estiver envolvido, o presidente tem responsabilidade sobre isso.

Representação semelhante ao texto 2 também é construída pelo texto 3, embora a função sintático-semântica assumida pelo actante tenha sido diferente: “Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu que o indicou aos Garotinho e que trabalhava até a semana passada no palácio do **presidente da República**.” O presidente da República assume o papel sintático de adjunto a quem se atribui um palácio (locativo) onde trabalhava José Dirceu, o responsável pela indicação do funcionário aos Garotinho e constrói uma imagem de proximidade entre José Dirceu e o presidente.

Em outro segmento do texto 3, retoma-se outro trecho de Chauí a respeito da reforma política, dando nova versão dos fatos. Segue fragmento do texto: “Depois, a filósofa petista reclama que os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dediquem a discutir o financiamento de campanha. “É um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil”, diz.

Perfeito. Pena que o “segredo de polichinelo” tenha, agora, feito do PT a sua vítima (e sabe-se lá para que outras campanhas Waldomiro Diniz não pediu dinheiro a bicheiros). Pena também que, apesar do Instituto da Cidadania, outrora presidido por **Lula**, ter apresentado proposta de reforma política, como menciona a filósofa, ela omite que o governo do PT não fez o menos esforço para levá-la adiante.”

O actante Lula assume o papel sintático de agente da passiva, mas o papel semântico agentivo. Ele foi, mas só no passado, responsável por presidir o Instituto e propor a reforma política. Porém, na seqüência, o discurso nos faz, enquanto leitores, aproximarmos Lula ao governo do PT, permitindo-nos construir uma avaliação negativa que se faz do próprio governo e, portanto, de Lula, quando se avalia negativamente o esforço – falta de esforço – para levar a reforma adiante em contradição com o agir de “outros”.

Seguimos nossa análise, focando, na seqüência, José Arthur Giannotti como actante. Trata-se de um actante colocado em cena, não como participante do fato motivador do debate – o caso de corrupção que envolve Waldomiro Diniz – mas sim como actante citado por Marilena Chauí que avalia, de forma negativa, o dizer do filósofo.

5.1. 8. José Arthur Giannotti como actante

O actante selecionado, José Arthur Giannotti é, também, o autor do texto 2. Ocorre que, ao considerarmos o carácter dialógico dos textos e levarmos em consideração que esses textos não só interpretam e avaliam os fatos, mas também o agir linguageiro de outro sobre os fatos em questão a partir dos fatos, ele aparece como actante em seu próprio texto, como também nos textos escritos por Marilena Chauí e por Renato Janine Ribeiro.

Instala-se, assim, um diálogo entre intelectuais da filosofia uspiana que só é compreendido pelos leitores que acompanham a discussão política. Em: “A crítica é hipócrita porque não levanta a causa do problema, que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou **um amigo** a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política”, o actante não aparece explicitamente. A escolha lexical “um amigo”, dá um carácter indeterminado a esse protagonista e exige do leitor esse conhecimento prévio para compreender a quem o enunciador faz referência. Mais do que isso, a escolha desqualifica a idéia de “amigo”, na medida em que o coloca como um actante responsável por um agir linguageiro que é, por si mesmo, contrário aos valores sociais: a imoralidade constitutiva da política.

Em contrapartida, o texto 2 escrito por Ginnotti, explicita claramente um diálogo com o texto 1, diz quem é o amigo e permite ao autor deixar claro o objetivo de seu novo agir linguageiro: esclarecer seu próprio ponto de vista: “Além disso, como muita gente sabe, o **amigo referido sou eu**, o que me leva a procurar esclarecer o meu ponto de vista”.

Já no texto 6 observamos a presença do actante somente de forma indireta e não explícita: **“Alguns falam em carácter amoral da política”**. A utilização do pronome indefinido dá um carácter difuso ao responsável pela “fala”, de forma que o texto não responsabiliza ninguém em especial por ela.

Por outro lado, um leitor atento ao diálogo entre os textos reconstrói a rede discursiva e identifica quem é o “amigo”.

A próxima análise destaca a “oposição” como actante/protagonista.

5.1. 9. Oposição/ações oposicionistas como actante

Se confrontarmos as representações construídas pelo texto 1 e pelo texto 4 a respeito das ações oposicionistas, verificamos que são completamente diferentes, para não dizer opostas. Observe os dois fragmentos de texto abaixo:

Texto 1 – “Se nós acompanharmos as **ações oposicionistas**, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões notaremos (**ações oposicionistas**,) que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.”

Texto 6 – “Quem está fazendo pó de seus símbolos, não somos nós, nem mesmo a **oposição**.”

No texto 1, as ações oposicionistas assumem o papel semântico de agentes e são responsáveis, junto com os meios de comunicação, com a finalidade de retirar do PT os lugares simbólicos que ocupa.

Já no texto 2, embora a oposição também seja colocada no papel semântico agentivo, a forma negativa “não somos nós, nem mesmo a oposição” constrói um sentido negativo. A negativa pressupõe a existência de uma fala anterior (a oposição quer retirar do PT os lugares simbólicos que ocupa) com a qual o enunciador do texto 2 não concorda.

5.2. As avaliações que se faz do agir

Como já explicitado na parte teórica, a análise do agir envolve o estudo das avaliações que são construídas nos textos a respeito desse agir.

Os textos opinativos que analisamos são enunciados ideológicos que permitem ao enunciador construir avaliações a respeito do objeto de seu enunciado. Para uma análise global das avaliações construídas nos textos, fizemos um levantamento com base na seleção dos actantes a fim de verificar como o agir global de cada um deles é avaliado em cada um dos textos por nós analisado.

Observemos o quadro a seguir. Ele nos dá uma visão global das avaliações expressas nos textos:

ACTANTE	TEXTO 1 Chauí	TEXTO 2 Giannotti	TEXTO 3 Rossi	TEXTO 4 Eliane	TEXTO 5 Marcus Augusto	TEXTO 6 Janine
Professora Marilena Chauí/Chauí/Professora/Filósofa		—	—	—	—	
PT/partido	+	—	—	—	—	
Governo Lula/Governo/Governo do PT	+	—	—	—		+
casal Garotinho	∅	∅	∅			
Caso WaldomiroDiniz/Waldomiro Diniz/assessor/ex-assessor	—	—	—		—	—
José Dirceu/Ministro José Dirceu	∅	—	—			
Lula/presidente Lula/presidente da república	+	—	—			
José Arthur Gianotti	—	∅				—
Oposição/ações oposicionistas	+			∅		

Quadro 21 – Visão global das avaliações expressas nos textos

De uma forma geral, podemos afirmar que o agir linguageiro de Marilena Chauí é avaliado de forma negativa em todos os textos em que ela é citada como actante, assim como as ações do PT/partido também são avaliadas negativamente em todos os textos em que ele aparece como actante, com exceção do texto da própria Chauí.

Trata-se de consenso entre os diferentes autores que citam o Caso Waldomiro Diniz, a avaliação negativa das ações desse actante, consideradas por todos eles como corruptas. Embora essa avaliação seja negativa, verificamos que os textos 1 e 6 procuram afastar Waldomiro Diniz do governo e do então Ministro José Dirceu, ao contrário dos textos 2, 3, e 5 que procuram aproximar esses actantes.

Podemos dividir os textos em dois grandes grupos. O primeiro grupo reúne os textos 1 e 6 que, globalmente, avaliam de forma positiva o governo e, para isso, avaliam positivamente os actantes ligados a ele (PT/partido, Presidente Lula, Presidente da República, Ministro José Dirceu) e, em

contrapartida, avaliam negativamente um agir linguageiro anterior que criticava o governo (Giannotti). O segundo grupo de textos, que reúne os textos 2, 3, 4 e 5, por sua vez, avaliam de forma negativa o governo e, para isso, avaliam negativamente os actantes ligados a ele.

5.3. Síntese da análise das figuras interpretativas do agir

Em relação à análise do agir, pudemos observar que o actante se constitui de diferentes formas e isso é o que constrói as figuras interpretativas do agir. O conjunto de textos que analisados instituem uma polêmica pública. Nele verificamos a existência de representações do agir que é o motivo da polêmica, mas também representações de outros agires para justificar uma determinada figura. Os enunciadores trazem à tona outros agires passados ou futuros e que são interpretados e avaliados, como também recorrem à abstração (no caso, a filosofia) para justificar e avaliar essas representações e, sobretudo, na questão da polêmica, não se limitam a representar somente o agir-motivo da ação linguageira, mas também interpretam e avaliam o agir linguageiro do outro para validar ou não uma determinada representação.

6. Análise dos mecanismos enunciativos – a inserção de vozes

O artigo de opinião e o comentário jornalístico são, na sua essência, expressões de um ponto de vista. Diferente da notícia, que busca a objetividade e a informação, mascarando, de certa forma, o comentário, o texto opinativo traz, inerente à sua constituição, o comentário. Seu produtor-enunciador sofre as restrições de escrever para um jornal, isto é, deve produzir um texto com as características do discurso jornalístico, porém está autorizado a expor sua autoria e seu posicionamento. O jornal, portanto, por meio dos textos de natureza opinativa procura garantir a diversidade de posicionamentos. Essa orientação, exposta, inclusive no Manual de Redação da Folha de S. Paulo, como já mencionamos, por si só, já revela um posicionamento ideológico do jornal, o que invalida qualquer pretensão à neutralidade.

Como já vimos na parte teórica, o produtor de um determinado texto assume diferentes posicionamentos enunciativos e além da sua própria voz, outras vozes penetram no texto e são responsáveis pela constituição dialógica dos textos.

O nosso *corpus* de texto permitiu observar diferentes procedimentos de inserção de vozes. Em primeiro lugar, destacamos o predomínio da voz do autor/enunciador que procura expor o seu ponto de vista, utilizando-se de diferentes argumentos. Observamos essa voz explicitamente marcada do autor/enunciador nos textos 2 e 6, como demonstram os exemplos a seguir:

EX.1: A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto, nunca **(eu)** poderia imaginar que **minha** amiga e ex-aluna Marilena Chaui pudesse escrever o seguinte, na **Folha** de ontem...” (texto de Giannotti)

Ex.2: O caso Waldomiro Diniz é, ao que consta, um ato de corrupção que requer julgamento. Se for provada sua culpa, ele deve ser punido pela lei. Mas, estando **eu** fora do Brasil e não acompanhando os detalhes, e sim o quadro mais amplo, o que mais **me** inquieta não é isso, mas o esvaziamento da dimensão política que se produziu.

Nesse processo de construção argumentativa, vozes terceiras penetram no texto por meio de diferentes procedimentos. Observamos, por exemplo, a voz do autor/enunciador inserida num coletivo indeterminado que relacionamos com “sociedade brasileira”. São exemplos desse procedimento:

Ex.1: Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, **(nós)** acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, **(nós)** notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa. (Texto de Chauí)

Ex.2: **(nós)** Convenhamos, a corrupção existe no PT como em outros partidos, em maior ou menor grau. (Texto de Giannotti)

Ex.3: “Hoje **(nós)** corremos de novo o risco de enfraquecer um projeto de governo, não porque nos descontente em suas grandes opções, mas por

questões laterais. E nisso a ética acaba sendo instrumentalizada. Ora, respeitar a ética exige também respeitar a política. Isso está faltando.”

Também observamos a voz do autor/enunciador inserida num coletivo: “A professora Marilena Chaui identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos **nós** nem mesmo a oposição.” (texto de Catânede)

Reconhecemos neste “nós” a voz dos “os meios de comunicação”. A autora/enunciadora se reconhece como parte deles. Embora não haja nenhuma referência explícita aos meios de comunicação no texto, é a relação específica entre os textos que compõem nosso corpus que nos permite fazer essa relação. Trata-se de uma resposta ao texto de Marilena Chauí, no qual a filósofa critica os meios de comunicação por agirem de forma a retirar o lugar simbólico de ético do PT.

Esse recurso, que recorre ao uso do “nós” tem função fortemente argumentativa, pois o enunciador partilha a responsabilidade do dizer com o coletivo ao qual ela se insere.

Embora não tenhamos pretensão de esgotar todos os procedimentos de inserção de vozes, fizemos um primeiro levantamento para detectar outras vozes sociais que foram mobilizadas nos textos.

TEXTO 1

Voz social de partidos políticos – considerados como instituições	PT PSDB
Vozes sociais explícitas – de grupos sociais	Dos trabalhadores Dos economicamente explorados Socialmente excluídos Politicamente subalternos
Voz social -	Oposição ao governo Collor
Voz social	Outros partidos
Voz dos meios de comunicação	Noticiários, editoriais, colunas políticas dos jornais, rádios e televisões.
Voz personificada explícita	Um amigo
Voz social	da crítica
Voz da social da instituição	Instituto de Cidadania
Voz da instituição	Comissão especial

Quadro 22 - outras vozes – texto 1

TEXTO 2

Voz personificada e explicitada	Minha amiga e ex-aluna Marilena Chauí
Voz social	Muita gente
Voz social implícita	Vigiar e punir – referência ao livro de mesmo nome de Michel Foucault
Voz social implícita	Os fins justificariam os meios referência à frase célebre de Maquiavel

Quadro 23 – Outras Vozes – texto 2

TEXTO 3

Voz social indeterminada	X
Voz personificada explícita	Marilena Chauí
Voz da instituição	Folha
Voz da oposição	Que quer destituir o PT

Quadro 24 – Outras Vozes – texto 3**TEXTO 4**

Voz do partido político	PT
Voz personificada explícita	Ministros Eunício Oliveira e Eduardo Campos
Vozes sociais indeterminadas	Dizia-se Imagine-se Não se sabe Ninguém lembra mesmo
Voz do governo	Governo Lula
Voz da oposição	
Voz personificada e explicitada	Professora Marilena Chauí

Quadro 25 – Outras Vozes – texto 4**TEXTO 5**

Presença de vozes personificadas explicitadas pelo autor	Professora Marilena Chauí
--	---------------------------

Quadro 26 – Outras Vozes – texto 5

TEXTO 6

Voz social	Arco democrático brasileiro
Voz da instituição	Este jornal – FSP
Voz social coletiva	Sociedade brasileira
	(cada vez menos) gente
Voz social implícita	Alguns falam...
Voz social	Debate
Voz personificada e explicitada	Marco Aurélio Nogueira
Voz social	Ágora

Quadro 27 – Outras Vozes – texto 6

Se é da tensão entre informar e opinar que se constitui a notícia (cf. Sant'Anna, 2004:174), o artigo de opinião e o comentário jornalístico se constituem a partir de uma dupla tensão: a tensão entre informar e opinar, pois ao opinar se interpreta a informação; e a tensão entre diferentes opiniões que se confrontam. Essa dupla tensão marca a presença do discurso relatado como uma das principais formas de inserção da voz do outro no discurso do eu-enunciador, seja pelo discurso direto (DD), seja pelo discurso indireto (DI) e suas formas híbridas.

Embora as formas de discurso relatado não sejam as únicas formas de inserção do discurso do outro, elas têm papel preponderante em nossos dados. A seguir apresentamos exemplos de discurso relatado presentes em nosso corpus, sem ter a intenção de elencar todas as ocorrências porque observamos uma certa repetição nessas ocorrências e, portanto, nas reflexões derivadas.

O discurso direto caracteriza-se pela reprodução das próprias palavras pelo enunciador citado e geralmente vem acompanhado de verbos *dicendi*, como podemos observar nos seguintes exemplos de nosso *corpus*:

Ex.1: . Na entrevista à revista francesa "Esprit", de janeiro de 2004, intitulada "La méthode Lula", a respeito dos assessores do presidente, ela **afirma**: "**A**

equipe econômica é composta de três tipos de conselheiros. De início, há os economistas, professores, consultores etc. Mas esses "experts", diferentemente daqueles do governo Cardoso, não estão ligados aos bancos, às grandes instituições financeiras nem, de maneira geral, às grandes instituições econômicas instaladas. Seria fácil escolher outros exemplos, mas não é o que interessa aqui.”

Ex.2: **Diz** a filósofa **que** "a questão não é a ética na política nem a reforma política, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa".

Este exemplo coloca-nos diante de uma forma híbrida¹⁵ caracterizada pelo discurso direto introduzido pelo uso do verbo *dicendi* (dizer), pelo uso dos dois pontos e pelo sinal tipográfico das aspas, mas também pelo uso do **que**, marca clássica da inserção do discurso indireto.

O discurso indireto, por sua vez, é forma recorrente de inserção de vozes. Geralmente ele vem acompanhado de verbo *dicendi* + **que**, o que caracteriza sua forma clássica, como podemos observar no seguinte exemplo:

EX.1: “Depois, a filósofa petista **reclama que** os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dediquem a discutir o financiamento de campanha.”

Porém citamos abaixo um fragmento de texto que se constitui, ao nosso ver, discurso indireto, mas sem seguir o modelo canônico, como podemos observar no exemplo abaixo:

Ex.1: Em artigo publicado anteontem na seção "Tendências/Debates", a professora Marilena Chaui **procura depositar** na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.

Trata-se de um fragmento em que a fronteira do discurso citante e o discurso citado fica claro, pois o enunciador citante traduz a fala citada, sem se preocupar com a reprodução exata delas, ao contrário, expressa o conteúdo do pensamento (uma espécie de síntese do artigo da enuncidora citada) de acordo com o seu entendimento. Não há a utilização de verbo

¹⁵ Ver Maingueneau, 2001, p.151-152)

dicendi+que, porém, a escolha da locução verbal “procura depositar” condiciona a interpretação do leitor, dando um certo direcionamento ao discurso citado.

Outras formas de inserção da voz do outro são recorrentes em nosso corpus e podem ser vistas como estratégias de interpretação do discurso alheio.

Em “Do ponto de vista simbólico, o PT, ao definir-se não como um partido para os trabalhadores, e sim dos trabalhadores, ocupou o lugar definido pela criação e conservação de direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos”(Chauí), não é só da voz do PT que ouvimos ecos. Os trabalhadores, economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos falam por meio do PT e, portanto, constituem coletivamente a voz do partido.

A voz da “oposição” está presente em diferentes textos, como por exemplo, no texto 1: “Por um lado, a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção”. É a voz geral da oposição que critica.

Por outro lado, observamos que em um mesmo texto essa voz pode representar enunciadores diferentes. No texto de Marilena Chauí, verificamos que:

Fragmento 1: “Historicamente, porém, a disputa simbólica sofreu um deslocamento. De fato, **a oposição** ao governo Collor introduziu o tema da ética na política, e as circunstâncias fizeram com que esse lugar simbólico também fosse ocupado pelo PT.” É a voz da oposição que traz a discussão da ética na política. Na época do governo Collor o PT era uma voz que constituía a oposição, discutia a ética na política e assumiu esse lugar simbólico.

Fragmento 2: “Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, acompanharmos as **ações oposicionistas**, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.” É a voz da oposição que desqualifica o PT e tenta tirá-lo de seu lugar simbólico. Aqui, a voz do PT não constitui mais a voz da oposição.

A inserção implícita de vozes também pode derivar da utilização do “não polêmico”, como podemos observar no exemplo retirado do texto de Marcus Augusto: “A tese é que os seres humanos não agem apenas racionalmente, mas são movidos por paixões, o que nos conduziria à necessidade de organizar as instituições de modo a induzi-los a ‘bem administrar’.” Este enunciado nos permite identificar uma outra voz implícita que afirma que os seres humanos agem somente de forma racional. Levando-se em consideração o conjunto do texto, o leitor identifica essa voz como a voz de Marilena Chauí.

Em determinadas situações, o jornalista-enunciador recorre a uma voz genérica e não especificada para construir sua argumentação, como faz Rossi em: “**Dizem** (quem diz) que a visão da força concentra a mente. Se é verdade, não está funcionando no caso do PT.”

Em outras situações, o enunciador traz a voz do outro por meio de recursos que dão pistas para o leitor identificar de quem é a voz, porém para isso, o leitor precisa recorrer ao seu conhecimento de mundo. Como exemplo, citamos:

“...não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou **um amigo** a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política)...”(Chauí)

“Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT. Além disso, como muita gente sabe, **o amigo referido sou eu**, o que me leva a procurar esclarecer meu ponto de vista.” (Giannotti)

“**Alguns** falam em caráter amoral da política. Prefiro distinguir moral e política de outro modo.” (Janine Ribeiro)

Observamos que no exemplo acima não é só o conhecimento de mundo que permite compreender o diálogo entre as vozes, mas sim a intertextualidade que marca os discursos.

7. O diálogo entre os textos

O diálogo entre os textos constrói uma rede discursiva entre eles, de forma que é possível “recortar” cada um deles e “remontá-los” explicitando esse diálogo. É como se os autores fizessem parte de um debate. Esses

segmentos de diferentes textos se entrelaçam, numa espécie de teia ou rede e acabam dando origem a um “novo texto”, o que demonstra o caráter interativo dos artigos de opinião.

Para ilustrarmos justamente essa construção de um “novo texto” a partir dos segmentos dos diferentes textos, optamos em utilizar as seguintes cores:

Azul – segmento de texto de Marilena Chauí
Verde – segmento de texto de Eliane Catanhêde
Turquesa – segmento de texto de Giannotti
Vermelho – segmento de texto de Clóvis Rossi
Amarelo – segmento de texto de Renato Janine Ribeiro
Lilás – segmento de texto de Marcus Augusto

“ Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, notaremos que operam de moto a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa. “

“A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, pra desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos nós, nem mesmo a oposição. É ele: o PT no poder.”

“Por um lado a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção.”

“A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto, nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna Marilena Chauí pudesse escrever o seguinte na Folha de ontem.”

“Por outro lado a crítica é hipócrita porque:

- a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro.”

“Pelo que me consta , Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT.”

“No artigo ontem publicado pela Folha, Chauí começa capotando no relato dos fatos: diz que o PT está sendo acusado por um episódio envolvendo o Casal Garotinho, em 2002” Só a data é verdadeira...”

- b) “não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis, afinal é um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil;”

“Alguns falam em caráter amoral da política.”

“Depois a filósofa petista reclama que os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dedicuem a discutir o financiamento de campanha. “

“É um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil”, diz.

“Além disso, como muita gente sabe, o amigo referido sou eu, o que me leva a procurar esclarecer o meu ponto de vista. No final das contas, se até mesmo Marilena não me entendeu, não poderia proceder de outra maneira. Que isso tenha ocorrido, porém, não é de estranhar, pois Marilena tem mantido, nos últimos tempos, uma relação esdrúxula com os fatos. Cabe outro exemplo. Na entrevista à revista “Esprit”, de janeiro de 2004, intitulada “la méthode Lula” a respeito dos assessores do presidente, ela afirma:”

“A equipe econômica é composta de três tipos de conselheiros. De início, há os economistas, professores, consultores etc. Mas esses “experts”, diferentemente daqueles do governo Cardoso, não estão ligados aos bancos, às grandes instituições financeiras, nem, de maneira geral, às grandes instituições econômicas instaladas.”

“Seria fácil escolher outros exemplos, mas não é o que interessa aqui.”

- c) “não menciona a proposta de reforma política, publicada em livro pelo Instituto da Cidadania, que no dia 1º de julho de 2003, a entregou ao Executivo e ao Legislativo, tendo sido discutida e aprovada por uma comissão especial (pluripartidária, com 45 membros) criada pelo presidente da Câmara, João Paulo; a reforma (que prevê o financiamento público das campanhas) não será um decreto presidencial, e sim uma ação do Congresso Nacional. “

“Pena também, que, apesar de o Instituto da Cidadania, outrora presidido por Lula, ter apresentado proposta de reforma política, como menciona a filósofa, ela omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la adiante.

Diz a filósofa que:”

“A questão não é a ética na política nem a reforma política, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa.”

“É claro que sempre haverá quem queira destronar o PT dos lugares reais e simbólicos que ocupa, mas a argumentação fica capenga quando deixa de mencionar que as denúncias não são vazias, mas decorrentes do “lugar” em que o PT está se colocando, em todos os campos, político, econômico, social e, agora, ético. “

“Em artigo publicado anteontem na seção “Tendências;Debates”, a professora Marilena Chauí procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para a campanha e das negociações entre Executivo e Legislativo.”

Se cada texto tem forte caráter argumentativo, o que verificamos, com essa análise é que a argumentação e contra-argumentação se constroem nesse diálogo. Observemos que esse diálogo entre os textos se dá por meio de diferentes procedimentos:

1. com referência explícita ao texto que está sendo comentado e com citações literais dele em discurso direto: “Nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna Marilena pudesse escrever o seguinte...”.
2. sem referência direta ao texto, mas com citação direta ao autor: A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional...” – nesse caso, o enunciador apresenta uma interpretação global do texto.
3. de forma vaga e indeterminada, com verbos “dicendi”, mas sem nomear o responsável pelo dizer: “e levou um amigo a defender”, “alguns falam em caráter amoral da política”. Nesse caso, verificamos que tanto Chauí, quanto Janine Ribeiro, ao fazerem essas referências nebulosas dialogam com textos produzidos por Gianotti, inclusive no período anterior ao debate travado, com o uso de aspas em palavras ou expressões.

Observamos que os textos 2,3, 4 e 5 dialogam de forma direta com o texto 1- “Disputa Simbólica” escrito por Marilena Chauí e buscam fixar na oposição pública diferentes representações para os fatos e para os actantes nele envolvidos.

O texto 6, por sua vez, não estabelece um diálogo direto com o texto de Chauí, porém, mesmo assim, ele compõe a rede discursiva que

construímos com os textos selecionados, uma vez que recorre ao tema “ética na política” e se utiliza do caso de Waldomiro Diniz para discuti-la.

Por outro lado, também observamos um diálogo indireto entre o texto de Janine e o texto de José Arthur Giannotti, também parte de nosso corpus. O enunciado “Alguns falam em caráter amoral da política” nos parece uma referência implícita a Giannotti (alguns) e a seu texto “Fatos e disputa política”, quando o autor afirma que nunca endossou a tese da imoralidade constitutiva da política, mas também a um conjunto de artigos de opinião que polemizaram entre si e que foram escritos no mês de maio de 2001, ora por Giannotti, ora por Marilena Chauí. Em 17 de maio de 2001, Giannotti publicou “O dedo em riste do jornalismo moral”, em que discutia a existência de uma “zona cinzenta de amoralidade na democracia”. Esse texto motivou uma resposta em forma de artigo de opinião por parte da filósofa Marilena Chauí – Acerca da moralidade pública (Folha de S. Paulo, 24/05/2001) e depois um novo artigo de opinião de Giannotti – “Para a virtuosa Marilena”.

Ainda que esses últimos textos citados não façam parte de nosso corpus por estar temporalmente fora do período que recortamos para a análise, parece-nos interessante demonstrar a relação existente entre esses textos de 2001 e os textos por nós selecionados, de 2004, pois explicitam claramente o conceito de dialogismo de Bakhtin – um enunciado é sempre uma resposta a outros enunciados. Além disso, reconstruir todo esse contexto de produção nos permite entender melhor o debate travado entre esses textos de 2004. Do ponto de vista da aprendizagem da leitura, permite-nos uma leitura mais crítica.

Portanto, a compreensão e interpretação de cada um dos textos e, mais especificamente, dos agires linguageiros interpretados e avaliados neles, depende da leitura cruzada desses textos e não de leituras isoladas, uma vez que a polêmica, marca dos artigos de opinião e desses comentários jornalísticos, se constitui justamente por meio das diferentes vozes que polemizam entre si.

Uma vez apresentado o resultado das análises e sua problematização, passemos, a seguir, às conclusões deste trabalho.

CONCLUSÕES

"Aos poucos, formam-se redes e teias, tecidos e tecituras, envolvendo escritos e leituras, com os quais se criam e difundem imagens e noções, fantasias e interpretações. Tudo migra por meio da escritura e da leitura, impregnando modos de ser, sentir, pensar, agir e fabular de uns e outros, em todo o mundo."

Octávio Ianni

Este capítulo tem como objetivo retomar as questões de pesquisa que direcionaram esta tese, procurando fazer uma reflexão mais global a respeito das análises que desenvolvemos, bem como avaliar a produtividade dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados na análise dos textos, sobretudo no que diz respeito a desenvolver as capacidades de linguagem envolvidas no processo de leitura. Ao final, apontaremos outras perspectivas de pesquisa que podem advir deste trabalho.

Em primeiro lugar, relembremos a macro pergunta de pesquisa, que norteou todo o trabalho: *Quais são as diferenças e semelhanças que existem entre os diferentes textos que tematizam uma questão polêmica pública, no que diz respeito às suas características lingüístico-discursivas e às representações do agir e dos actantes neles construídas, tendo em vista o ensino da leitura na escola?*

Cabe uma reflexão a respeito da própria questão de pesquisa maior. Destaca-se, nela, o papel central que procuramos dar ao agir humano e as possibilidades de interpretação desse agir por meio dos textos. Daí decorre o segundo aspecto central e não menos importante de nosso trabalho. O valor conferido à linguagem como constituinte e constituída pelo humano. Os nossos pressupostos teórico-metodológicos, então, vieram ao encontro da necessidade de se analisar os textos como construtores de representações do agir e, em especial, do agir languageiro representado nos textos de opinião. Partindo desses princípios básicos, partimos da idéia de que a leitura e compreensão dos textos de opinião passam, também, pela compreensão das diferentes representações do agir que estes textos constroem e que, de forma implícita ou explícita, ficam marcadas no texto. Por isso, a análise lingüístico-discursiva desses textos se coloca como produtiva e necessária.

1. A escolha de uma abordagem teórico-metodológica entre tantas abordagens teórico-metodológicas...

A princípio, parecia simples e fácil. Dar continuidade aos estudos da proposta teórico-metodológica já assumida na dissertação de mestrado e, tendo em vista um corpus diferente, produzir a tese de doutorado.

Porém, o processo tumultuado da construção desta tese demonstrou, na prática, aquilo que defendemos na teoria: que nem a vida nem o processo de pesquisa são lineares. Chegamos à conclusão do trabalho, ainda que o consideremos inconcluso, seja por uma crença teórica, seja porque o prazo de entrega determina, de certa forma, a conclusão do trabalho. Lendo-o pela última vez antes da entrega, relembro como a constituição de meu objeto de estudo só se configurou, de fato, há cerca de um ano e meio atrás. Lembro ainda, que o desenvolvimento do grupo ALTER-LAEL andou, par e passo, ao desenvolvimento desta pesquisa, que viveu todas as interpéries da construção de procedimentos teórico-metodológicos compatíveis para a análise de dados.

O Interacionismo sociodiscursivo foi o grande viés teórico delineador desta tese, ainda que tenhamos recorrido a outros autores que consideramos compatíveis com essa teoria. A escolha das categorias de análise, sobretudo aquelas referentes às representações do agir, foram se constituindo, aos poucos tomando por base pesquisas recentes, especialmente a análise de textos da fonte do agir (Bronckart & Machado, 2004). A análise dos registros do agir, iniciada por Bulea & Fristalon (2004), além das outras análises efetuadas no próprio grupo ALTER, como a de Abreu-Tardelli (2006), Mazillo (2006) e Lousada (2006) também se constituíram em referências para a análise de dados, porém, nem sempre se mostraram produtivas para o corpus em questão.

2. Um jornal e uma polêmica pública... Ingredientes especiais para a produção de artigos de opinião.

Artigos de opinião são textos que mobilizam leitores. A polêmica fascina o ser humano e exercita sua capacidade de olhar o mundo sob diferentes aspectos. Por isso, a leitura de textos argumentativos são bastante propícios para um maior engajamento do indivíduo no mundo. E não é um engajamento ingênuo e acrítico, mas um estar no mundo crítico, reflexivo, que reconhece e identifica diferentes pontos de vista, diferentes formas de pensar e ver o mundo.

No caso da leitura de textos argumentativos é de salutar importância buscar associar o contexto de produção dos textos aos aspectos ligados à sua estruturação e à sua textualização.

Em uma perspectiva mais geral, pudemos observar que o conjunto de textos que analisamos estava inserido em uma situação de argumentação explícita (cf.: Dolz & Pasquier, 1993) na medida em que abordavam um tema atual, de natureza política e que construíam, por parte dos produtores, diferentes representações desse contexto público e polêmico. Todos os artigos escolhidos foram assinados pelos seus produtores que, inseridos em um realidade sócio-histórica e influenciados por diferentes princípios ideológicos da sociedade ocidental, bem como do jornal, se responsabilizaram explicitamente pelos textos produzidos.

Em relação às representações da instituição social, observamos que se trata de jornal de grande circulação e que, segundo Machado (2000) impõe restrições ao produtor, que vai desde restrições dos próprios proprietários do jornal até os das empresas que aí anunciam. Mesmo que o jornal se diga “democrático” e, portanto, aberto a diferentes posições, que podem não coincidir com as do próprio jornal, ele é um espaço também de coerção para o produtor do texto, visto que, ao se expor, sua imagem será avaliada por amplos setores da sociedade. Ao expor-se, o produtor procura influenciar o pensamento de seus destinatários, isto é, procura transformar ou sedimentar a posição ou o comportamento dos destinatários em relação à questão controversa por meio de diferentes argumentos.

Quanto aos destinatários, retomamos discussão já apresentada na análise do contexto de produção e destacamos como, embora todos os textos por nós analisados componham um mesmo jornal, que através do seu Manual de Redação traça um perfil geral de leitor, qual seja, jovem, de classe média, com Ensino Médio ou universitário, as representações que cada produtor constrói pode ser diferente. Parece-nos que os autores trabalham com a idéia de um leitor presumido privilegiado e, especialmente em relação aos artigos de opinião escritos pelos filósofos, verificamos que este leitor privilegiado é representado como um leitor mais intelectualizado e que circula, pelo menos parcialmente, pelo conhecimento filosófico.

Por outro lado, também observamos que os textos opinativos que analisamos nos levam a pensar em um leitor assíduo do jornal, conectado aos fatos e que os têm na memória. Esse conhecimento dos fatos, isto é, esse maior conhecimento de mundo contribui para um diálogo mais eficiente entre texto e leitor. Ex: O caso Waldomiro Diniz é, ao que consta, um ato de corrupção que requer julgamento.” (Ribeiro, Renato Janine. Para defender a política). O autor considera o seu leitor como alguém que acompanha o “Caso Waldomiro Diniz’ e, então, tem um conhecimento prévio que, ao interagir com o texto, constrói um entendimento e uma interpretação dos fatos.

3. Diferentes mundos discursivos, diferentes formas de engajamento do produtor e do destinatário dos textos

Em relação à infraestrutura textual, isto é, em relação aos tipos de discurso e as seqüências observamos que os textos são, na sua maioria, heterogêneos, isto é, constituídos por diferentes tipos de discurso, com o predomínio de segmentos de discurso teórico e de segmentos de discurso interativo, mobilizando diferentes mundos discursivos: da ordem do narrar e da ordem do expor. Acreditamos que isto esteja relacionado ao contexto de produção dos textos, uma vez que o produtor, ao recorrer ao discurso interativo, implicando a si mesmo e, em algumas situações, o leitor, procura aproximar-se de seu interlocutor, com ele estabelecendo uma relação de maior confiança e credibilidade, partilhando com ele a responsabilidade sobre o dizer, ao mesmo tempo em que a conjunção com o mundo ordinário marca a atualidade dos fatos. Por outro lado, a representação do tema como polêmico estabelece, ao locutor, a necessidade de convencer o interlocutor a respeito de sua posição e um dos recursos muito utilizados é justamente a autonomia do discurso (ausência de dêiticos de pessoa, tempo e lugar) e a utilização do presente genérico que dá caráter de verdade ao texto. Observamos a presença do discurso teórico em segmentos de textos que trazem informações independentes da situação material de produção para construção dos argumentos, muitas vezes sendo uma abordagem de natureza mais filosófica.

Também nos chamou atenção os segmentos de texto onde aparece a

primeira pessoa do plural (nós), unidade lingüística que envolve o enunciador, mas que pode assumir outros valores:

a) pode envolver os destinatários em relação ao que afirma o produtor. Nos textos 1 e 6 escritos respectivamente, por Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro o “nós” (eu +vocês) aparece, como um agente genérico e difuso que nos remete à “nós”, sociedade brasileira. Este “nós”, que implica locutor e destinatários, não só gera um efeito de aproximação entre os participantes da interação, como também, transfere parcela da responsabilidade enunciativa para os destinatários que são representados assumindo a mesma posição dos enunciadores isto é, como atores no texto. Porém, como observa Brandão (1998:159) a respeito do “você” na propaganda institucional da Petrobrás, o “nós” genérico, ao mesmo tempo em que responsabiliza a todos, não responsabiliza, de fato, ninguém, uma vez que este “nós” é anônimo. Paradoxalmente, ao engajar o leitor presumido, os enunciadores tomam para si o direito de externar o que acreditam ser a opinião pública e, então, retiram do interlocutor a vontade própria, restringindo as suas possibilidades interpretativas e impondo o seu ponto de vista.

b) Pode envolver o “eu” mais um grupo específico, como no caso do texto 4, de Eliane Catânheide. Sentido este só possível de ser construído na relação do texto de Catânheide com o texto de Chauí.

Em relação às seqüências, predomina a seqüência argumentativa em todos os textos. Várias seqüências argumentativas vão se justapondo de forma a apresentar uma série de argumentos que encaminham o texto para a conclusão global, caracterizando o que se pode chamar de uma recursividade argumentativa, (Machado,2000) indicando que o produtor toma o objeto em discussão como sendo controverso e considera que há destinatários que não compartilham de suas opiniões. No final dos textos os autores apresentam uma conclusão final, que sintetiza a sua posição diante da polêmica.

4. A importância do estudo dos tipos de discurso e sua relação com o contexto de produção

A análise dos tipos de discurso nos permitiu concluir que a predominância do discurso teórico e do discurso interativo é produto de uma situação de produção dos textos que consideramos ambígua, isto é, constitutivamente contraditória. Por um lado, é um sujeito individual, o autor/enunciador do texto, que fala de um ponto de vista geral e coletivo, isto é, tem como objetivo, convencer a coletividade de leitores de um certo ponto de vista que é individual, mas que se quer coletivo. Nesta perspectiva, podemos compreender melhor o movimento geral de todos os textos. Ao estarem inseridos no contexto de produção jornalístico, os textos têm uma forte relação com o presente, como o momento da produção e com o exame dos fatos que estão acontecendo no momento, o que nos permite compreender a presença marcante do eixo do expor e, especialmente, as marcas do discurso interativo, com uma ancoragem do texto essencialmente temporal em relação à situação de produção, que se manifesta especialmente pelos dêiticos temporais. Por outro lado, para convencer o leitor de sua posição, os autores buscam fundamentação em argumentos de ordem universal e premissas generalizantes, ancoradas em valores cristalizados no mundo social e subjetivo. Para isso, recorrem ao discurso teórico.

5. Ler é, também, compreender as diferentes representações do agir

Comprovamos nossa hipótese inicial de que os artigos de opinião têm seu forte caráter argumentativo sedimentado, também, nas construções de diferentes representações do agir dos actantes envolvidos. Portanto, convencer o leitor de seus argumentos é fazer com ele construa determinadas representações sobre o agir dos protagonistas nele envolvidos.

A estratégia de análise dessas representações não foi simplesmente verificar que o actante/protagonista é ator ou agente. Foi observar como, nos diferentes textos, um mesmo actante vai se constituindo de forma diferente nos diferentes textos. Mais que isso, observamos que, ao longo de um mesmo texto, pode haver um deslocamento dos papel atribuído a um actante, o que leva o leitor a ir transformando as representações que tem dele.

A análise sintático-semântica que procedemos nos permitiu concluir que não é o papel que se atribui a um determinado actante que determina a função sintático-semântica que ele assume. Ao contrário, é a função sintático-semântica que provoca um determinado efeito de sentido, ou seja, é a função sintático-semântica que coloca um actante num determinado papel e a alteração dessa função, ao longo do texto, também altera o papel a ele atribuído. Tal conclusão fortalece a idéia de que os diferentes discursos produzem diferentes realidades.

É o que podemos observar, por exemplo, com o actante PT, no texto de Chauí. De ator responsável pela ocupação do lugar simbólico de ético na política, ao papel sintático-semântico objetivo, o PT se torna paciente e sofre a ação da oposição que quer lhe retirar do lugar simbólico da ética. Vitimiza-se o partido e cria-se a dicotomia “bem e mal”, aqueles que querem preservar o lugar de ético do PT e aqueles que querem destituir o PT deste lugar, o que vai demarcando claramente o caráter ideológico do embate.

Se em um mesmo texto pode haver um deslocamento do papel assumido pelo actante, o que pudemos observar por meio das análises é que entre os textos é a representação do lugar simbólico que o PT ocupa que se constitui de maneiras diferentes. Em nosso corpus pudemos observar, novamente, a dicotomia “bem e mal” “, caracterizados respectivamente pelo lugar da ética na política e pelo lugar da corrupção. Em Chauí, o PT ocupa o lugar da ética. Em Giannotti o lugar simbólico do PT é representado como o lugar da corrupção. É o mesmo lugar atribuído ao PT no texto de Rossi. Em Catãnhede, o PT ocupa o lugar da falta de ética, justamente de onde ele destrói os próprios símbolos. O texto de Marcus Vinícius, por sua vez, também atribui ao PT o lugar dos “vícios públicos”, ou seja, da corrupção. O que verificamos, então, é a polarização do debate, demarcando duas formações discursivas que constroem diferentes interpretações do agir do actante PT, dentro de um mesmo campo discursivo. A análise nos permitiu apreender a interação entre essas diferentes formações discursivas, marcadas ideologicamente por diferentes posicionamentos políticos, de modo a observar que a identidade discursiva se constrói nesse interação, portanto, nesse diálogo.

Vale, então, retomar o que Séve (2001) chama de “batalha das representações”, o confronto entre as representações do sujeito e outras representações veiculadas seria uma condição necessária para transformar o mundo. Segundo o autor, “para transformar o mundo, urge transformar a representação do mundo”. Cabe ao leitor, interlocutor ativo, se posicionar nessa batalha de representações, fazendo interagir sua experiência e conhecimento de mundo, suas próprias representações com aquelas construídas nos diferentes textos e então, assumir sua própria posição frente à polêmica .

6. Entre destaques e omissões – o discurso como produtor de diferentes realidades

A análise de nosso *corpus* permitiu observar que a força argumentativa dos artigos de opinião está relacionada, também, à forma como os actantes são colocados em cena nos textos. Ao se omitir um determinado actante da cena, discursivamente ele deixa de existir, construindo-se um sentido. Podemos citar como exemplo retirado de nosso *corpus* de pesquisa, a actante “Benedita da Silva” . No texto de Chauí, que inaugura a polêmica pública, não há referência a essa actante. Nos textos de Rossi e Giannotti, por sua vez, Benedita da Silva é colocada como actante responsável (que nos leva ao conceito de ator), pertencente ao PT e envolvida em ato de corrupção.

7. Ler é compreender os textos em rede.

Ainda que o princípio dialógico da linguagem e a intertextualidade sejam aspectos já consagrados nos estudos contemporâneos do discurso, este trabalho ganha relevância à medida em que propõe que o ensino de leitura na escola deva levar em conta uma compreensão mais refinada dos textos que está relacionada a uma leitura que faça emergir deles, o dialogismo e a intertextualidade. Observamos que a compreensão mais crítica dos textos que compuseram nosso corpus não se dá texto a texto, mas sim no entrecruzamento, no diálogo, nem sempre tão cordial, entre esses textos.

Acreditamos que esse trabalho possa ter destacado as vantagens que existem de se proceder uma análise de textos em que o diálogo entre eles seja explicitado à medida em que a compreensão de cada texto se dá na relação, no diálogo, com os outros textos.

8. A verdade de quem?

Em contato com diferentes posicionamentos que interpretam os fatos do cotidiano como, por exemplo, o conjunto de textos que analisamos, o leitor pode se perguntar: afinal, qual é a verdade?

Superar a busca da verdade absoluta e permitir-se “ler” a realidade sob diferentes ângulos talvez seja um dos grandes desafios no mundo atual. Nesse sentido, consideramos este trabalho de grande relevância social, uma vez que ele abre perspectivas para o ensino da leitura sob outra perspectiva. O grande esforço democrático para desenvolver um aluno cidadão pleno é dar a ele condições para que ele seja capaz de não tomar como verdade aquilo que se constrói como representação. O que procuramos evidenciar nesta pesquisa foi justamente os procedimentos de análise lingüístico-discursivos que permitem desnudar o texto e revelar como se dá a construção dessas diferentes representações e como elas constroem “realidades” diferentes.

A seleção ou omissão de fatos e de actantes, o privilégio a uma ou outra ação, a representação dos actantes como atores ou agentes, a função sintático-semântica que os actantes assumem, as avaliações que se faz dos actantes e de seu agir por meio de adjetivos, verbos subjetivos, e outros recursos lingüísticos, bem como a escolha do gênero e dos tipos de discurso estão relacionadas às representações que os produtores fazem do contexto de produção e constroem um certo sentido por meio do texto.

As representações construídas nesses textos e as opiniões neles construídas são compreendidas como posições assumidas por diferentes vozes autorizadas pela própria sociedade e que, analisando o cotidiano a partir do “lugar” que ocupam, interpretam os fatos e o agir dos indivíduos a partir de suas próprias visões de mundo.

Os textos por nós analisados trazem a voz dos outros, seja para concordar, discordar, valorizar, desqualificar, seja para autorizar, negar ou confirmar. Por outro lado, essa pluralidade de vozes busca construir uma univocidade impossível – formar a opinião pública tendo como pressuposto a verdade construída pelo e no texto. Desta forma, não é a pluralidade de opiniões nem a diversidade e o respeito à diferença que se busca, mas sim, fazer prevalecer, na batalha das representações, aquela responsável por uniformizar, na medida do possível, a opinião pública.

Nessa perspectiva, acreditamos que as propostas didáticas voltadas para o ensino da argumentação e da leitura crítica devem observar os procedimentos lingüístico-discursivos responsáveis por construir os diferentes posicionamentos e que nesta pesquisa apresentamos, de forma a permitir ao leitor-aprendiz construir um novo posicionamento a partir desse confronto de vozes, posicionamento este também multifacetado, plurivocal e passível de transformações.

9. Contribuições teórico-metodológicas

Ao final, temos o objetivo de apresentar algumas das contribuições e perspectivas para o ensino da leitura na escola, bem como para o grupo ALTER –LAEL e, possivelmente, para o quadro teórico metodológico do ISD. Na seqüência, levantaremos algumas perspectivas para o desenvolvimento de novas pesquisas.

Em relação aos pressupostos teórico-metodológicos de base, tomamos por base o interacionismo sociodiscursivo. Trata-se de um quadro em construção e transformação permanentes e que ganha contornos diferentes, nas diferentes pesquisas do grupo Alter-Lael. Além disso, é um aporte teórico-metodológico constitutivamente transdisciplinar, o que abre perspectivas efetivas de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, de forma a compreender a linguagem humana sob diferentes abordagens.

Por tratar-se de um quadro epistemológico em permanente transformação, aliás, fenômeno absolutamente coerente com os princípios do ISD, sentimos certa dificuldade em colocar em prática tudo aquilo que líamos, discutíamos e sistematizávamos, o que nos leva a esclarecer que, durante o

percurso dessa pesquisa, várias tentativas de aprimoramento do quadro de análise proposto pelo ISD foram feitas, mas nem todas resultaram em contribuições efetivas para esta pesquisa. Algumas das categorias de análise dos dados, baseadas em pesquisas recentes, como a análise de textos da fonte do agir (Bronckart & Machado, 2004; Bronckart & Machado, 2005; Filliettaz, 2004), a análise dos registros do agir, iniciada por Bulea & Fristalon (2004), além das outras análises efetuadas no próprio grupo ALTER, como a de Abreu-Tardelli (2006) e Mazillo (2006) nem sempre foram aplicáveis ao corpus de análise que selecionamos, o que nos levou a construir procedimentos de análise próprios que contribuem para o desenvolvimento das pesquisas do grupo.

Também devemos levar em conta que esta pesquisa é inovadora, pois aplicou a proposta teórico-metodológica do ISD a um *corpus* que até então não tinha servido como base de pesquisa, qual seja, textos produzidos no contexto jornalístico tendo como perspectiva o ensino da leitura na escola e mostrou-se produtiva na medida em que fomos promovendo ajustes nos procedimentos de análise de acordo com as necessidades do corpus e demonstramos como a construção dos textos argumentativos, entre eles os artigos de opinião e os comentários jornalísticos, têm sua argumentação construída a partir da interpretação do agir ou do agir languageiro dos actantes.

Ressaltamos, ainda, que nossa pesquisa contribui para a análise dos mecanismos enunciativos, vozes e modalizações, em relação às diferentes representações que podem ser construídas nos textos.

Sem dúvida alguma, outras perspectivas de pesquisa existem e podem ser aplicadas, inclusive ao mesmo *corpus*. Tais perspectivas de pesquisa só corroboram com o caráter plural e complexo do conhecimento.

Não era pretensão esgotar todas as possibilidades de análise, mas sim propor um novo recorte que, analisando as figuras interpretativas do agir que são construídas nos textos, pudéssemos compreender como diferentes representações dos fatos, ações e actantes são construídas em nome da “verdade”.

Gostaríamos, ainda, de apontar algumas perspectivas para futuras pesquisas relacionadas ao ensino da leitura por meio da análise das

representações do agir em textos argumentativos. Em primeiro lugar parece-nos importante aprofundar o modelo de análise dos dados, uma vez que os procedimentos que nos permitem a análise do agir estão em fase de construção. Pesquisadores podem se debruçar na revisão e refinamento das categorias de análise da busca de uma proposta mais unificada.

Em segundo lugar, há necessidade de aprofundar nossa análise no que diz respeito aos mecanismos enunciativos, concentrando-nos no aperfeiçoamento das categorias para a análise das vozes, modalizações e marcas enunciativas que constroem as diferentes representações.

Em terceiro lugar, parece-nos crucial destacar que nossas análises centraram-se no modelo proposto por Bronckart (1997) e, em relação às figuras do agir, a Bronckart e Machado (2004), por isso, podem ser melhor refinadas se associadas a outros aportes teóricos, especialmente ao conceito de ethos e de interimcompreensão constitutiva (Maingueneau 1997, 1998).

BIBLIOGRAFIA

ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris, Nathan, 1992.

Formatado: Português (Brasil)

ANGELIM, R. C. C. Polifonia e implícito como recursos argumentativos em textos midiáticos. In: M. A. L. PAULIUKONIS & S. GAVAZZI. *Texto e discurso – Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 15-25, 2003.

ARANTES, O. B. F. & ARANTES, P. E. *Sentido da formação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp7-66, 1997.

ARANTES, P. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2004.

ANSCOMBE, E. *Intention*. Londres: Basil Blackwell, 1957.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, p. 327-358, 1953/1997.

BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3ªed., São Paulo: Hucitec, 1986.

BARROS, D. L. P. de Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P. de & FIORIN, J. L. *Dialogismo, polifonia intertextualidade*. 2ª. ed., São Paulo; EDUSP, 1999.

BASTOS, E. R. & RÊGO, W. D. L. *Intelectuais e política – a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BRAGA, R. M. *Construindo o leitor competente: atividades de leitura interativa para a sala de aula*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

BRAIT, E. Guimarães Rosa na mira de Bakhtin: Riobaldo e Diadorim na televisão. In: FARACO, C. A. et. alii (Org.). *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba, Hatier ed., pp. 73-84, 1988.

_____. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. Coleção Viagens da Voz, 1996.

_____. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: *Dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 91-103, 1997.

BRANDÃO, H. N. *Subjetividade, argumentação, polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRASIL, J. F. *O livro dos simulacros*. Florianópolis: Clavicórdio, 2000.

BRESSER PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. *In: Dados – Revista das Ciências Sociais*, 5(3), 269-306, 1982.

BOURDIEU, P. (2004) Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRANDÃO, H. N. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: UNESP, 1998.

BRONCKART, J. P. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC. Campinas/SP; Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997/1999.

_____. *L'analyse des actions et des discours em situation de travail et leur exploitation dans les demarches de formation*. Projet de recherche à l'Université de Genève(Mimeografado): Genève, 2000.

Formatado: Português (Brasil)

_____. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *In: Revista de Estudos de Linguagem*, 11: 49-69, 2003.

_____. a) Pourquoi et comment analyser l'agir verbal et non verbal em situation de travail. *In: Agir et discours em situation de travail*. Cahiers de la Section des sciences de l'éducation, n 103, Pratiques, juin-2004.

_____. b) De l'activité à la pensée individuelles. Pour une psychologie ferment vygotskienne. – Colloque: os processos de conceptualisation em débat. Homaage à Gérard Vergnaud. Paris, 29, janvier-2004.

_____. c) Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *In: Bouquet, Simon (org) Les genres de la parole*. Langues – Revue trimestrielle, 153, mar-2004.

Formatado: Espanhol (Espanha-tradicional)

_____. & MACHADO, A. R. *Análise de documentos de prescrição educacional: Os "Parâmetros Curriculares Nacionais" e "Les objectifs d'apprentissage de l'école primaire genevoise"*, Delta. São Paulo: EDUC, 2004.

_____. Restrições e liberdades textuais, inserção e cidadania. *In: Revista da ANPOLL*, 19: 231-256, 2005.

_____. Introdução. *In: MATÊNCIO, M. de L. M. & MACHADO, A. R. (Orgs.) Atividades de linguagem, discursos e desenvolvimento humano*, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

_____. As abordagens filosóficas. *In: MATÊNCIO, M. de L. M. & MACHADO, A. R. (Orgs.) Atividades de linguagem, discursos e desenvolvimento humano*, São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

_____. A análise do signo e a gênese do pensamento consciente *In: MATÊNCIO, M. de L. M. & MACHADO, A. R. (Orgs.) Atividades de linguagem, discursos e desenvolvimento humano*, São Paulo: Mercado das Letras, 2006 (no prelo).

BRUNNER, J. *Acción, pensamiento y lenguaje*. Madrid: Alianza, 1984.

CELANI, M. A. A. Afinal, o que é lingüística aplicada? *In: PASCHOAL, M. S. Z. de & CELANI, M. A. A. (Orgs.), Lingüística aplicada: da aplicação da lingüística à lingüística transdisciplinar*. São Paulo LAEL/PUC/EDUC. p. 15-23, 1992.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTRAND, S. G. *Moldèle pour une didactique du discours argumentatif écrit en classe de français*. Tese de doutorado. Montreal, Publications de la Faculté des Sciences de L'Éducation, Université de Montreal, 1995.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado, figura em extinção? Conferência realizada no seminário "O silêncio dos intelectuais", em 22/08/2005, disponível em www.cultura.gov.br, consultado em 19/03/2006.

_____. (org) *Práticas da leitura*. 2ª ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.) *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOLZ, J. *Expressión escrita a l'escola – Elementos per a una pedagogia dei text. Support 3*. Consellerio de cultura, Educació/Ciència. Universitat de Ginebra (Suíssa), 1989.

_____. Produire des textes pour mieux comprendre. L'enseignement du discours argumentatif. *In: REUTER Y. Les interactions lecture-écriture*. Neuchâtel: Peter Lang. Actes du Colloque de Lille III, 22-24 novembro-1993 (Collection Exploration). p. 219-241, 1994.

Formatado: Português (Brasil)

_____. a) L'apprentissage des capacités argumentatives: Étude des effets d'un enseignement systématique e intensif du discours argumentatif chez des enfants de 11-12 ans. *Bulletin Suisse de Linguistique Appliquée*, 61, 1995.

_____. b) Enseignement de l'argumentation e retour sur le text. *Repères*, 10, S.1, 1995.

_____. Pour un enseignement précoce de l'argumentation. *Journal de l'enseignement primaire*, n 43, S.1, s.d.

Formatado: Inglês (EUA)

_____. Mon avis, je L'écris. Texte d'opinion, phase 1. Séquence didactique. S.1, s.d.

Formatado: Português (Brasil)

_____ & PASQUIER, A. Argumentar... pour convaincre, initiation aux textes argumentatifs. – me activité de français I. Journal de L'enseignement primaire, 43, S.1., pp 18-21, 1993.

DOSSE, F. (1992) *A história em migalhas: dos "Annales" à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

ECO, U. *Obra aberta: forma e indeterminações nas poéticas contemporâneas*. 9ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1958/2005.

_____. *Interpretação e Superinterpretação*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993/2005.

FARACO, C. A. Bakhtin: a invasão silenciosa e a má leitura. In: FARACO, Carlos Alberto *et alii*. *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba, Hatier, pp. 19-36, 1988.

Formatado: Português (Brasil)

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1990.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, D. L. P. de & FIORIN, J. L. *Dialogismo, polifonia intertextualidade*. 2ª. ed., São Paulo; EDUSP, 1999.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três capítulos que se completam*. 29ª ed., São Paulo: Cortez, 1982/1994.

GAVAZZI, S. & RODRIGUES, T. M. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: : PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. *Texto e discurso – Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 51-61, 2003.

GENETTE, G. *Palimpsestes*. Paris: Ed. Do Seuil, 1982.

GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais. Rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre/RS: Artmed, 1997.

GOLDER, C. *Lé développement des discours argumentatif*. Paris: Delachaux et Niestlé, 1996.

Formatado: Inglês (EUA)

HABERMAS, J. *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard, 1987.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L' énonciation*. Paris: Armand Colin, 1980/2002.

Formatado: Inglês (EUA)

KLEIMAN, A. *Leitura: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. *Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes, 1989.

Formatado: Português (Brasil)

_____. & MORAES, S. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo as redes nos projetos da escola*. Campinas: Mercado das Letras (Coleção idéias sobre linguagem), 1999.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 1992.

LAJOLO, M. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 4 ed., São Paulo: Ática, 1999.

LECLERC, G. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

LUCA, G. B. Subsídios lingüístico-discursivos para a prática de leitura na aula de História. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem). LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MACHADO, A. R. *O diário de leituras: a introdução de um novo instrumento na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na universidade. São Paulo: Revista Delta, 1, p.1-25, 2000.

Formatado: Português (Brasil)

_____. (Org.) *O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Eduel, 2004.

_____. A perspectiva sócio-interacionista de Bronckart. In: MEURER, B. e MOTTA, R. (Orgs.) *Gêneros em diferentes perspectivas*. São Paulo: Parábola editorial, 2005.

Formatado: Alemão (Alemanha)

MAINGUENEAU, D. *Introdução à lingüística*. Lisboa: Gradiva, 1997.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed, Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Termos chaves da análise do discurso*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições Ltda, 2005.

MANUAL DA REDAÇÃO – Folha de São Paulo. 3ed., São Paulo: Publifolha, 2001.

Formatado: Português (Brasil)

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. B. *Introdução à Lingüística. Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, p. 101-141, 2001.

Formatado: Português (Brasil)

NASCIMENTO, K. C. de S. Mecanismos argumentativos no jornalismo escrito. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. *Texto e discurso – Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 85-97, 2003.

NOVAES, A. O que é o intelectual? Conferência realizada no seminário “O silêncio dos intelectuais”, em 29/08/2005, disponível em www.cultura.gov.br, consultado em 19/03/2006.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento – as formas de discurso*. São Paulo: Brasiliense, p. 51-71, 1983.

_____. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos), 1986.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

PAULIUKONIS, M. A. L. Marcas discursivas do enunciador midiático: casos de modalização autonímica. In: PAULIUKONIS, M. A. Lino & GAVAZZI, S. *Texto e discurso – Mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, pp. 38-50, 2003.

Formatado: Português (Brasil)

PENNAC, D. *Como um romance*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

RIBEIRO, R. J. O cientista e o intelectual. Conferência realizada no seminário “O silêncio dos intelectuais”, em 31/08/2005, disponível em www.cultura.gov.br, consultado em 19/03/2006.

RICOUER, P. *Do texto à ação*. Porto: Rés Editora, 1989.

Formatado: Português (Brasil)

ROULET, E. *La description de l'organisation du discours*, Paris: Didier, 1999.

_____. Paul Ricoeur: o único e o singular. São Paulo: Editora Unesp; Belém: Editora da Universidade do Pará, 2002.

SANT'ANNA, V. L. de A. *O trabalho em notícias sobre o mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

SANTOS, P. de C. *A construção do significado – um caminho possível*. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

SÈVE, L. *Começar pelos fins – a nova questão comunista*. Porto: Campo das Letras Editores, p.-149-154, 2001.

SHURMANN, M. N. *Les Solitudes*. Paris :Puf, 2003.

Formatado: Português (Brasil)

SILVA, E. T. da *Elementos da pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

Formatado: Português (Brasil)

SILVA, H. R. da *Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papyrus (Col. Textos e Tempo), 2002.

SOUZA, G. T. *Introdução à teoria do enunciado concreto do círculo Bakhtin*. 2ª ed., São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

SOUZA, L. V. de *As proezas das crianças em textos de opinião*. Campinas: Mercado de letras, 2003.

TOULMIN, S.E. L'agencement des arguments. In: TOULMIN, S.E. *Les usages del'argumentation*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958/1993.

Formatado: Português (Brasil)

TEZZA, C. Discurso poético e discurso romanesco na teoria de Bakhtin. In: FARACO, C. A. *et alii. Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba: Hatier 1988.

Formatado: Português (Brasil)

VAN DER VEER, R. & VALSINER, J. *Vygotsky, uma síntese*. Loyola, 1991.

VIGOTSKY, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1934/1998.

_____. *A formação social da mente*. 3ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1933/1989.

VON WRIGTH, G.H. *Explanation and Understanding*. Londres: Routledge & Keagan Paul, 1971.

WERTSCH, J. V. Vygotsky and Bakhtin on Community. Texto apresentado na conferência organizada pelo Departamento de Pedagogia da University of Berge, Norway, 1998.

_____, DEL RIO, P. & ALVAREZ, A. (Orgs.) *Estudos Socioculturais da mente*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZILBERMAN, R. & SILVA, E. T. da S. (Orgs.) *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, 1988.

ANEXOS – TEXTOS QUE FORAM OBJETO DE ANÁLISE

São Paulo, quarta-feira, 18 de fevereiro de 2004

TENDÊNCIAS/DEBATES

A disputa simbólica

MARILENA CHAÚ

Em política, há duas grandes disputas: a definidora da própria política, isto é, a disputa pelo poder; e a disputa simbólica, isto é, pela ocupação de um lugar onde se reconheça uma imagem definida por valores postos pela sociedade. Do ponto de vista simbólico, o PT, ao definir-se não como um partido para os trabalhadores, e sim dos trabalhadores, ocupou o lugar definido pela criação e conservação de direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos. Na disputa simbólica, o campo dos direitos ou da cidadania plena definiu a imagem do PT, diferenciando-o, por exemplo, do PSDB, que ocupou o lugar simbólico denominado "modernidade séria e responsável".

A crítica é hipócrita porque pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002

Historicamente, porém, a disputa simbólica sofreu um deslocamento. De fato, a oposição ao governo Collor introduziu o tema da ética na política, e as circunstâncias fizeram com que esse lugar simbólico também fosse ocupado pelo PT. Todavia, diferentemente do lugar simbólico dos direitos, o da ética na política não é ocupado sem contestação, porque outros partidos o disputam continuamente. Por isso, tais partidos e os meios de comunicação procuram manter os olhos da população voltados para esse lugar, buscando fatos reais ou imaginários que destituam o PT.

Se, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004, acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.

No caso dos direitos, isso ficou claro, por exemplo, com as tentativas de desqualificar a política internacional e as várias políticas sociais iniciadas, de identificar a política econômica atual com a do governo anterior, de interpretar as reformas da Previdência e tributária como destruição de direitos (quando elas buscaram quebrar privilégios travestidos de direitos). Em certos momentos, aliás, somos colocados diante de algo paradoxal, pois procura-se destituir o PT desse lugar simbólico, afirmando-se que o atual presidente da República não tem o direito ao cargo porque seria intelectualmente inculto, ou seja, ergue-se contra Lula aquilo mesmo que fez o PT nascer e ocupar o lugar simbólico dos direitos, isto é, a luta contra os preconceitos de classe que, pela discriminação e a exclusão, negam cidadania aos trabalhadores!

Mas é no ataque ao lugar simbólico da ética na política que a disputa é mais acirrada e ganha ares consistentes. Os alvos do ataque têm mudado no correr dos tempos. Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José

Dirceu. Por um lado, a crítica é válida e consistente, pois tudo indica que houve corrupção.

Por outro lado, a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis; afinal, é um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil; c) não menciona a proposta de reforma política, publicada em livro pelo Instituto da Cidadania, que, no dia 1º de julho de 2003, a entregou ao Executivo e ao Legislativo, tendo sido discutida e aprovada por uma comissão especial (pluripartidária, com 45 membros) criada pelo presidente da Câmara, João Paulo; a reforma (que prevê o financiamento público das campanhas) não será um decreto presidencial, e sim uma ação do Congresso Nacional. O que se esperaria dos defensores da ética na política? Que tomassem o episódio como ocasião para expor claramente à sociedade o desastre do sistema eleitoral, avaliassem a proposta do Instituto da Cidadania e o documento do relator da comissão parlamentar especial, fizessem propostas de mudanças e persuadissem a sociedade brasileira a exigir a reforma.

Não é, porém, o que temos visto, porque a questão não é a ética na política nem a reforma política, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa.

Marilena Chaui, 62, professora de filosofia política e história da filosofia moderna da USP, é autora, entre outros, de "Cultura e Democracia" (Ed. Cortez) e "A Nervura do Real" (Companhia das Letras).

São Paulo, quinta-feira, 19 de fevereiro de 2004

TENDÊNCIAS/DEBATES

Fatos e disputa política

Quinta-feira, 19 de fevereiro de 2004

JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI

A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto, nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna Marilena Chaui pudesse escrever o seguinte, na **Folha** de ontem: "a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política), qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis". Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT. Além disso, como muita gente sabe, o amigo referido sou eu, o que me leva a procurar esclarecer meu ponto de vista.

No final das contas, se até mesmo Marilena não me entendeu, não poderia proceder de outra maneira. Que isso tenha ocorrido, porém, não é de estranhar, pois Marilena tem mantido, nos últimos tempos, uma relação esdrúxula com os fatos. Aqui cabe outro exemplo. Na entrevista à revista francesa "Esprit", de janeiro de 2004, intitulada "La méthode Lula", a respeito dos assessores do presidente, ela afirma: "A equipe econômica é composta de três tipos de conselheiros. De início, há os economistas, professores, consultores etc. Mas esses "experts", diferentemente daqueles do governo Cardoso, não estão ligados aos bancos, às grandes instituições financeiras nem, de maneira geral, às grandes instituições econômicas instaladas". Seria fácil escolher outros exemplos, mas não é o que interessa aqui.

O PT tirará desse episódio a lição devida e se mostrará menos juiz e mais empreendedor?

Nunca endosse a tese da imoralidade constitutiva da política e, todas as vezes que me ocupei dessa questão, sublinhei a diferença entre "imoral" e "amoral". É da essência da atividade política alargar o âmbito das práticas ou das instituições, pois somente assim as regras instaladas servem para guiar condutas em processo. Regras envelhecidas não servem para enfrentar o novo. Daí o próprio exercício da política, no qual o risco é inerente, abrir um espaço onde a ação não pode ser dita, em princípio, moral ou imoral. Em que medida o financiamento das campanhas está sujeito a essa indefinição? Como diminuir a força do poder econômico nas campanhas? Mesmo financiada pelos cofres públicos, sempre haveria um líder comunitário achando-se no direito de pedir liberação de verba sem levar em conta a equidade em sua distribuição. Toda ação implica interpretar a regra, o que se faz de um ponto de vista particular, produzindo resultados imprevistos, quando não indesejados.

Voltemos ao que nos interessa. O sr. Waldomiro Diniz foi pilhado negociando em nome do PT, o que afeta o partido como um todo. Aliás, há outros episódios ligando a captação de recursos para o PT com o jogo do bicho, cabendo perguntar até que ponto estão associados às propostas petistas de

legalizá-lo. Suponhamos que um candidato "X" seja favorável a essa legalização e, por isso, tenha apoio financeiro de um bicheiro. Obviamente toda essa ajuda deve ser declarada. Mas o bicheiro não pode declará-la integralmente, pois então não seria bicheiro. Donde a regra: quem aceita dinheiro do jogo do bicho coloca-se à margem da moralidade pública constituída. Suponhamos que esse jogo seja, depois, legalizado. A doação anterior tornou-se moral, e o candidato, uma vez eleito, paladino da renovação das instituições.

À parte a ironia, se a imprecisão da ação política escapa à bivalência do bem e do mal -a uma rígida aplicação da regra moral sem a avaliação das contingências de sua aplicação- como julgar essa ação? A meu ver, saindo da oposição entre vigiar e punir, de maneira a criar instituições capazes de prevenir, na medida do possível, que a ação política seja julgada a partir do extremo do absolutamente moral e santo (como, aliás, tem feito o PT) ou que seja assumida na sua imoralidade, já que os fins justificariam os meios. Isso depende, obviamente, de um longo processo de amadurecimento das próprias instituições políticas.

Houve uma infração a ser punida. Até onde deve ir a punição? Quem se conduz de modo imoral ao coletar dinheiro de campanha, provavelmente, continuará procedendo, posteriormente, da mesma maneira. Suponhamos que se mostre que o ministro José Dirceu esteja envolvido e, por conseguinte, o presidente Lula, responsável pela escolha e atuação de seu ministério. Todos eles devem ser punidos? À medida que o delito recua do ator para outros responsáveis por ele, vai perdendo sua carga moral para se transformar numa questão política. Daí a punição depender do jogo dos próprios interesses políticos e da avaliação de sua oportunidade. A imoralidade subjetiva de Waldomiro Diniz é uma coisa, outra coisa é a imoralidade pública do resto do governo, mesmo que ele esteja envolvido nela. Isso porque o próprio processo político decidirá se o ato individual é ou não coletivamente imoral.

Convenhamos, a corrupção existe no PT como em outros partidos, em maior ou menor grau. Importa saber, além do discurso ideológico e do palavrório simbólico, quais instituições internas trabalham para restringir a corrupção do partido, do governo e do jogo político como um todo. Mas ainda é preciso levar em consideração um paradoxo. Se todo o governo fosse punido, haveria uma crise institucional, com enfraquecimento e talvez desaparecimento das instituições de vigilância pública, o que levaria a corrupção pública às alturas. O PT tirará desse episódio a lição devida e se mostrará menos juiz e mais empreendedor?

José Arthur Giannotti, filósofo, é professor emérito da USP e coordenador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento)

CLÓVIS ROSSI

São Paulo, quinta-feira, 19 de fevereiro de 2004

O lugar do PT

MADRI - Dizem que a visão da força concentra a mente. Se é verdade, não está funcionando no caso do PT. Uma de suas mais brilhantes e lúcidas intelectuais, a filósofa Marilena Chaui, capota bravamente nos seus argumentos em defesa do partido, tal como antes o fizeram companheiros seus menos filósofos.

No artigo ontem publicado pela **Folha**, Chaui começa capotando no relato dos fatos: diz que o PT está sendo acusado por "um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002". Só a data é verdadeira: o episódio envolve também financiamento de campanha para candidatos do PT (Geraldo Magela, no Distrito Federal, e Benedita da Silva, no Rio). Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que o indicou aos Garotinho, e que trabalhava até a semana passada no mesmo palácio do presidente da República.

Depois, a filósofa petista reclama que os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dediquem a discutir o financiamento de campanha. "É um segredo de polichinelo como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil", diz. Perfeito. Pena que o "segredo de polichinelo" tenha, agora, feito do PT a sua vítima (e sabe-se lá para que outras campanhas Waldomiro Diniz não pediu dinheiro a bicheiros). Pena também que, apesar de o Instituto da Cidadania, outrora presidido por Lula, ter apresentado proposta de reforma política, como menciona a filósofa, ela omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la adiante.

Diz a filósofa que "a questão não é a ética na política nem a reforma política, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa". É claro que sempre haverá quem queira destronar o PT dos lugares reais e simbólicos que ocupa, mas a argumentação fica capenga quando deixa de mencionar que as denúncias não são vazias, mas decorrentes do "lugar" em que o PT está se colocando, em todos os campos, político, econômico, social e, agora, ético.

Fatos podem atrapalhar a filosofia, mas continuam sendo fatos.

FOLHA **opinião**

São Paulo, domingo, 22 de fevereiro de 2004

ELIANE CANTANHÊDE

Pó, pedra e "agenda positiva"

BRASÍLIA - O Congresso está um deserto desde a quinta-feira e vai continuar não só durante como além do Carnaval. É o tempo que o governo e o PT querem -aliás, precisam muito- para se refazer do tranco.

A idéia é desencavar a velha ladainha de uma "agenda positiva" logo na reabertura da reabertura do Congresso, quando o Carnaval e a ressaca passarem, já em março. O item 1 será a reforma política, tão decantada. Tem crise? Chame-se a reforma política! Baixou a crise? Esqueça-se! Mas o mais interessante da tal "agenda positiva" é mostrar que "o governo está governando". Ué?! E não está, ou estava? Como os novos ministros Eunício Oliveira (Comunicações) e Eduardo Campos (Ciência e Tecnologia) participaram da conversa, imagina-se que os dois vão passar a mostrar serviço, lançar projetos, programas. Com um contingenciamento de metade dos R\$ 12 bilhões do Orçamento, não se sabe ao certo com que recursos, mas anunciar não dói. E, se não faz, ninguém lembra mesmo. No início, dizia-se que a política econômica era "igualzinha" à de FHC. Depois, que o Fome Zero era um embuste e que a política social nem era igual, mas, sim, pior do que a do governo anterior. Em relação às maracutaias: a diferença é que são denunciadas mais cedo.

O governo Lula está num momento decisivo. Tem a obrigação de manter a estabilidade econômica, mas dando sinais de reaquecimento (e nem se fala em "espetáculo do crescimento") e ativando finalmente a área social. Enquanto restaura-se a moralidade.

A professora Marilena Chaui identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT. Errado, professora. Se há complô, é do próprio PT. Quem está fazendo pó de seus símbolos não somos nós nem mesmo a oposição.

É ele: o PT no poder.

FOLHA DE S.PAULO

São Paulo, sábado, 13 de março de 2004

MARCOS AUGUSTO GONÇALVES

Vícios públicos e privados

SÃO PAULO - Em artigo publicado anteontem na seção "Tendências/Debates", a professora Marilena Chaui procura depositar na conta da imperfeição institucional as negociatas que se sucedem nos nebulosos territórios da captação de recursos para campanhas e das negociações entre Executivo e Legislativo.

A tese é que os seres humanos não agem apenas racionalmente, mas são movidos por paixões, o que nos conduziria à necessidade de organizar as instituições de modo a induzi-los a "bem administrar". Sendo assim, a crítica moralizante à corrupção deveria ceder lugar à "crítica cívica das instituições". Transposto para a atualidade, o argumento sugere que não devemos criticar o ministro José Dirceu, mas o arcabouço institucional que o compele a manobrar temerariamente. A conclusão é que, se não fossem as distorções da representação política e as falhas no sistema de financiamento de campanhas, o PT poderia ter eleito maioria parlamentar, o que restringiria o balcão político. E não haveria necessidade de "operadores" como Waldomiro Diniz para pedir dinheiro a "empresários do bingo".

Certamente aperfeiçoamentos institucionais são necessários e podem estimular a ação virtuosa, mas, mesmo que isso ocorra, não há como aliviar os agentes políticos da parcela de responsabilidade pela qual precisam responder.

No caso das administrações petistas, não se trata, de fato, de exigir que as supostas virtudes privadas de seus quadros se traduzam em virtudes públicas num ambiente institucional vicioso. A crítica deve ser feita, como quer a professora, a uma instituição pública, no caso o PT. O partido sempre apareceu para a sociedade como o guardião-mor da pauta republicana, mas os sinais cada vez mais enfáticos são de que, uma vez no poder, está utilizando essa prerrogativa para acobertar sua cumplicidade com os vícios públicos -e não para assumir a liderança moral e política de uma transformação.

FOLHA DE S.PAULO
São Paulo, dia 10 de março de 2006

RENATO JANINE RIBEIRO

Para defender a política

O caso Waldomiro Diniz é, ao que consta, um ato de corrupção que requer julgamento. Se for provada sua culpa, ele deve ser punido pela lei. Mas, estando eu fora do Brasil e não acompanhando os detalhes, e sim o quadro mais amplo, o que mais me inquieta não é isso, mas o esvaziamento da dimensão política que se produziu.

O impeachment de Collor, em 1992, defendido por todo o arco democrático brasileiro e por este jornal, foi decisivo em nossa história. Um caso de corrupção permitiu afastar um presidente pela via constitucional, sem traumas. Também foi o sinal de que a sociedade brasileira não tolera mais a corrupção. Ela já foi aceita socialmente. Havia graça em furar a fila. Houve simpatia por Sinhozinho Malta, ícone da opressão e do desdém pela lei, na novela "Roque Santeiro" (1985). Em 19 anos de democracia, não resgatamos a dívida social, mas tornamos a corrupção detestável. Cada vez menos gente defende formas explícitas de desacato à cidadania.

Mas uma coisa é defender ética na política, e outra rebaixar a ética, confundindo o ideal de não-corrupção, requisito necessário porém não suficiente da vida em sociedade, com o cerne da discussão política. A política é a discussão dos caminhos que desejamos para a sociedade. Esse debate social dos nossos sonhos é a coisa mais importante numa coletividade.

Alguns falam em caráter amoral da política. Prefiro distinguir moral e política de outro modo. Na política democrática, as divergências são legítimas. Já na ética, aceitamos um arco menor de divergências. Temos dificuldade em considerar decente quem age contra nossos princípios éticos. Mas, na escolha das metas para a sociedade, na definição da política, temos de supor que o adversário seja honesto.

Por isso, é correto os promotores serem implacáveis contra a corrupção. É obrigação ética. Mas, quando uma eleição é vista como a luta entre o bem e o mal, como há anos é o caso em São Paulo (Estado e capital), perdemos todos. Não ocorre debate político. Muitos votam num candidato não por suas propostas, mas por desconfiarem moralmente de seu rival. A discussão decai.

Imaginemos uma peça sobre o debate político e a corrupção no Brasil. O caso Collor foi o primeiro ato. Ato segundo: no começo do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, as "fitas do BNDES" apontam manipulação de concorrências para a compra de estatais. Essa ação foi errada. Mas, com a celeuma em torno, ejetou-se do poder toda uma linha que disputava a hegemonia no governo federal, propondo maior desenvolvimento e menor obsessão com a moeda. O monetarismo ganhou a batalha política sem jamais ela vir a público, isto é, tornar-se política. Os rumos do Brasil entre 1998 e 2002 foram decididos a partir de um escândalo, não de uma escolha tomada na arena pública, após debates na imprensa e no Congresso. O resultado foi mau para o país. Digo isso sem tomar partido. Não sei se os

desenvolvimentistas do PSDB eram melhores que os monetaristas. O que importa é que não houve uma discussão nacional das metas a adotar.

Agora vivemos o terceiro ato da peça. Mudanças importantes na política podem decorrer das acusações da oposição a um ministro contra o qual não há, que eu saiba, sombra de prova. E com isso uma questão criminal, policial, moral, sim, mas confinada, cresce a ponto de calar o debate sobre os rumos do país. Isso está errado.

A política não é a negação da moral. Crimes devem ser punidos. Mas precisamos construir, no Brasil, uma esfera propriamente pública. Isso exige não deixar a política refém de uma moral elementar, porque óbvia. A corrupção deve ser condenada. Mas não basta não ser ladrão para governar bem. E é justamente porque, numa democracia, os partidos são legítimos que precisamos de mais do que a honestidade: necessitamos de escolhas.

Nada disso é uma defesa deste governo ou do anterior. É uma defesa da política, para retomar o título de um livro de Marco Aurélio Nogueira. Ela está desprestigiada. Muitos políticos honestos têm responsabilidade nisso, ao não verem a dimensão de nosso repúdio à corrupção. Mas quem perde, quando a dimensão política é exaurida, não são os políticos, é a sociedade.

Voltemos a Collor. A corrupção permitiu afastá-lo, mas a verdadeira razão era que a sociedade se cansara de sua política aventureira. O luxo de sua casa deu uma linguagem que autorizava o processo. No parlamentarismo, bastaria uma votação na Câmara para destituir o chefe de governo. Num regime presidencial foi preciso mais, isto é, a desonestidade. Mas isso é imaturo. Precisamos eleger e destituir pelas razões verdadeiras. Se não queremos mais um governante, digamos isso. E construamos regras que levem a destituí-lo como algo normal e sem traumas. Pode ser o parlamentarismo, pode ser a imprensa fazendo o seu papel. O que não podemos é acreditar no pretexto.

O Brasil mudou de metas, no segundo mandato de FHC, sem a ágora opinar. O debate se focou na corrupção. Hoje corremos de novo o risco de enfraquecer um projeto de governo, não porque nos descontente em suas grandes opções, mas por questões laterais. E nisso a ética acaba sendo instrumentalizada. Ora, respeitar a ética exige também respeitar a política. Isso está faltando.

ANEXOS – Quadro demonstrativo dos segmentos de texto onde aparecem os actantes. A partir destes quadros, desenvolvemos a análise das figuras interpretativas do agir.

Actante: Marilena Chauí

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
(nós) acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões, (nós) notaremos que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos.	Nunca poderia imaginar que minha amiga e ex-aluna pudesse escrever o seguinte, na folha de ontem: “a crítica é hipócrita porque: a) pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002, no Rio de Janeiro; b) não levanta a causa do problema (que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política) qual seja, o inadequado sistema eleitoral, que induz a procedimentos inaceitáveis”.	Filósofa Marilena Chauí capota nos seus argumentos em defesa do partido.	A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário, para desfazer os símbolos mais caros ao PT.	A professora Marilena Chauí procura depositar	
Em certos momentos, aliás, (nós) somos colocados diante de algo paradoxal ...	No final das contas, se até mesmo Marilena não me entendeu	Chauí começa capotando no relato dos fatos	Errado, professora	A crítica deve ser feita, como quer a professora, a uma instituição	

				pública, no caso, o PT.	
Não é porém, o que (nós) temos visto, porque a questão não é a ética na política nem a reforma política, e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa.	Que isso tenha ocorrido, não é de se estranhar, pois Marilena tem mantido, nos últimos tempos, uma relação esdrúxula com os fatos.	Depois, a filósofa petista reclama que os defensores da ética na política, em vez de denunciarem o caso, se dediquem a discutir o financiamento de campanha.			
	Ela afirma: “a equipe econômica é composta de três tipos de conselheiros. De início, há os economistas, professores, consultores etc. Mas esses “experts”, diferentemente daqueles do governo Cardoso não estão ligados a bancos, às grandes instituições financeiras nem, de maneira geral, às grandes instituições economicamente instaladas.”	Pena também que, apesar de o Instituto da Cidadania, outrora presidido por Lula, ter apresentado proposta de reforma política Como menciona a filósofa			
		Ela omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la adiante.			
		Diz a filósofa que “a questão não é a ética na política nem a reforma política e sim a disputa simbólica para destituir o PT do lugar que ocupa”.			

Actante: PT/partido

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
O PT não se definiu como Partido para os Trabalhadores.	Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do Casal Garotinho, mas (BS faz parte) do PT .	O lugar do PT (título).	É o tempo que o governo e o PT querem, aliás, precisam muito – para se refazer do tranco.	A conclusão é que, se não fossem as distorções da representação política e as falhas no sistema de financiamento de campanhas, o PT poderia ter eleito maioria parlamentar, o que restringiria o balcão político.	
O PT definiu-se como Partido dos Trabalhadores . O PT ocupou o lugar definido pela criação e conservação dos direitos civis e sociais dos economicamente explorados, socialmente excluídos e politicamente subalternos. ¹⁶	O sr. Waldomiro Diniz foi pilhado negociando em nome do PT . Aliás, há outros episódios ligando a captação de recursos para o PT com o jogo do bicho...	Dizem que a visão da força concentra a mente. Se é verdade, não está funcionando com o PT .	A professora Marilena Chauí identifica um complô nacional, talvez mundial, quiçá planetário para desfazer os símbolos mais caros ao PT .	A crítica deve ser feita, como quer a professora a uma instituição pública, no caso o PT .	
O campo dos direitos ou da cidadania plena definiu a imagem do PT .	À parte a ironia, se a imprecisão da ação política escapa à bivalênica entre o bem e o mal – a uma	“Uma de suas mais brilhantes intelectuais, a filósofa Marilena Chauí capota	Se há complô, (êle) é (complô) do próprio PT	O partido sempre apareceu para a sociedade como o guardião-mor da pauta republicana,	

	<p>rígida aplicação da regra moral sem a avaliação das contingências de sua aplicação – como julgar essa ação? Ao meu ver, saindo da oposição entre vigiar e punir, de maneira a criar instituições capazes de prevenir, na medida do possível, que a ação política seja julgada a partir do extremo do absolutamente moral e santo (como, aliás, tem feito o PT) ou que seja assumida na sua imoralidade, já que os fins justificariam os meios.</p>	<p>bravamente nos seus argumentos em defesa do partido, tal como antes fizeram companheiros seus menos filósofos”.</p>		<p>mas os sinais cada vez mais enfáticos são de que, uma vez no poder, (o PT) está utilizando essa prerrogativa para (o PT) acobertar sua cumplicidade com os vícios públicos -e- (o PT) não assumir a lidenrança moral e política da transformação.</p>	
<p>A imagem do PT o diferenciou do PSDB.</p>	<p>Convenhamos, a corrupção existe no PT como em outros partidos.</p>	<p>Chauí começa capotando nós fatos: diz que o PT está sendo acusado por “um episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002). (citação de Chauí)</p>	<p>Quem está fazendo pó de seus (do PT) símbolos não somos nós nem mesmo a oposição. É ele, o PT no poder.</p>		
<p>O PT ocupou lugar simbólico diferente do PSDB.</p>	<p>O PT tirará desse episódio a lição devida e se mostrará menos juiz e mais</p>	<p>Só a data é verdadeira: o episódio envolve também</p>			

	empreendedor?	financiamento de campanha para candidatos do PT			
O PT ocupou o lugar simbólico de ética na política.		Pena também, que o “segredo de polichinelo” tenha, agora, feito do PT a sua vítima.			
Outros partidos e os meios de comunicação buscam fatos reais ou imaginários Para destituir o PT (do lugar que ocupa).		...ela omite que que o governo do PT não fez o menor esforço			
As ações oposicionistas operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupam.		É claro que sempre haverá quem queira destronar o PT dos lugares simbólicos que ocupa, mas, a argumentação é capenga quando deixa de mencionar que as denúncias não são vazias, mas decorrentes do “lugar” em que o PT está se colocando.			
Procura-se(X) destituir o PT desse lugar simbólico.					
Ergue-se (\X)contra Lula aquilo mesmo					

que fez o PT nascer o ocupar o lugar simbólico dos direitos.					
--	--	--	--	--	--

Quadro 23 A – Protagonista PT

Governo Lula/Governo/Governo do PT

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
A crítica é hipócrita porque pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho.	A imoralidade subjetiva de Waldomiro Diniz é uma coisa, outra coisa é a imoralidade pública do resto do governo.	Ela (Marilena) omite que o governo do PT não fez o menor esforço para levá-la (a reforma) adiante.	O governo e o PT querem-aliás, precisam muito – para se refazer do tranco.		Nada disso é uma defesa deste governo ou do anterior. É uma defesa da política, para retomar um título de um livro de Marco Aurélio Nogueira”.
	Importa saber, além do discurso ideológico e do palavrório simbólico, quais instituições internas trabalham para restringir a corrupção do partido, do governo e do jogo político como um todo.		A idéia (do governo e do PT) é desencavar a velha ladainha de uma “agenda positiva”, logo na reabertura da reabertura do Congresso, quando o carnaval e a ressaca passarem em março.		Hoje corremos o risco de enfraquecer um projeto de governo, não porque nos descontente em suas grandes opções, mas por questões laterais.
	Se todo governo fosse punido, haveria uma crise institucional, com enfraquecimento e talvez desaparecimento das instituições de vigilância pública, o que levaria a corrupção pública às alturas.		Mas o mais interessante de tal “agenda positiva” é mostrar que “o governo está governando.” Ué?! E não está ou estava?		

			O governo Lula está num momento decisivo. (governo Lula) tem a obrigação de manter a estabilidade econômica, mas dando sinais de reaquecimento (e nem se fala em “espetáculo de crescimento”) e ativando finalmente a área social.		
--	--	--	---	--	--

ActanteCasal Garotinho

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
A crítica é hipócrita porque pretende atingir o governo Lula com um episódio envolvendo o casal Garotinho.	Pelo que me consta, Benedita da Silva não faz parte do casal Garotinho, mas do PT.	Chauí começa capotando nos fatos: diz que o PT está sendo acusado por um “episódio envolvendo o casal Garotinho, em 2002”			
		Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que o indicou aos Garotinho.			

Caso Waldomiro Diniz /Waldomiro Diniz/assessor/ex-assessor

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
Atualmente o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu	A respeito do caso de corrupção envolvendo assessor do Planalto	Pena que o “segredo de Polichinelo” tenha, agora feito do PT a sua vítima (e sabe-se lá para que outras campanhas Waldomiro Diniz não pediu dinheiro a bicheiros)		E não haveria necessidade de “operadores” como Waldomiro Diniz para pedir dinheiro a “empresários do bingo”.	O caso Waldomiro Diniz é, ao que consta, um ato de corrupção que requer julgamento.
	O sr. Waldomiro Diniz foi pilhado negociando em nome do PT, o que afeta o partido como um todo.	Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que os indicou aos Garotinho.			Se for provada sua (Waldomiro Diniz) culpa ele deve ser punido pelo lei.
	A imoralidade subjetiva de Waldomiro Diniz é uma coisa, outra coisa é a imoralidade pública do resto do governo.				

José Dirceu/Ministro José Dirceu

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
Atualmente, o alvo é o caso do ex-assessor de José Dirceu.	Suponhamos que se mostre que o ministro José Dirceu esteja envolvido e, por conseguinte, o presidente Lula, responsável pela escolha e atuação de seu ministério.	Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu, que o indicou aos Garotinho e que trabalhava até a semana passada no mesmo palácio do presidente da república.			

Lula/presidente Lula/presidente da república

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
<p>Em certos momentos, aliás, somos colocados diante de algo paradoxal, pois procura-se destituir o PT desse lugar simbólico, afirmando-se que o atual presidente da República não tem direito ao cargo porque ele seria intelectualmente inculto.</p>	<p>Na entrevista à revista francesa “Esprit”, de janeiro de 2004, intitulada “La méthode Lula, a respeito dos assessores do presidente”, ela afirma: “ a equipe econômica é composta de três tipos de conselheiros. De início, há os economistas, professores, consultores etc. Mas esses “experts”, diferentemente daqueles do governo Cardoso não estão ligados a bancos, às grandes instituições financeiras nem, de maneira geral, às grandes instituições economicamente instaladas.”</p>	<p>Envolve, ademais, um funcionário intimamente ligado a José Dirceu que o indicou aos Garotinho e que trabalhava até a semana passada no palácio do presidente da República.</p>			
<p>Ergue-se contra Lula aquilo mesmo que fez o PT nascer e ocupar o lugar simbólico dos direitos, isto é, a luta contra os preconceitos de classe que, pela discriminação e a exclusão, negam cidadania aos trabalhadores!</p>	<p>Suponhamos que se mostre que o Ministro José Dirceu esteja envolvido e, por conseguinte, o presidente Lula, responsável pela escola e atuação de seu ministério.</p>	<p>Pena também que, apesar do Instituto da Cidadania, outrora presidido por Lula, ter apresentado proposta de reforma política, como menciona a filósofa, ela omite que o governo do PT não fez o menos esforço para levá-la adiante.</p>			

José Arthur Gianotti

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
A crítica é hipócrita porque não levanta a causa do problema, que também atingiu, por exemplo, assessores de FHC, e levou um amigo a defender publicamente a tese da imoralidade constitutiva da política.	Além disso, como muita gente sabe, o amigo referido sou eu, o que me leva a procurar esclarecer o meu ponto de vista.				Alguns falam em caráter amoral da política.

Quadro 29 A – Protagonista José Arthur Gianotti

Oposição/ações oposicionistas

TEXTO 1	TEXTO 2	TEXTO 3	TEXTO 4	TEXTO 5	TEXTO 6
Se nós acompanharmos as ações oposicionistas, os noticiários, os editoriais e as colunas políticas dos jornais, rádios e televisões notaremos (ações oposicionistas) que operam de modo a retirar do PT os dois lugares simbólicos que ocupa.			Quem está fazendo pó de seus símbolos, não somos nós, nem mesmo a oposição.		